

**ALBERTINO GONÇALVES**

**MÉTODOS E TÉCNICAS  
DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL I**

**Programa, Conteúdo e Métodos  
de Ensino Teórico e Prático**

*Relatório apresentado à Universidade  
do Minho para Provas de Agregação  
no Grupo Disciplinar de Sociologia*

**UNIVERSIDADE DO MINHO  
Instituto de Ciências Sociais  
2004**

## ÍNDICE

### INTRODUÇÃO

1. Contornos de uma escolha
2. A inserção da disciplina de *Métodos e Técnicas de Investigação Social I* no currículo do curso de licenciatura em Sociologia
3. Estratégias pedagógicas
  - 3.1. As aulas
  - 3.2. O trabalho prático
  - 3.3. A selecção da bibliografia
  - 3.4. A avaliação dos conhecimentos
4. Programa da disciplina de *Métodos e Técnicas de Investigação Social I*
  - 4.1. Nota introdutória ao programa.
  - 4.2. Programa da disciplina
5. Bibliografia geral recomendada

### CAPÍTULO I: A DINÂMICA DA PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

1. A complexidade da investigação social
2. A teoria na investigação social
3. A investigação como estratégia. Modalidades e momentos fulcrais
4. Princípios de deontologia profissional
5. Indicações bibliográficas para o capítulo I

### CAPÍTULO II: A PRÁTICA DOS MÉTODOS E DAS TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL

1. Algumas observações e advertências preliminares
2. Esboço de classificação das técnicas de recolha de informações
3. Indicações bibliográficas para o capítulo II

### CAPÍTULO III: TÉCNICAS DE SELECÇÃO: AS PRÁTICAS DE AMOSTRAGEM

1. Objectivos e condições
2. Amostragens representativas probabilísticas
  - 2.1. Amostragem aleatória simples
  - 2.2. Amostragem estratificada
  - 2.3. Amostragem por grupos
  - 2.4. Amostragem polietápica
  - 2.5. Amostragem indirecta
3. Amostragens representativas não probabilísticas
  - 3.1. Amostragem acidental
  - 3.2. Amostragem por quotas
4. Combinações de soluções de amostragem
5. Amostras não representativas
6. Indicações bibliográficas para o capítulo III

### CAPÍTULO IV: PROPEDEÚTICA AO USO DE DOCUMENTOS COMO FONTE DE INFORMAÇÃO

1. Potencialidades e limites da pesquisa documental
2. Diversidade de fontes documentais
3. A análise secundária de fontes estatísticas
4. Indicações bibliográficas para o capítulo IV

### CAPÍTULO V: INTRODUÇÃO À OBSERVAÇÃO

1. A prática da observação
2. Indicações bibliográfica para o capítulo V

### CAPÍTULO VI: INTRODUÇÃO À ENTREVISTA

1. Tipos de entrevista
2. A entrevista como situação e interacção social
3. A condução da entrevista
4. O papel da comunicação não verbal
5. O registo e a transcrição das entrevistas
6. Indicações bibliográficas para o capítulo VI

## CAPÍTULO VII: O INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

1. Pressupostos, potencialidades e limites
2. As etapas de um inquérito por questionário
3. A elaboração do questionário
  - 3.1. A forma das perguntas
  - 3.2. Problemas e cuidados de linguagem
  - 3.3. Reacções e efeitos indesejados
  - 3.4. A sequência das perguntas
  - 3.5. A economia e a apresentação do questionário
  - 3.6. O pré-teste do questionário
4. A administração dos questionários
5. Indicações bibliográficas para o capítulo VII

## CAPÍTULO VIII: A MEDIÇÃO DE ATITUDES

1. Pressupostos inerentes à medição de atitudes
2. Principais escalas de atitudes
3. A questão da fidelidade e da validade das escalas
4. Indicações bibliográficas para o capítulo VIII

## CAPÍTULO IX: A APREENSÃO DAS MUDANÇAS. A TÉCNICA DE PAINEL

1. O recurso ao painel
2. Problemas práticos e limites
3. Indicações bibliográficas para o capítulo IX

## CAPÍTULO X: MEDIÇÃO, ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

1. A medição
  - 1.1. A medida como construção
  - 1.2. O problema da fidelidade, da validade e da precisão
  - 1.3. Níveis de medição e tipos de escalas
2. Processamento, análise e apresentação gráfica dos dados
3. Limites das análises bivariadas: as análises multivariadas
4. Indicações bibliográficas para o capítulo X

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## INTRODUÇÃO

### 1. Contornos de uma escolha

A escolha da disciplina de *Métodos e Técnicas de Investigação Social I* para prestação de provas de concurso a professor associado prende-se, antes de mais, com a nossa própria trajectória e experiência profissional. Desde o ingresso, em Outubro de 1982, na Universidade do Minho, leccionámos cada ano pelo menos uma disciplina de metodologia das Ciências Sociais: *Teoria e Método em Ciências Sociais I e II*, aos cursos de licenciatura em História e Ciências Sociais e em Relações Internacionais (Culturais e Políticas); *Método, Crítica e Teoria em História e Ciências Sociais*, à licenciatura em História e Ciências Sociais; *Teoria e Método em Ciências Sociais*, à licenciatura em Relações Internacionais (Culturais e Políticas); *Teoria e Método em Ciências Sociais e Métodos e Técnicas de Investigação Social*, à licenciatura em Sociologia das Organizações. *Métodos e Técnicas de Investigação Social I*, à licenciatura em Sociologia, e, mais recentemente, *Métodos e Técnicas em Sociologia*, aos cursos de Mestrado em Sociologia – área de especialização em Sociologia da Cultura e dos Estilos de Vida; em Sociologia da Infância; em Sociologia – área de especialização em Sociologia da Saúde; e em Sociologia – área de especialização em Organizações e Desenvolvimento dos Recursos Humanos.

Outras razões se conjugam, ainda, no sentido desta decisão. Razões que radicam, por exemplo, na própria especificidade da disciplina. *Métodos e Técnicas de Investigação Social I* afirma-se como uma disciplina que cristaliza

múltiplos, profundos e, por vezes, difíceis desafios, situando-se no cerne da formação não apenas do aluno do curso de Sociologia mas ainda, e sobretudo, do futuro sociólogo. O que a torna digna de especial atenção.

## 2. A inserção da disciplina de *Métodos e Técnicas de Investigação Social I* no currículo do curso de licenciatura em Sociologia

Leccionada no 2º ano do curso de licenciatura em Sociologia, da Universidade do Minho, *Métodos e Técnicas de Investigação Social I* pertence a um elenco de disciplinas de cariz técnico e metodológico leccionadas pelo Grupo Disciplinar de Sociologia de que fazem também parte: *Metodologia das Ciências Sociais* (1º ano, Licenciatura em Sociologia, anual); *Estatística para as Ciências Sociais* (2º ano, Licenciatura em Sociologia, anual); *Métodos e Técnicas de Investigação Social II* (3º ano, Licenciatura em Sociologia, anual); *Análise de Dados* (opção do 4º ano, Licenciatura em Sociologia, semestral); *Estatística para Geografia* (1º ano, Licenciatura em Geografia e Planeamento, anual); *Métodos Quantitativos e Informática para a História* (2º ano, licenciaturas em História, anual); *Metodologia das Ciências Sociais* (1º ano, Licenciatura em Relações Internacionais - Área de Especialização em Relações Políticas e Culturais e Área de Especialização em Relações Políticas e Económicas, anual); *Epistemologia e Metodologia das Ciências Sociais* (1º ano, Licenciatura em Economia, semestral); e *Métodos e Técnicas em Sociologia* (1º semestre do mestrado em Sociologia e do mestrado em Sociologia da Infância).

Criada no âmbito do processo de reestruturação da licenciatura em Sociologia das Organizações, que deu origem, em 1997, à actual licenciatura em Sociologia, *Métodos e Técnicas de Investigação Social I* é a primeira de uma série de disciplinas com uma pronunciada componente instrumental, competindo-lhe iniciar os alunos nas artes e nas práticas da investigação empírica em Sociologia. Seguem-se, no 3º ano, *Métodos e Técnicas de Investigação II* e, no 4º ano, a opção de *Análise de Dados*. O enquadramento e a introdução à

metodologia e à epistemologia das Ciências Sociais são assegurados, logo no 1º ano, principalmente pela disciplina de *Metodologia em Ciências Sociais*. Compete a esta última disciplina introduzir os alunos aos paradigmas, aos modos de conhecimento, às formas de abordagem e às especificidades das Ciências Sociais, bem como aos respectivos problemas metodológicos globais e componentes genéricas do processo de pesquisa. Cumpre-lhe, ainda, proporcionar uma primeira sinopse dos métodos e técnicas de investigação mais correntes no âmbito das Ciências Sociais.

Cabe às disciplinas *Métodos e Técnicas de Investigação Social I* e *Métodos e Técnicas de Investigação Social II* promover, em consonância com a sua própria designação, o domínio das “artes” e dos instrumentos próprios do “ofício de sociólogo”.

A aprendizagem não é um processo rectilíneo. Dialógica, procede por sondagens múltiplas, não se pautando por um qualquer algoritmo sem contingências nem retornos. Pode, assim, acolher alguma deambulação e até circularidade. Por vezes, convém regressar a um momento anterior para refazer caminho e, dotados com um novo repertório, ensaiar um novo olhar e, porventura, outro jeito. Outras vezes, importa retomar uma encruzilhada e enveredar por outras possibilidades e, eventualmente, novos destinos. Neste quadro, a retoma não se reduz a uma repetição. Não releva do desperdício. Propicia, pelo contrário, oportunidades para aprofundar, diversificar e consolidar o saber, expondo-o a sucessivas provas. Se este procedimento é válido para os conteúdos de uma disciplina, também o é para a ligação entre disciplinas.

*Métodos e Técnicas de Investigação Social I* pressupõe, retoma e, sempre que possível, desenvolve e aplica o legado facultado, no ano lectivo anterior, pela disciplina de *Metodologia das Ciências Sociais*. Coordena-se, por outro lado, com a disciplina de *Estatística para as Ciências Sociais*, nomeadamente no que respeita às técnicas de análise bivariada, abordadas, contudo, segundo um quadro de referência próprio, mais ligado ao exercício da actividade sociológica e, por isso, mais próximo das expectativas dos alunos. Mas é, sobretudo, com *Métodos e Técnicas de Investigação Social II* que o acerto

e a planificação se asseveram mais estreitos. Importa conseguir que as duas disciplinas se configurem de um modo coerente, salvaguardando, entre outros aspectos, a complementaridade e a sequência dos conteúdos leccionados, sem que nenhuma perca, contudo, a unidade e a identidade desejáveis.

A articulação e a programação assumidas repousam nas seguintes opções:

- A disciplina de *Métodos e Técnicas de Investigação Social I* centra-se, principalmente, no inquérito por questionário. Abrange, por esta via, o conjunto de técnicas que este convoca quer como ferramentas intrínsecas quer como procedimentos auxiliares, tais como a operacionalização dos conceitos, a amostragem, a redacção do questionário e a construção de escalas de atitudes, bem como o processamento, a análise e a apresentação de dados. A pesquisa documental, a observação e a entrevista são, neste plano, apenas alvo de uma breve introdução.

- A disciplina de *Métodos e Técnicas de Investigação Social II* desenvolve e aprofunda, numa primeira parte, a observação, a entrevista, a análise de conteúdo e os estudos de casos; numa segunda parte, retoma o processamento, a análise e a interpretação de dados, com particular incidência na iniciação às análises multivariadas (aprendizagem esta que pode ser prosseguida no âmbito da disciplina opcional de *Análise de Dados*).

O património acumulado, ao longo do tempo, pela Sociologia, em termos de métodos e de técnicas de investigação social resulta considerável. É este, porventura, um dos raros domínios em que a dinâmica da Sociologia mais se aproxima daquela que caracteriza uma “ciência normal”<sup>1</sup>, o que não significa, naturalmente, que esteja isenta de polémica ou de incerteza. Trata-se de um património complexo e razoavelmente consistente.

A cada ciência ou profissão, os públicos respectivos tendem a associar determinadas competências encaradas como particularmente emblemáticas.

---

<sup>1</sup> Na acepção de Thomas S. KUHN, *The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago, The University of Chicago Press, 1970.



Espera-se, no caso do sociólogo, que domine, antes de mais, as técnicas de investigação e interpretação identificadas correntemente com o ofício, ou seja, que saiba, entre outros desempenhos, construir uma amostra, promover um inquérito, conduzir uma entrevista, analisar e apresentar dados... Como constata François de Singly, “nos nossos dias, saber ler e produzir números é considerado como uma das competências a possuir pelos estudantes em ciências sociais”<sup>2</sup>. Estas expectativas, muitas vezes estereotipadas, estão, por exemplo, bem patentes nas instituições que acolhem os estagiários no final da licenciatura em Sociologia. Refira-se, aliás, que a própria comunidade académica tem propensão a afinar-se pelo mesmo timbre. Toleram-se que um aluno desconheça, por exemplo, o autor do *Tratado de Sociologia Geral* ou a obra de Alfred SCHUTZ, mas, de modo algum, se aceita que não saiba gizar um projecto de investigação, operacionalizar um conceito, conceber um plano de amostragem, redigir um questionário ou ler uma tabela de contingência. As disciplinas de *Métodos e Técnicas de Investigação Social* (I e II) têm assim um papel nevrálgico no currículo da licenciatura em Sociologia. Delas depende o futuro desempenho profissional dos licenciados, constituindo-se como uma componente decisiva para o domínio efectivo do ofício.

### 3. Estratégias pedagógicas

A disciplina de *Métodos e Técnicas de Investigação Social I* visa promover a aprendizagem de métodos e técnicas de concepção, produção, organização, análise e apresentação de "dados" usualmente empregues nos vários momentos da pesquisa social. A aprendizagem efectiva destas “artes”, ou seja, a assimilação das disposições, dos procedimentos e dos instrumentos próprios do ofício, não se coaduna nem com a mera exposição teórica, por mais magistral que seja, nem, tão pouco, com uma qualquer variante de aplicação mimética. Nem o magistério normativo nem o treino padronizado de receitas e rotinas nos parecem

---

<sup>2</sup> SINGLY, François de, *L'Enquête et ses Méthodes: le Questionnaire*, Paris, Nathan, 1992, p. 8.

adequados a este propósito. A lenta mas consequente apropriação dos métodos e das técnicas de investigação social, a sua incorporação matricial e flexível numa constelação de disposições constitutivas do “sentido prático” do ofício, deve inspirar-se noutros modelos e noutras modalidades. Requer uma combinação de rigor e imaginação, de ensaio e execução. Em suma, uma reflexão aberta e um horizonte prático. Com C. Wright MILLS, inspiramo-nos, sobretudo, no exemplo do artesão na sua oficina de aprendizes, com o objectivo de promover e de aprofundar uma aprendizagem necessariamente enraizada nos saberes teóricos, mas nem por isso menos prática, exercida e devidamente enquadrada em dinâmicas concretas investigação, convocando para o efeito, sempre que possível, o espectro amplo e plural das tecnologias e das soluções disponíveis.

Não é tarefa fácil transmitir o jeito de um ofício. Menos ainda quando são várias as técnicas a ensinar, o tempo se assume escasso e os alunos aprendizes são tantos e ainda pouco munidos de ferramentas e conhecimentos iniciais ou auxiliares.

### 3.1. As aulas

O plano de estudos da licenciatura em Sociologia prevê uma aula teórica e outra prática, por semana, ambas com uma duração de 2 horas. O que perfaz aproximadamente 54 sessões por ano lectivo. Por sua vez, as aulas práticas desdobram-se em turnos. O número de alunos inscritos ronda a centena, o que requer, para funcionamento em condições satisfatórias, um mínimo de três turnos para as aulas práticas, sendo boa parte destas laboratoriais.

As aulas teóricas consistem, fundamentalmente, na exposição dos métodos e das técnicas, incidindo, para cada um, nos seus princípios, lógicas, usos, alcance e articulação com as teorias e demais métodos e técnicas. Dentro dos constrangimentos próprios das aulas teóricas, a exposição intenta esquivar-se

à distância magistral, aspirando, na medida do possível, a um postura apelativa, interactiva e envolvente.

As aulas práticas visam uma aprendizagem activa e participada em torno dos modos como se constroem, funcionam e se aplicam os métodos e as técnicas de investigação social. Em mais de vinte anos de docência, ensaiámos várias iniciativas, incluindo a promoção de estágios de pesquisa de terreno<sup>3</sup>. Atendendo às características e às condicionantes actuais da disciplina, nas aulas práticas, para além do acompanhamento dos trabalhos práticos, tentamos, por ordem crescente de preferência:

- *Ilustrar*; recorrer a exemplos pedagógicos de usos bem conseguidos, e elucidativos, das diversas técnicas no âmbito de pesquisas relevantes no campo das Ciências Sociais;
- *Desconstruir*; decompor as técnicas nas suas mais ínfimas pressuposições, operações e opções;
- *Precaver*; identificar os limites, os compromissos e os pontos mais delicados de cada técnica;
- *Simular*; aproveitar as potencialidades educativas do “como se”, convidando os alunos a lidar com situações virtuais de construção e aplicação de técnicas, de modo a resolver problemas tais como: qual será o plano de amostragem mais adequado a um inquérito sobre os hábitos de consumo cultural dos bracarenses? E para uma sondagem acerca da opinião dos automobilistas face ao novo código das estradas?... Que tipos de escalas se podem construir para medir o nível de patriarcado/machismo dos estudantes da Universidade do Minho?
- *Experimentar e praticar*; construir, testar e usar efectivamente determinados métodos e técnicas. Este propósito é especialmente logrado com a realização dos trabalhos práticos. Acrescente-se que, durante o segundo semestre, a maior parte das aulas práticas são

dedicadas ao processamento, análise e apresentação de dados e decorrem num laboratório adequado (normalmente, o Laboratório de Sociologia, com capacidade para 24 alunos);

- *Partilhar*; tem sido, também, prática corrente o convite a investigadores para a partilha, na aula, da(s) sua(s) experiência(s) no uso de um determinado método ou técnica<sup>4</sup>.

A promoção destas actividades requer um ambiente de permanente estímulo, por vezes a contracorrente da própria predisposição inicial dos alunos. Atente-se, por exemplo, na tradicional quantofobia dos “alunos de letras” ou com “formação humanística”. Uma das estratégias consiste em tornar as técnicas o mais próximas e manipuláveis possível com o intuito de promover o sentimento de acessibilidade e de utilidade.

Nesta lógica de proximidade, nas aulas de análise e apresentação de dados, tanto teóricas como práticas, são utilizados ficheiros provenientes de duas fontes:

- 1) Investigações em curso ou já concluídas protagonizadas pela equipa docente<sup>5</sup>;
- 2) Dos trabalhos práticos dos alunos.

---

<sup>3</sup> Em 1984, por exemplo, um número significativo de alunos cumpriu um destes estágios em Caneiras do Ribatejo.

<sup>4</sup> O ideal seria incluir nesta lista de actividades a *bricolage*, propósito bem difícil de lograr nas actuais condições. Consiste em explorar, com desenvoltura, as potencialidades das técnicas para além dos usos canónicos. Esta postura e este espírito *bricoleur* afiguram-se-nos susceptíveis de marcar a diferença no que respeita à criatividade do trabalho do sociólogo.

<sup>5</sup> Podem ser, deste modo, mobilizados ficheiros provenientes, por exemplo, dos seguintes inquéritos: Inquérito aos residentes de Braga e de Melgaço sobre os emigrantes (1992); Inquérito aos licenciados pela Universidade do Minho (1998); Inquérito às empresas do concelho de Ribeira de Pena (2002); Inquérito à população idosa do concelho de Melgaço (2003); Inquérito às práticas de lazer dos alunos da Escola Secundária de Melgaço (2003); Inquérito aos colaboradores da Zona Industrial de Vila Nova de Cerveira (2003); ou Inquérito às necessidades de formação profissional dos concelhos de Guimarães, Fafe e Vizela (2004).

### 3.2. O trabalho prático

No quadro deste processo de ensino/aprendizagem, o trabalho prático assume um papel crucial.

Tivemos o ensejo de ensaiar anteriormente diversas modalidades de trabalhos práticos, tais como exposições orais no decurso da aula ou recensões bibliográficas. O recurso a estas soluções não foi abandonado, mas elas surgem cada vez mais como auxiliares do trabalho prático principal que consiste na realização de um inquérito por questionário.

A proposta é apresentada nos seguintes termos:

O tema do inquérito é “livre”, sendo cada grupo de trabalho responsável pela respectiva escolha. O tema deve, porém, obedecer a alguns requisitos: ser sociologicamente pertinente, empiricamente exequível, passível de abordagem através de inquérito e de fácil administração do questionário. Nos anos em que é eleito um universo ou uma temática comuns, o tema deve cingir-se a esse âmbito predefinido.

O trabalho prático é faseado. Num primeiro momento, é elaborado o projecto, incluindo a delimitação do universo e o plano de amostragem; num segundo, procede-se à redacção do questionário e ao pré-teste; num terceiro momento, procede-se à administração dos questionários; termina-se com o processamento, a análise e a apresentação dos resultados.

A calendarização destas operações é gizada de modo a estar sincronizada com o próprio ritmo da aprendizagem. As aulas dedicadas à amostragem ou à construção do questionário precedem, por exemplo, as actividades dos trabalhos práticos relativas às três primeiras fases. Por sua vez, as actividades de processamento, análise e apresentação dos dados são acompanhadas pela aprendizagem das respectivas técnicas.

O projecto de investigação contempla, entre outros elementos, a justificação do tema, a explicitação dos problemas directores, a assimilação dos

resultados dos estudos exploratórios e da pesquisa documental, o enquadramento teórico, a formulação das hipóteses, a especificação dos conceitos e a configuração da problemática. Inclui também a formulação da metodologia adoptada, contemplando as técnicas envolvidas, o cronograma da pesquisa, a delimitação da população visada, o plano da amostragem e a previsão da administração dos questionários.

O segundo passo da trabalho prático concentra-se na construção do questionário, desde os primeiros esboços até à redacção definitiva, passando pelo pré-teste. Pode comportar, entre outras operações, a construção de escalas de atitudes.

O terceiro passo, relativo ao preenchimento dos questionário, implica a observância de vários critérios e procedimentos, tais como o tipo de contacto, as opções na condução da entrevista, o modo de administração do questionário, as amostragens espacial e temporal ou as quotas.

O último passo implica a elaboração de um ficheiro (habitualmente com recurso ao programa SPSS), análises de estatística descritiva, o esboço de modelos de análise com teste e interpretação de relações entre variáveis e a redacção de um relatório global com as principais ilações da pesquisa devidamente ilustradas com tabelas e gráficos adequados.

Os alunos são convidados a concluir gradualmente estas componentes do trabalho prático: o esboço do projecto de investigação até meados de Dezembro; o esboço do plano do método e do inquérito até Março; o relatório definitivo, incluindo o questionário comentado, até Maio.

Porquê a escolha do inquérito para trabalho prático?

A “divisão do trabalho pedagógico” no seio da licenciatura em Sociologia faz com o inquérito seja a principal incumbência da disciplina de *Métodos e Técnicas de Investigação socia I*. Que o trabalho prático incida sobre o inquérito perfila-se como uma opção natural. Por outro lado, o inquérito sobressai como uma das actividades de investigação mais emblemáticas do ofício

de sociólogo. É também como aquela que os alunos têm mais probabilidades de vir a utilizar no futuro. Acresce que, a par do estudo de comunidades, é das actividades que convoca um maior número de técnicas, específicas ou auxiliares (amostragem, entrevista, concepção do questionário, escalas de atitudes, testes, codificação, análise e apresentação de dados).

Para não resultarem contraproducentes nem reverterem numa perversa acumulação de vícios, os trabalhos práticos previstos carecem ser devidamente orientados e acompanhados de perto, tanto durante as aulas como nas horas de atendimento dos alunos.

### 3.3. A selecção da bibliografia

A bibliografia pretende ajustar-se ao enquadramento geral da disciplina. Regida por uma atitude de parcimónia, propõe uma selecção consistente e plural de obras consideradas mais relevantes.

A Sociologia é uma disciplina profícua em manuais, antologias e outros textos relativos aos métodos e às técnicas de investigação. De qualidade variável, a redundância predomina, mesmo entre as de edição mais recente. Pode revelar-se inglório induzir os alunos desperdiçar energias e atenções neste dédalo de ecos.

*Métodos e Técnicas de Investigação Social* reúne os ingredientes habituais para se constituir naquilo que os alunos chamam um “cadeirão”: número elevado de alunos, algum trabalho e muita matéria, à partida pouco fadada a empatias. Nestas condições, compete ao docente potenciar e não dispersar, quase gratuitamente, os recursos e os esforços. Procurar-se-á dar azo à pesquisa e à consulta bibliográficas, bem como diversificar as referências mas de forma e em contextos que se proporcionem. No que respeita especificamente à bibliografia básica, o docente vê-se na contingência de “ensinar”, de indicar, de

algum modo, o caminho<sup>6</sup>. A bibliografia apresenta-se, portanto, sumária. Atemp-se a uma selecção de obras particularmente pertinentes, tanto panorâmicas como especializadas, didácticas e, de não somenos importância, de fácil acesso. Esta acessibilidade é encarada a três níveis: o nível de hermetismo, a(s) língua(s) e a possibilidade efectiva de consulta, nas bibliotecas ou por aquisição. Importa, ainda, atender a que as obras aconselhadas se revelem susceptíveis de futura utilidade na carreira académica e profissional dos alunos. Nestes moldes, a bibliografia genérica reduz-se a umas escassas dezenas de referências. Para cada parte do programa, indica-se uma bibliografia específica composta, por um lado, por um pequeno leque de obras de referência sobre o(s) método(s) ou a(s) técnica(s) abrangidos e, por outro, por algumas obras ilustrativas dos respectivos usos e potencialidades no domínio das Ciências Sociais.

#### 3.4. A avaliação dos conhecimentos

Entre os diversos modelos de avaliação, a avaliação contínua afigura-se-nos se aquela que mais bem condiria com a orientação vincadamente prática da disciplina. Cumpre-nos, porém, constatar que, nos moldes em que é actualmente leccionada a disciplina, esta solução não reúne as mais condições propícias à sua sistemática e satisfatória concretização<sup>7</sup>. Se não abdicamos completamente das suas virtudes, constatamos que não a podemos promover de forma autónoma, rigorosa e sistemática, mas apenas tentar, sempre que possível, articulá-la com as demais modalidades de avaliação, designadamente no que respeita ao acompanhamento dos trabalhos práticos. Assim, a avaliação enquadra-se

---

<sup>6</sup> No sentido apontado, na linha de DELEUZE e GUATTARI, por Moisés de Lemos MARTINS (*Semiótica: Programa e Metodologia*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 1996, pp. 11 e 12; DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Félix, *Mille Plateaux*, Paris, Minuit, 1980, pp. 95 e 96).

<sup>7</sup> Em 1991, com a turma pioneira do curso de Sociologia das Organizações, tivemos o ensejo de aplicar de modo sistemático e convincente a avaliação contínua, considerando, inclusivamente a participação activa dos alunos. Após cada aula, o docente actualizava um ficheiro projectado para o efeito. Só que esta experiência beneficiou de uma conjuntura de excepção, ou seja, a turma era então relativamente pequena, realidade que não voltou a repetir-se.



predominantemente no modelo da avaliação periódica e, conforme a Circular RT-21/93, ainda em vigor, efectua-se do seguinte modo:

#### A. Trabalho prático

- a) Existe a realização de um trabalho prático cujo teor é discutido no início do ano lectivo com os alunos. Nos últimos anos, esse trabalho tem consistido, como já foi referido, na elaboração de um inquérito sociológico.
  - b) O calendário de apresentação das diferentes partes do trabalho é fixado nas primeiras semanas de aulas. Habitualmente, os alunos apresentam o esboço do projecto de investigação e do plano do método até Dezembro, o questionário é entregue em Março e o relatório definitivo em Maio.
  - c) Pelo papel desempenhado no processo de ensino/aprendizagem, o trabalho prático é, em todas as circunstâncias, obrigatório, mesmo para os alunos que tenham feito o exame final. Considerado indispensável para o aproveitamento da disciplina, entra sempre no cálculo da classificação final.
- \* A avaliação do trabalho prático representa 1/3 da classificação final da disciplina.

Para além do trabalho prático, os alunos podem optar entre a avaliação periódica (B) e o exame final (C).

#### B. Avaliação periódica

- a) Realizam-se duas provas escritas de avaliação: um teste em cada semestre na época prevista para o efeito (em Janeiro/Fevereiro e Junho/Julho).

- \* Os alunos que obtiverem classificação igual ou superior a nove valores no teste serão dispensados no exame dessa parte da matéria.
- \* A avaliação decorrente do conjunto destas provas representa 2/3 da classificação final da disciplina.

### C. Exame final

- a) O exame final consiste numa única prova reservada aos alunos que não tenham satisfeito as exigências da avaliação periódica, ou que tenham optado por este tipo de avaliação. Compreende toda a matéria do programa.
  - b) O exame final é, em princípio, uma prova escrita, que pode ser complementado por uma prova oral.
- \* A avaliação do exame final representa, tal como a avaliação periódica, 2/3 da classificação final da disciplina.

A classificação final é, assim, composta por 1/3 da classificação do trabalho prático mais, conforme o caso, 2/3 da classificação da avaliação periódica ou 2/3 da classificação do exame final.

## 4. Programa da disciplina de *Métodos e Técnicas de Investigação Social I*

### 4.1. Nota introdutória ao programa.

Métodos e Técnicas de Investigação Social I assume-se como uma das disciplinas mais padronizadas no âmbito dos cursos de Ciências Sociais. É relativamente consensual o que ela deve abranger e ensinar. Basta folhear alguns manuais para se comprovar quanto a disposição e os temas se assemelham. Neste capítulo, a disciplina não proporciona margem para grandes opções.

O primeiro capítulo, “a dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais”, é, em boa parte, recapitulativo. Refere-se a temas abordados, no 1º ano, na disciplina de Metodologia das Ciências Sociais. A experiência tem demonstrado que esta “revisão” é oportuna. Contempla reflexões e ensinamentos que configuram a postura do investigador em Sociologia, envolvendo as disposições genéricas constitutivas do ofício. Da sua incorporação dependerá o uso posterior dos métodos e das técnicas ensinados na disciplina. Trata-se de componentes decisivas em que os alunos manifestam maiores carências de formação. Como na aprendizagem artesanal, a repetição do gesto é fundamental. Como sublinha José Madureira PINTO, este afirma-se como o “domínio por excelência de estratégias pedagógicas em que, seguindo o aviso de Jean Jacques Rousseau, importa, antes de mais, “saber perder tempo””<sup>8</sup> Parafraseando Marshall MAC LUHAN<sup>9</sup>, no que toca a atitudes e disposições, a mensagem passa amiúde pela mensagem. Apesar destas retomas moduladas, os balanços e diagnósticos convergem no sentido de ser, precisamente, nestes princípios e disposições que o futuro desempenho dos alunos evidencia maiores falhas de preparação epistemológica e metodológica.

Os restantes capítulos, dedicados às técnicas, ordenam-se segundo uma sequência lógica que respeita as relações de pressuposição e de inclusão. Em primeiro lugar, as técnicas de selecção, que servem para delinear o universo e as unidades a abordar. Seguem-se as técnicas de recolha e produção de informação, com uma breve introdução à observação e à entrevista, ambas com um papel decisivo no decurso do inquérito. A este cabe o lugar central na configuração da disciplina. A medição de atitudes e o painel são técnicas que, frequentemente, incorporam o inquérito, ou a este recorrem. A aprendizagem de algumas técnicas de medição, análise e apresentação da informação fecha o programa.

---

<sup>8</sup> *Propostas para o ensino das ciências sociais*, Porto, Afrontamento, 1994, p. 30.

## 4.2. Programa da disciplina

### Métodos e Técnicas de Investigação Social

#### Licenciatura em Sociologia

#### Aulas teóricas e práticas

##### *I - A dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais*

1. A complexidade da investigação social.
2. A teoria na investigação social.
3. A investigação como estratégia. Modalidades e momentos fulcrais.
  - 3.1. Abordagens hipotético-dedutiva e indutiva.
  - 3.2. Definição dos objectivos e formulação dos problemas directores.
  - 3.3. O estudo exploratório.
  - 3.4. A construção da problemática.
    - 3.4.1. Conceptualização e operacionalização dos conceitos.
    - 3.4.2. A formulação de hipóteses.
  - 3.5. O Planeamento da pesquisa.
  - 3.6. A recolha e a análise da informação.
  - 3.7. A redacção do relatório de pesquisa.
  - 3.8. Sinopse relativa à elaboração do projecto de pesquisa.
4. Princípios de deontologia profissional.

##### *II - A prática dos métodos e das técnicas de investigação social*

1. Algumas observações e advertências preliminares.
  - 1.1. O método, os métodos e as técnicas.
  - 1.2. Vícios e falácias.
    - 1.2.1. Os riscos do metodologismo
    - 1.2.2. O feiticismo tecnológico

---

<sup>9</sup> *Message et Massage*, Paris, J. J. Pauvert, 1968.

- 1.3. Falsas representações dos métodos e das técnicas.
  - 1.4. Padrões artesanal e burocrático na prática da investigação.
  - 1.5. O que significa "dominar" uma técnica.
2. Esboço de classificação das técnicas de recolha de informações.

*III - Técnicas de selecção: as práticas de amostragem.*

1. Objectivos e condições.
2. Amostragens representativas probabilísticas.
3. Amostragens representativas não probabilísticas.
4. Combinações de soluções de amostragem.
5. Amostras não representativas.

*IV - Propepêutica ao uso de documentos como fonte de informação.*

1. Potencialidades e limites da pesquisa documental.
2. Diversidade de fontes documentais
3. A análise secundária de fontes estatísticas.

*V - Introdução à observação.*

1. Possibilidades e limites da observação.
2. Variantes de observação.
3. A preparação da observação.
4. A posição do observador face ao (comportamento) observado.
5. A construção da identidade do observador.
6. O caderno de investigação.
7. Articulação com outras técnicas de investigação.

*VI - Introdução à entrevista.*

1. Tipos de entrevista.
2. A entrevista como situação e interacção social.
3. A condução da entrevista.
4. O papel da comunicação não verbal.
5. O registo e a transcrição das entrevistas.

*VII - O inquérito por questionário.*

1. Pressupostos, potencialidades e limites.
2. As etapas de um inquérito por questionário.
3. A elaboração do questionário.
  - 3.1. A forma das perguntas.
  - 3.2. Problemas e cuidados de linguagem.
  - 3.3. Reacções e efeitos indesejados.
  - 3.4. A sequência das perguntas.
  - 3.5. A economia e a apresentação do questionário.
  - 3.6. O pré-teste do questionário.
4. A administração dos questionários.

*VIII - A medição de atitudes.*

1. Pressupostos inerentes à medição de atitudes.
2. Principais escalas de atitudes.
3. A questão da fidelidade e da validade das escalas.

*IX - A apreensão das mudanças. A técnica de painel*

1. O recurso ao painel.
2. Problemas práticos e limites.

*X - Medição, análise e apresentação dos dados.*

1. A medição.
  - 1.1. A medida como construção.
  - 1.2. O problema da fidelidade, da validade e da precisão.
  - 1.3. Níveis de medição e tipos de escalas.
2. Organização dos dados com recurso ao computador.
  - 2.1. A construção de ficheiros.
  - 2.2. Principais operações com ficheiros.
3. As distribuições simples. Índices e grafismos mais correntes.
4. Análise de relações entre duas variáveis.
  - 4.1. Análise de contingência.
  - 4.2. A análise de variância.
  - 4.3. A análise de regressão.
  - 4.4. Modos de representação gráfica.
  - 4.5. Riscos e limitações das análises bivariadas.
5. Breve introdução às potencialidades das análises multivariadas.

## 5. Bibliografia geral recomendada

ALBARELLO, L. *et. al.*, *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1997.

ALMEIDA, J. F. & PINTO, J. M., *A investigação nas ciências sociais*, Lisboa, Presença, 1980.

ALMEIDA, L. S. & FREIRE, T., *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*, Braga, Psiquilíbrios, 2000.

BELL, J., *Como realizar um projecto de investigação*, Lisboa, Gradiva, 1997.

BLALOCK, H. M., *Social statistics*, New York, McGraw-Hill, 1979.

BLANCHET, A. *et al.*, *Les techniques d'enquête en sciences sociales*, Paris, Dunod, 1987.

BOUDON, R., *Os métodos em sociologia*, Lisboa, Rolim, 1990.

BOUDON, R. & LAZARFELD, P., *Le vocabulaire des sciences sociales*, Paris-La Haye, Mouton, 1965.

BOUDON, R. & LAZARFELD, P., *L'analyse empirique de la causalité*, Paris-La Haye, Mouton, 1969.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J-C.; PASSERON, J-C., *A profissão de sociólogo*, Petrópolis, Editora Vozes, 1999.

BRYMAN, A. & CRAMER, D., *Análise de dados em ciências sociais*, Oeiras, Celta, 1992.



BRUYNE, P. *et al.*, *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Francisco Alves Ed., 1991.

BURGESS, R. G., *A Pesquisa de Terreno*, Lisboa, Celta, 1997.

CARMO, H. & Ferreira, M. M., *Metodologia da Investigação- Guia para Auto-aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta, 1998.

CHAMPAGNE, P., LENOIR, R., MERLLIÉ, D., PINTO, L., *Iniciação à prática sociológica*, Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

COMBESSIE, Jean-Claude, *La Méthode en Sociologie*, Paris, La Découverte, 1996.

DURKHEIM, E., *O Suicídio*, Lisboa, Presença, 1992.

DURKHEIM, E., *As Regras do Método Sociológico*, Lisboa, Presença, 1991.

ECO, U., *Como se faz uma tese em ciências humanas*, Lisboa, Presença, 1988.

ESTEVES, A. & AZEVEDO, J. (eds.), *Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais*, Porto, Instituto de Sociologia, 1998.

FODDY, W., *Como Perguntar: Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*, Oeiras, Celta, 1996.

GHIGLIONE, R. & MATALON, B., *O inquérito: teoria e prática*, Oeiras, Celta, 1997.

GOODE, W. J. & HATT, P. K., *Métodos em Pesquisa Social*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1972.

GRAWITZ, M., *Méthodes des sciences sociales*, Paris, Dalloz, 1976.

- GUITTET, A., *L'Entretien: Techniques et pratiques*, Paris, A. Colin, 1983.
- HILL, M. M. & HILL, A., *Investigação por questionário*, Lisboa, Edições Sílabo, 2000.
- JAVEAU, Claude, *L'enquête par questionnaire: manuel à l'usage du praticien*, Bruxelles, Editions de l'Université de Bruxelles, 1982.
- JUAN, S., *Méthodes de recherche en sciences socio-humaines. Exploration critique des techniques*, Paris, P.U.F., 1999.
- LAVILLE, C. & DIONNE, J., *A construção do saber - manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1999.
- LIMA, M. P. de, *Inquérito Sociológico: Problemas de Metodologia*, Lisboa, Presença, 1981.
- MANN, P. H., *Métodos de investigação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1973.
- MAYNTZ, R., HOLM, K., HÜBNER, P., *Introducción a los métodos de la sociología empírica*, Madrid, Alianza Ed., 1975.
- MERTON, R. K., *Éléments de théorie et de méthode sociologique*, Paris, Plon, 1965.
- MILLS, C. W., *A imaginação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1982.
- MOREIRA, J. M., *Questionários : teoria e prática*, Coimbra, Almedina, 2004.
- NAZARETH, J. M., *Introdução aos métodos quantitativos em ciências sociais*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1981.

PARDAL, L. e CORREIA, E., *Métodos e Técnicas de Investigação Social*, Porto, Areal Editores, 1996.

PERETZ, H., *Métodos em Sociologia*, Lisboa, Temas e Debates, 2000.

PINTO, José Madureira, *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais*, Porto, Ed. Afrontamento, 1994.

PORTELA, José G. F., *As técnicas vivas na Investigação sociológica*, Instituto Politécnico de Vila Real, 1978.

QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1992.

SELLTIZ, C., WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W., *Métodos de pesquisa nas relações sociais*, São Paulo, E.PU., 1987 (3 vols.).

SILVA, A. S. & PINTO, J. M., *Metodologia das ciências sociais*, Porto, Afrontamento, 1986.

SINGLY, F., *L'Enquête et ses Méthodes: le Questionnaire*, Paris, Nathan, 1992.

STRAUSS, A. & CORBIN, J., *Basics of Qualitative Research. Grounded Theory Procedures and Techniques*, London, Newbury Park, CA, Sage, 1990.

WEBER, M., *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1983.

ZEISEL, H., *Fale com números*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1974.

## CAPÍTULO I: A DINÂMICA DA PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

### 1. A complexidade da investigação social

O problema da complexidade da investigação social é introduzido de forma interpelativa, convidando os alunos a uma reflexão colectiva em torno da questão: “por que é difícil fazer investigação em sociologia?” Espera-se que os alunos, na porfia das respostas, reencontrem, actualizem e desenvolvam conhecimentos anteriormente adquiridos, em torno de alguns tópicos genéricos considerados cruciais.

A investigação social é complexa porque, entre outros motivos, a própria realidade social é complexa, particularizada pela omnipresença da subjectividade e do sentido e pelo conseqüente desafio da compreensão e da interpretação. As ciências sociais caracterizam-se por uma forte componente hermenêutica. Cabe, a este propósito, uma referência aos contributos clássicos de Georg SIMMEL<sup>10</sup> e de Max WEBER<sup>11</sup>, com especial menção para a *démarche* seguida por este último autor na obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*<sup>12</sup>.

O objecto da Sociologia é um “objecto que fala”. Não há tema sobre o qual se debruce o sociólogo que não esteja envolto numa camada de discursos, de explicações vulgares e de pré-noções. Esta “sociologia espontânea” compõe uma espécie de *écran* enviesador. Na tradição durheimiana, o sociólogo deve romper com estes discursos do senso comum<sup>13</sup>; já numa perspectiva diferente, mais marcada pela

---

<sup>10</sup> SIMMEL, Georg, *Sociologie et épistémologie*, Paris, P.U.F., 1981.

<sup>11</sup> WEBER, Max, *Economía y Sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*, Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1944; *Fundamentos de Sociologia*, Coimbra, Rés Ed., 1983.

<sup>12</sup> WEBER, M., *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1983.

<sup>13</sup> Destacam-se aqui as propostas e os preceitos metodológicos pioneiros de E. DURKHEIM, e o modo como os aplicou, por exemplo, no seu estudo sobre o suicídio. Alguns dos principais traços deste programa foram retomados e aprofundados por vários autores entre os quais sobressai P. BOURDIEU (Cf. DURKHEIM, Emile, *As Regras do Método Sociológico*, Lisboa, Presença, 1991; *O Suicídio*, Lisboa, Presença, 1992; BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J-C.; PASSERON, J-C., *Le métier de sociologue*, Paris-La Haye, Mouton. 1973).

fenomenologia, cumpre-lhe, antes, trabalhar com e a partir desse mesmo senso comum<sup>14</sup>.

Como insistia Lucien GOLDMAN, existe nas ciências sociais uma “unidade entre o sujeito e o objecto”<sup>15</sup>, uma influência e uma envolvimento recíprocas, uma dialéctica entre o investigador e os mundos que observa. O social atravessa o investigador, constitui-o, molda as suas estruturas mentais e as suas competências cognitivas. Se o condicionamento social é fonte de enviesamento, então o próprio investigador constitui um dos vectores de erro mais decisivos. Um dos aspectos mais salientes desta realidade prende-se com o etnocentrismo (ou sociocentrismo), com o cortejo de incidências inerentes às ancoragens e aos repertórios sociais que nos definem e que informam a nossa percepção do mundo. Várias propostas se erguem no sentido de contrariar estas tendências: o relativismo cultural<sup>16</sup>, o descentramento<sup>17</sup> ou a auto-análise, consistindo esta última numa espécie de reflexividade pela qual o sociólogo vira sobre si mesmo as armas da sociologia<sup>18</sup>. Mas não é apenas a sociedade que influencia o sociólogo. A recíproca também é verdadeira. Os trabalhos produzidos no âmbito da Sociologia interferem, por sua vez, com a sociedade, que não só acusa os seus efeitos como acaba por se apropriar dos seus discursos. Esta vertente da reflexividade coloca um problema epistemológico delicado, abordado por vários autores, tais como Anthony GIDDENS<sup>19</sup> ou, em Portugal, Boaventura Sousa SANTOS<sup>20</sup>.

Obstáculo de árdua resolução é o da linguagem. A da Sociologia pouco dista da linguagem corrente. Plural, a linguagem comporta e configura visões e interpretações do mundo<sup>21</sup>, veicula pré-construções e avaliações da realidade que se

---

<sup>14</sup> Cf. SCHUTZ, Alfred, *El problema de la realidad social*, Buenos Aires, Amorrurtu Ed., 1974; GARFINKEL, Harold, *Studies in Ethnomethodology*, Englewood Cliffs/New Jersey, Prentice-Hall, 1967.

<sup>15</sup> GOLDMAN, Lucien, *Sciences humaines et philosophie*, Paris, P.U.F., 1952.

<sup>16</sup> Ex. BENEDICT, Ruth, *Padrões de Cultura*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d.

<sup>17</sup> PIAGET, Jean, *Estudos Sociológicos*, São Paulo, Ed. Forense, 1973.

<sup>18</sup> Pierre Bourdieu é um dos advogados desta postura. Ver, em particular, BOURDIEU, Pierre, *Le sens pratique*, Paris, Minuit, 1980; BOURDIEU, Pierre, *Questions de Sociologia*, Paris, Minuit, 1980; BOURDIEU, Pierre, *Réponses. Pour une anthropologie réflexive*, Paris, Éd. du Seuil, 1992.

<sup>19</sup> GIDDENS, Anthony, *Novas regras do método sociológico*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

<sup>20</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa, *Introdução a uma ciência pós-moderna*, Porto, Afrontamento, 1989.

<sup>21</sup> Cf., neste sentido, a obra pioneira de Mikhaïl BAKHTINE, *Le marxisme et la philosophie du langage: essai d'application de la méthode sociologique en linguistique*, Paris, Minuit, 1977.

insinuam no trabalho do sociólogo. Nestas condições, importa promover uma atitude de apertada e permanente vigilância e desconstrução<sup>22</sup>.

A Sociologia é, assumidamente, uma disciplina polífona, pluriparadigmática. O que complica sobremaneira a tarefa do sociólogo, que não pode partilhar nem as evidências nem as economias facultadas pelas “ciências normais”<sup>23</sup>. A realidade da prática sociológica é, nesta perspectiva, caracterizada por um elevado grau de anomia. Um mesmo fenómeno social é passível de múltiplas abordagens, todas legítimas, algumas contraditórias, nenhuma consensual<sup>24</sup>.

Um dos problemas que maior reflexão tem suscitado nas ciências sociais é o da relação ao valores. Tema controverso, é apresentado aos alunos a partir de um mosaico panorâmico de alguns dos seus equacionamentos mais paradigmáticos.

Para Karl MARX, a consciência depende do ser, das condições materiais de existência. Este condicionamento, gerador de interesses e de pontos de vista particulares, produz uma percepção distorcida, ideológica, da realidade (social)<sup>25</sup>. Georg LUKACS e Lucien GOLDMAN prosseguiram nesta via. Pela sua posição na estrutura e na dinâmica social, cada classe é caracterizada por um “máximo de consciência possível”. De todas as classes actuais, a consciência possível do proletariado seria a menos limitada, aquela que permitiria uma maior clarividência social. O sociólogo que aspira a uma visão adequada da realidade e do devir sociais deve, segundo esta argumentação, perfilhar o “ponto de vista do proletariado”<sup>26</sup>.

Distinta é a convicção patente na obra de Émile DURKHEIM<sup>27</sup>. Para DURKHEIM, a objectividade é possível desde que seja respeitado o método científico. Uma das suas maiores preocupações consistiu, precisamente, no

---

<sup>22</sup> Cf. a importância concedida a este problema na obra de P. Bourdieu et al, *Le métier de sociologue*, op. cit.

<sup>23</sup> Sobre a noção de “ciência normal”, ver KUHN, Thomas S., *The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago, The University of Chicago Press, 1970.

<sup>24</sup> Ver, a este propósito, BLALOCK, Jr., Hubert M., *Introdução à pesquisa social*, Rio de Janeiro, Zahar Eds., 1976, pp. 11-20.

<sup>25</sup> Esta teoria encontra-se já desenvolvida na obra conjunta com Friedrich ENGELS, *L'Idéologie Allemande*, Paris, Éd. Sociales, 1976.

<sup>26</sup> Cf. LUKACS, Georg, *Histoire et Conscience de Classe*, Paris, Ed. de Minuit, 1960; GOLDMANN, Lucien, *Sciences humaines et philosophie*, Paris, P.U.F., 1952; GOLDMANN, Lucien, *Marxisme et sciences humaines*, Paris, Gallimard, 1970. Ver ainda, acerca esta posição, NUNES, A. Sedas, *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa, Presença/G.I.S., 1984.

estabelecimento, no domínio da Sociologia, desse método e dos respectivos princípios e regras, designadamente de distanciação e objectivação.

A posição de Max WEBER<sup>28</sup> assevera-se complexa, matizada e, aparentemente, paradoxal. Não concebe a figura do sociólogo senão movida por valores. Seja qual for o tema a tratar são infinitos os aspectos susceptíveis de estudo; infinitas também as conexões causais. Existe ainda uma pluralidade de modos legítimos de encarar uns e outras. A parcialidade é assim incontornável: investiga-se uma ínfima parte sob um ponto de vista relativo e particular. Na escolha do tema, na selecção dos aspectos a reter e na configuração da “regressão causal”, o sociólogo orienta-se pelos seus valores. Posteriormente, na investigação e análise, o sociólogo deve permanecer metodologicamente rigoroso, pautar-se por valores, certamente, mas, agora, pelos valores universais da ciência.

A sociologia do conhecimento de Karl MANHEIM<sup>29</sup> contribuiu para este debate com uma achega importante: não é apenas o conhecimento falso, ideológico, que é condicionado socialmente; o conhecimento verdadeiro também o é. O que significa que o conhecimento verdadeiro, inclusive o científico, pode e deve ser equacionado em função das condições sociais que concorrem para a sua emergência. Para MANHEIM, a *intelligentsia sem laços*, porque desvinculada das principais lutas sociais (de classe) e capaz de uma perspectiva totalizante, graças à diversidade das suas origens sociais, configura-se como a categoria social que reúne as melhores condições para aceder a uma visão ajustada da realidade social. A ideia central de MANHEIM está na base da sociologia da ciência e tem inspirado inúmeros autores. Para Pierre ANSART, distanciação e envolvimento remetem ambos para tomadas de posição e para situações sociais. Argumentando com exemplos, conclui que nada demonstra que o envolvimento seja menos clarividente do que a distanciação social<sup>30</sup>. Pierre BOURDIEU, na sua teoria do “campo científico”<sup>31</sup>, propõe-se apreender como

---

<sup>27</sup> *As Regras do Método Sociológico*, op. cit.

<sup>28</sup> Ver os textos “‘Neutralidade axiológica’ em ciências sociais” e “Objectividade do conhecimento em ciências e na política sociais” in WEBER, Max, *Fundamentos de Sociologia*, Coimbra, Rés Ed., 1983., pp. 119-251.

<sup>29</sup> MANHEIM, Karl, *Idéologie et utopie*, Paris, Rivière, 1956.

<sup>30</sup> Cf. ANSART, Pierre, “Toute connaissance du social est-elle idéologique?” in DUVIGNAUD, Jean (Org.), *Sociologie de la connaissance*, Paris, Payot, 1979, pp. 33-48.

<sup>31</sup> BOURDIEU, Pierre, “Le champ scientifique”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n°2-3, 1976, pp. 88-104.

as respectivas estruturas e dinâmicas específicas propiciam a produção de um conhecimento universal, relativamente independente da sua génese, o conhecimento científico.

Enfim, Alvin GOULDNER encara o princípio da neutralidade axiológica enquanto ideologia profissional útil ao ofício e ao campo da sociologia, quer ao nível interno, quer ao nível da relação com as demais profissões e mundos sociais<sup>32</sup>.

Este breve percurso por algumas posições atinentes à relação aos valores e à neutralidade axiológica revela quanto certos dilemas, como o da distanciação e do envolvimento, continuam em aberto na teoria e na prática da sociologia.

Mas o sociólogo depara-se ainda com dificuldades de outro género, porventura menos estruturantes, mas não menos carregadas de efeitos nefastos.

A “sociologia espontânea” alimenta várias ilusões. Entre estas, a ilusão de um saber imediato ao alcance de todos: “de sociólogo e de louco todos temos um pouco”. O sociólogo está condenado a confrontar-se com esta confusão, tenaz, nos mais variados momentos do seu ofício: na negociação do contrato, na aprovação do projecto, no planeamento e na condução da pesquisa, na interpretação e na divulgação dos resultados. Os públicos e as clientelas esperam da Sociologia uma autorizada legitimação de opções entretanto tomadas ou uma rápida resolução de problemas práticos, mas não uma longa e incerta gestação de um saber cientificamente fundamentado. Querem, precisamente, aquilo que a Sociologia não deve nem pode prodigar<sup>33</sup>. Processa-se, a este nível, uma “ruptura na comunicação”<sup>34</sup>. Estes aspectos reflectem-se, naturalmente, nas encomendas, nos recursos e, sobretudo, no tempo disponibilizados, assim como no eventual desencanto perante o teor dos resultados alcançados.

Seria despropositado tentar inventariar os factores que dificultam a actividade do sociólogo. Registe-se, no entanto, um último que é uma falácia: a

---

<sup>32</sup> GOULDNER, Alvin. W., “El antiminoaturo: el mito de una sociología no valorativa”, in *La sociología actual: renovación y crítica*, Madrid, Alianza Ed., 1979, pp. 15-35.

<sup>33</sup> Sobre este assunto, ver os textos clássicos de Max WEBER em *Essais sur la théorie de la science*, Paris, Plon, 1965.

<sup>34</sup> BLALOCK, Hubert M., *Introdução à pesquisa social*, Rio de Janeiro, Zahar Eds., 1976, p. 11.



“tentação do profetismo”<sup>35</sup>: a ilusão da posse de verdades últimas sobre as realidades sociais que desvia o sociólogo do relativo e modesto, mas rigoroso, exercício do ofício. Tende, por sinal, a verificar-se um reforço mútuo entre a tentação de profetismo e as expectativas do público acima enunciadas.

## 2. A teoria na investigação social

A teoria está sempre presente na investigação. Orienta as suas inúmeras operações e decisões. De modo consciente, explícito e controlado, ou não. Algumas correntes epistemológicas, tais como o “racionalismo aplicado”, atribuem, inclusive, a primazia (lógica e epistemológica) ao desempenho teórico no processo de pesquisa, principalmente nos momentos da “conquista” (ruptura com o senso comum)<sup>36</sup> e da “construção do objecto” (configuração da problemática e do modelo de análise)<sup>37</sup>. A teoria impõe-se como matriz e guia na investigação.

As várias modalidades de participação da teoria na investigação foram sistematizadas por Robert K. MERTON num ensaio que decompõe a “contribuição da teoria sociológica para a investigação empírica” em sete patamares, que vão da “metodologia” e das “ideias directoras” à “derivação e codificação”<sup>38</sup>. Ainda neste quadro, Abraham KAPLAN<sup>39</sup> brinda-nos com uma judiciosa metáfora em jeito de balanço: na investigação, a teoria funciona como agência matrimonial, parteira e madrinha: como agência matrimonial, relaciona e dá sentido aos factos; como parteira, participa na sua produção; como madrinha, cabe-lhe legitimar e avaliar os factos à medida que vão surgindo.

---

<sup>35</sup> Esta tentação foi severamente criticada por Max WEBER (*Fundamentos de Sociologia*, op. cit., pp. 122 e seguintes).

<sup>36</sup> O problema da ruptura com o senso comum é bem tratado em SILVA, Augusto Santos, “A ruptura com o senso comum nas ciências Sociais” in SILVA, Augusto S. e PINTO, J. Madureira, *Metodologia das ciências sociais*, Porto, Afrontamento, 1986, pp. 29-53.

<sup>37</sup> Cf. BACHELARD, Gaston, *Le Nouvel Esprit Scientifique*, Paris, P.U.F., 1958; *Épistémologie (textes choisis)*, Paris, P.U.F., 1971; BOURDIEU, Pierre et al, *Le métier de sociologue*, op. cit; NUNES, A. Sedas, *Sobre o Problema do Conhecimento nas Ciências Sociais*, Lisboa, G.I.S., 1981.

<sup>38</sup> Cf. MERTON, Robert K., *Éléments de théorie et de méthode sociologique*, Paris, Plon, 1965, sobretudo o capítulo “L’apport de la théorie sociologique à la recherche empirique”, pp. 27 a 44.

<sup>39</sup> KAPLAN, Abraham, *A Conduta na Pesquisa*, São Paulo, EPU/EDUSP, 1975.

Se é preciso alertar contra as consequências da “demissão empírica”, não nos devemos deixar ofuscar pela preponderância da teoria. São demasiado reais os riscos autistas das “supremas teorias”<sup>40</sup>, aranhas que tecem a teia com a sua própria substância, na expressão de Francis BACON. A investigação empírica, indispensável, “não se limita (...) ao papel passivo de averiguar e de controlar a teoria ou de confirmar ou refutar hipóteses. A investigação desempenha um papel activo: ela preenche, pelo menos, quatro funções maiores que contribuem para o desenvolvimento da teoria: ela suscita, refunde, reorienta e clarifica a teoria”<sup>41</sup>. Cabe aqui uma referência à *serendipity*<sup>42</sup>, a abertura competente aos fenómenos inesperados, anómalos e teoricamente estratégicos.

Um dos maiores obstáculos com que se depara a investigação social reside no hiato observado entre teoria e pesquisa empírica. Retomando a metáfora de Francis BACON temos, de um lado, a aranha que tece a teia com a sua substância, do outro, a formiga que acumula materiais sem os transformar; raramente acontece a síntese simbolizada pela abelha. Dois excessos conjugados: a especulação teórica dificilmente operatória e o “empirismo abstracto” pouco fecundo<sup>43</sup>. Uma via apontada para a diminuição deste hiato consiste no desenvolvimento de teorias regionais e de teorias auxiliares, as primeiras adaptando e especificando o acervo teórico disponível ao objecto de estudo, as segundas acompanhando a própria selecção, articulação e uso dos métodos e das técnicas a mobilizar<sup>44</sup>.

Uma breve reflexão genérica sobre a questão da verificabilidade ou da refutabilidade das teorias encerra este ponto do programa.

---

<sup>40</sup> MILLS, C. Wright, *L'imagination sociologique*, Paris, Maspéro, 1967, sobretudo o capítulo 2: “La suprême-Théorie”.

<sup>41</sup> MERTON, Robert K., *Éléments de théorie et de méthode sociologique*, op. cit., p. 46. Na argumentação do papel da investigação empírica socorrêmo-nos principalmente do capítulo II: “A contribuição da investigação empírica para a teoria sociológica” (pp. 45-64).

<sup>42</sup> *Ibid*, p. 47.

<sup>43</sup> “Como a Suprema-Teoria, o empirismo abstracto apega-se a um momento do trabalho e deixa-o acaparar-lhe o espírito” (MILLS, C. Wright, *L'imagination sociologique*, op. cit., p. 53; o capítulo 3 é dedicado ao empirismo abstracto).

<sup>44</sup> Cf. ALMEIDA, João Ferreira; PINTO, José Madureira, “Da teoria à investigação empírica. Problemas metodológicos gerais” in SILVA, Augusto S.; PINTO, J. Madureira, *Metodologia das ciências sociais*, op. cit., pp. 55-78.

### 3. A investigação como estratégia. Modalidades e momentos fulcrais

A investigação é um processo, um conjunto hierarquizado de actividades interdependentes. O que se faz em cada passo deve ter em consideração o que já se fez, o que também se está a fazer e o que, previsivelmente, se fará. A investigação pode ser ainda associada a uma estratégia. Trata-se de escolher o melhor caminho (método) a percorrer, numa miríade de pequenas e grandes decisões orientadas para o melhor alcance dos objectivos mediante uma optimização dos recursos e disponíveis e mobilizáveis<sup>45</sup>.

No seio da Sociologia, o modo de conceber o processo de investigação está longe de ser consensual. São diversas, por vezes opostas, as abordagens avançadas. De uma forma global, duas merecem, todavia, destaque: a hipotético-dedutiva e a (hipotético-)indutiva.

A *démarche* hipotético-dedutiva, defendida, por exemplo, por Gaston BACHELARD e Pierre BOURDIEU<sup>46</sup>, valoriza o papel primordial e decisivo da teoria, nomeadamente nos primeiros momentos da pesquisa. A pesquisa empírica, subordinada à construção prévia da problemática e do modelo de análise, desenrola-se sob o signo das questões, dos conceitos e, sobretudo, das hipóteses directoras. “O facto científico conquista-se, constrói-se, constata-se” (G. BACHELARD).

A *démarche* indutiva valoriza a observação e a experiência empírica. Pelo menos, em boa parte da investigação, o enquadramento teórico deve ser aberto e flexível. As teorias ganham corpo à medida que a pesquisa avança; as que permanecem, as que não foram entretanto rejeitadas, asseveram-se como as mais “fundadas”. Herdeiro da tradição da Escola de Chicago, Anselm STRAUSS é, na actualidade, um dos mais célebres proponentes deste tipo de *démarche*: “uma teoria

---

<sup>45</sup> Sobre o processo de pesquisa em ciências sociais, existe excelente literatura. Permitimo-nos mencionar algumas obras: SELTZER, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOK, S. W., *Métodos de pesquisa nas relações sociais*, São Paulo, E.P.U./EDUSP, 1974; MANN, Peter H., *Métodos de investigação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1973; QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1992 (este manual é extremamente pedagógico, o que se traduz, a nosso ver, num excesso de esquematismo).

<sup>46</sup> Há quem considere a obra de Pierre Bourdieu e colaboradores, *Le métier de sociologue*, como um expoente na sistematização e argumentação do método hipotético-dedutivo.

fundamentada (*grounded*) é uma teoria que decorre indutivamente do estudo do fenómeno que ela contempla. Isto é, ela é descoberta, desenvolvida e verificada de forma provisória a partir de uma recolha sistemática de dados e de uma análise dos dados relativos a esse fenómeno. Recolha de dados, análise e teoria mantêm relações recíprocas estreitas. Não se começa com uma teoria a comprovar, mas antes com um domínio de estudo permitindo a emergência daquilo que nesse domínio é pertinente.”<sup>47</sup>

A maioria dos manuais clássicos de metodologia das ciências sociais perfilha uma concepção do processo de pesquisa condizente com a abordagem hipotético-dedutiva. Sublinhe-se, contudo, que uma parte significativa da Sociologia tem sido e continua a ser praticada noutros moldes. Atente-se, por exemplo, no passado, na Escola de Chicago e, na actualidade, na sociologia fenomenológica, no interaccionismo simbólico, na etnometodologia ou na referida *grounded theory*. Acrescente-se que a maioria das sociologias ditas pós-modernas também se orientam por estes modelos alternativos.

Pesem as divergências quanto às primazias, aos momentos e aos desempenhos, actividades há que estão presentes e são fulcrais em qualquer investigação sociológica: a delimitação das questões directoras; os estudos exploratórios; a conceptualização e a formulação de hipóteses; a recolha e a análise dos dados; a redacção do relatório.

A ideia inicial de uma investigação pode surgir de múltiplas formas. A sua emergência e qualidade dependem, no entanto, do repertório teórico disponível. Carece, normalmente, ser transformada numa ou em várias questões directoras, que se querem: a) claras, precisas e concisas; b) realistas e viáveis, passíveis de proporcionar uma investigação empírica exequível face aos recursos mobilizáveis; c) pertinentes, designadamente no âmbito da disciplina; d) nem metafísicas nem moralizadoras; e) susceptíveis de proporcionar alguma contribuição original; f) não devem ser falsas nem retóricas.

---

<sup>47</sup> STRAUSS, A.; CORBIN, J., *Basics of Qualitative Research. Grounded Theory Procedures and Techniques*, op. cit., p. 23). Para uma sucinta mas clara defesa do papel da indução na sociologia, cf. BERTAUX, Daniel, *Récits de vie*, Paris, Nathan, 1996.

Quando ocorre uma ideia de investigação, é provável que o nosso domínio do assunto, em termos teóricos, metodológicos e substantivos, se manifeste insuficiente. A prossecução da investigação apela a um estudo exploratório susceptível de nos facultar um melhor conhecimento e uma consciência mais apurada tanto da realidade a estudar como da viabilidade do projecto e dos caminhos a percorrer. Estas actividades prévias podem revestir várias formas: pesquisa documental, nomeadamente bibliográfica<sup>48</sup>; entrevistas exploratórias a especialistas, a “informantes privilegiados” e a membros da (ou com características semelhantes à) população visada; recurso, enfim, a técnicas complementares, tais como a observação. Algumas cautelas devem rodear as actividades do estudo exploratório que incidem sobre o próprio universo a estudar. O tempo e os recursos dispendidos nesta fase costumam revelar-se amplamente compensatórios. Previnem e evitam erros, mais tarde, irreparáveis.

Na investigação, desde os primeiros passos, lidamos e avançamos com conceitos e hipóteses, as “ferramentas básicas da pesquisa”<sup>49</sup>. Mais tarde ou mais cedo, teremos que os explicitar e articular num corpo coerente, enquadrado teoricamente e ajustado ao objecto e aos objectivos da pesquisa. Em suma, cumpre-nos elaborar a problemática. Se os conceitos e as hipóteses são as ferramentas básicas da pesquisa, então a problemática é a sua alma. O caminho para a problemática passa, de algum modo, pelo balanço das teorias existentes e pela explicitação da perspectiva adoptada.

Os conceitos são construções que mediatizam a captação e a expressão da realidade<sup>50</sup>. A conceptualização constitui um dos desafios mais delicados de qualquer investigação. Tornar os conceitos aptos a intervir de modo eficiente não é tarefa fácil. Propostas como a da operacionalização dos conceitos formulada por Paul Lazarsfeld ajudam-nos a consegui-lo. Consiste, fundamentalmente, em quatro operações: a representação figurada do conceito (o que abrange?); a especificação (quais as dimensões?), a escolha dos indicadores (que informações recolher?) e, por último, a

---

<sup>48</sup> Uma boa introdução à pesquisa bibliográfica pode ser encontrada em Umberto ECO, *Como se faz uma tese em ciências humanas*, Lisboa, Presença, 1988.

<sup>49</sup> GOODE, William J. e HATT, Paul K., *Métodos em Pesquisa Social*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1972.

construção dos índices (como traduzir, sintética e quantitativamente, a informação?)<sup>51</sup>. Os conceitos podem ser trabalhados isolada ou sistemicamente. O nominalismo, o operacionalismo e a reificação dos conceitos são alguns dos riscos que espreitam a conceptualização. Mais ou menos fundamentadas, as hipóteses são conjecturas, pressuposições. De vária ordem, referem-se ao que existe, ao que ocorre ou ao modo como as propriedades e os fenómenos (conceitos) se relacionam. Uma boa hipótese deve ser efectiva, conceptualmente clara, pertinente face à teoria e à realidade considerada, empiricamente refutável, tanto quanto possível original e capaz de orientar uma investigação empírica. O modelo de análise, figura mais característica do método hipotético-dedutivo, surge como “o prolongamento natural da problemática”. “Composto por conceitos e hipóteses estreitamente articulados entre si” num “quadro coerente”, o modelo de análise “articula de forma operacional os marcos e as pistas que serão finalmente retidos para orientar o trabalho de observação e de análise”<sup>52</sup>. Trata-se, em suma, de uma prefiguração da investigação e da análise empíricas<sup>53</sup>.

Com a problemática, e o modelo de análise, sabe-se o que se quer saber. Falta definir a estratégia para o conseguir. Sabe-se que informações precisamos, mas como as obter? Torna-se necessário gizar o “plano do método”, proceder ao delineamento da pesquisa<sup>54</sup>. Um momento importante na economia da investigação e na optimização dos recursos. Três questões carecem ser equacionadas. *Observar o quê?* Prever, com sobriedade e abertura, as informações pertinentes. *Observar a quem?* Delimitar o universo e seleccionar as unidades de observação. *Como?* Reter as técnicas de produção, recolha e análise das informações pretendidas. Estas operações

---

<sup>50</sup> Para uma abordagem do papel dos conceitos na investigação, ver MAYNTZ, Renate; HOLM, Kurt; HÜBNER, Peter, *Introducción a los métodos de la sociología empírica*, Madrid, Alianza Ed., 1975.

<sup>51</sup> Cf. LAZARFELD, Paul, “Des concepts aux indices empiriques”, in BOUDON, Raymond; LAZARFELD, Paul, *Le vocabulaire des sciences sociales*, Paris-La Haye, Mouton, 1965, pp. 27-36. Esta obra inclui um exemplo clássico de aplicação bem sucedida destes procedimentos ao conceito de religiosidade: GLOCK, Charles Y. - “Y a-t-il un réveil religieux aus États-Unis?”, in BOUDON, R.; LAZARFELD, P. (orgs.), *Le vocabulaire des sciences sociales, op. cit.*, 1965, pp. 49-59.

<sup>52</sup> QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, op. cit., p. 151.

<sup>53</sup> Quatro obras prestam-se à ilustração diversificada do trabalho conducente à construção de problemáticas e, eventualmente, de modelos de análise: DURKHEIM, Emile, *O Suicídio*, Lisboa, Presença, 1992; WEBER, M., *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1983; GOFFMAN, Erving, *Asiles*, Paris, Minuit, 1968; BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. - *Les Héritiers. Les étudiants et la culture*, Paris, Minuit, 1964.

<sup>54</sup> Para um desenvolvimento ilustrado das actividades de planeamento da pesquisa, ver SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOK, S. W., *Métodos de pesquisa nas relações sociais*, São Paulo, E.P.U./EDUSP, 1974.

pressupõem uma clara visão global da investigação, a par de um bom domínio do conjunto das técnicas de pesquisa disponíveis. Fulcral, e sempre decisiva, mantém-se a ponderação da exequibilidade do projecto.

A recolha de informações comporta inúmeros cuidados e operações. Realcem-se, para já, a construção, o teste e a aplicação dos instrumentos de forma a que as informações produzidas se ajustem às análises programadas.

Qualitativa ou quantitativa, descritiva, compreensiva ou explicativa, a análise de dados exige, necessariamente, o domínio das técnicas a aplicar. A qualidade e o rendimento da análise de dados dependem, em grande parte, da qualidade e da relevância da problemática e da pesquisa empírica que a precedem.

Um relatório de investigação pode ser estruturado de diversas maneiras. Cumpre-lhe, no entanto, contemplar as seguintes partes: índice, introdução, problemática, metodologia, desenvolvimento/análise, conclusão, bibliografia. O índice e, sobretudo, a introdução e a conclusão reclamam um esmero particular. São as vitrinas da obra. A introdução aponta o(s) problema(s) director(es) e a *démarche* adoptada. Pode ainda sugerir a relevância de alguns resultados e o eventual interesse teórico e prático do estudo. Trata-se de cativar a atenção e o interesse. A parte relativa à problemática explicita a génese do projecto, as questões directoras, o enquadramento teórico, os conceitos e as hipóteses centrais. A metodologia contempla a selecção, a construção e o uso dos instrumentos aplicados nos diferentes momentos da pesquisa. Refere-se ainda aos percursos, opções e procedimentos mais marcantes. No desenvolvimento, a análise e a argumentação devem ser estruturadas e obedecer a um plano, ou seja, seguir um fio condutor. Podem ser acrescentadas algumas orientações adicionais respeitantes ao desenvolvimento: ater-se às informações pertinentes; promover o que é mais consistente, específico e original; acentuar o que contribui para um melhor conhecimento do objecto ou o que pode lograr repercussões teóricas; evitar redundâncias, informações avulsas e desconexas. O que importa é a qualidade não a quantidade. A conclusão não deve ser confundida nem com um resumo nem com uma recapitulação. Cabe-lhe retomar apenas o que de melhor e de mais original resultou do estudo, enfatizando as achegas específicas ao conhecimento do objecto ou com possíveis repercussões teóricas. Ganha em incluir um espaço de efectiva

autocrítica e de sondagem de novos horizontes: o que se fez de errado; o que não se fez mas pode e deve ser feito; os campos de indagação vislumbrados. Ocasão ainda para indagar os possíveis efeitos e aplicações de ordem prática. A redacção de um relatório científico obedece a regras, quanto ao índice e à bibliografia, mas também quanto às citações e referências bibliográficas, às notas de rodapé, ao formato, aos grafismos, às abreviaturas, aos anexos, etc. Estas regras estão consignadas em muitos textos<sup>55</sup>.

Terminado este périplo pelo processo de pesquisa, torna-se mais fácil abordar a elaboração do projecto de investigação. Que objectivos, que estilo e, sobretudo, que conteúdo? Neste âmbito, são afloradas as seguintes componentes: o tema e o título; os proponentes; o interesse e os problemas directores; o esboço da problemática e da metodologia (plano de pesquisa); a cronologia e o cronograma; o inventário e a estimativa dos recursos (humanos, processuais, financeiros, logísticos) disponíveis e a obter; o orçamento.

#### 4. Princípios de deontologia profissional

A sociologia é uma profissão que se rege por um código deontológico. Importa enunciar alguns dos princípios deontológicos mais significativos, desde os mais gerais (evitar práticas cujas consequências, directas ou indirectas, sejam passíveis de causar danos à população estudada e aos colaboradores) até aos mais específicos (zelar pelos arquivos; não iludir as pessoas; não filmar, gravar ou fotografar alguém sem prévia autorização). Uma cópia do *Código Deontológico* produzido pela Associação Portuguesa de Sociologia é distribuída aos alunos.

---

<sup>55</sup> A obra de Umberto Eco (*Como se faz uma tese*, op. cit.) proporciona uma explanação simultaneamente completa e pedagógica.



## 5. Indicações bibliográficas para o capítulo I<sup>56</sup>

- BLALOCK, Hubert M., *Introdução à pesquisa social*, Rio de Janeiro, Zahar Eds., 1976.
- BOUDON, Raymond; LAZARSFELD, Paul, *Le vocabulaire des sciences sociales*, Paris-La Haye, Mouton, 1965.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J-C.; PASSERON, J-C., *Le métier de sociologue*, Paris-La Haye, Mouton, 1973.
- \* BOURDIEU, P. e PASSERON, J-C. - *Les Héritiers. Les étudiants et la culture*, Paris, Minuit, 1964.
- DURKHEIM, Emile, *As Regras do Método Sociológico*, Lisboa, Presença, 1991.
- \* DURKHEIM, Emile, *O Suicídio*, Lisboa, Presença, 1992.
- ECO, Umberto, *Como se faz uma tese em ciências humanas*, Lisboa, Presença, 1988.
- \* GOFFMAN, Erving, *Asiles*, Paris, Minuit, 1968.
- KAPLAN, Abraham, *A Conduta na Pesquisa*, São Paulo, EPU/EDUSP, 1975.
- MANN, Peter H., *Métodos de investigação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1973.
- MAYNTZ, Renate; HOLM, Kurt; HÜBNER, Peter, *Introducción a los métodos de la sociología empírica*, Madrid, Alianza Ed., 1975.
- MERTON, Robert K., *Éléments de théorie et de méthode sociologique*, Paris, Plon, 1965.
- MILLS, C. Wright, *L'imagination sociologique*, Paris, Maspéro, 1967.

---

<sup>56</sup> São assinaladas com um asterisco (\*) as obras ilustrativas de aplicações práticas.

NUNES, A. Sedas, *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa, Presença/G.I.S., 1984.

NUNES, A. Sedas, *Sobre o Problema do Conhecimento nas Ciências Sociais*, Lisboa, G.I.S., 1981.

PINTO, José Madureira, *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais*, Porto, Ed. Afrontamento, 1994.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1992.

SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOK, S. W., *Métodos de pesquisa nas relações sociais*, São Paulo, E.P.U./EDUSP, 1974.

SILVA, Augusto S. e PINTO, J. Madureira, *Metodologia das ciências sociais*, Porto, Afrontamento, 1986.

STRAUSS, A.; CORBIN, J., *Basics of Qualitative Research. Grounded Theory Procedures and Techniques*, Newbury Park, CA, Sage, 1990.

WEBER, M., *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1983.

WEBER, Max, *Fundamentos de Sociologia*, Coimbra, Rés Ed., 1983.

## CAPÍTULO II: A PRÁTICA DOS MÉTODOS E DAS TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL

### 1. Algumas observações e advertências preliminares

Convém distinguir, mesmo que de um modo não categórico, as noções de método, métodos e técnicas. O método, no singular, engloba o conjunto de estratégias e de operações intelectuais mediante as quais uma disciplina logra, demonstra e verifica o conhecimento que a caracteriza. Nesta acepção, o método traduz-se por um corpo de regras e procedimentos independentes das investigações e dos objectos concretos. Os métodos, no plural, referem-se a modos de encarar e organizar as investigações concretas, de abordar, interpretar ou explicar um dado domínio da realidade. “Num sentido restrito, para evidenciar um significado comum a todos estes métodos, dir-se-ia que se pode entender a maioria como um conjunto articulado de operações que visam um ou vários objectivos, como um corpo de princípios que presidem a qualquer investigação organizada, como um conjunto de normas que nos permitem seleccionar e coordenar as técnicas. Eles constituem, de maneira mais ou menos abstracta ou concreta, precisa ou vaga, um plano de trabalho em função de um objectivo”<sup>57</sup>. Por seu lado, “as técnicas de investigação são conjuntos de procedimentos bem definidos e transmissíveis, destinados a produzir certos resultados na *recolha e tratamento* da informação requerida pela actividade de pesquisa”<sup>58</sup>. Transdisciplinares, independentes dos objectos a que se possam aplicar, as técnicas são ferramentas a que o investigador recorre no momento e da forma requerida pelos métodos.

---

<sup>57</sup> GRAWITZ, Madeleine, *Méthodes des sciences sociales*, Paris, Dalloz, 1976, p. 333.

<sup>58</sup> ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO, José Madureira, *A investigação nas ciências sociais*, Lisboa, Presença, 1980, p. 78.

No modo de usar as técnicas costumam insinuar-se vícios, falácias e ilusões com efeitos perversos, responsáveis por autênticas situações de reificação. Nalguns casos deixa de ser o artista a dominar a técnica e passa a técnica a dominar o artista; já não é, por exemplo, o objectivo a ditar a técnica mas a técnica a ditar o objectivo; subverte-se a relação entre sujeito e objecto, meios e fins. O papel da aprendizagem do “ofício” é crucial na prevenção deste tipo de utilização abusiva e desajustada das técnicas.

Alguns destes vícios e falácias prendem-se com uma postura feiticista que pode assumir três facetas<sup>59</sup>:

- O metodologismo e os consequentes rigorismo e inibição metodológica<sup>60</sup>;
- O exorbitante privilégio concedido a uma técnica em particular conducente a um uso abusivo e tendencialmente exclusivo, alicerçado numa espécie de fascínio redutor e enviesador<sup>61</sup>;
- A automistificação legitimadora da ignorância, mediante sobrevalorização do que é conhecido; “necessidade tornada virtude”, consiste na tendência para subordinarmos os objectos e as pesquisas às técnicas que dominamos, embora nem sempre sejam as mais indicadas, e ignorarmos as restantes, porventura mais adequadas. Ocorre uma inversão de valores típica de qualquer feiticismo: em vez de, como seria lógico, dependerem as técnicas dos objectos de pesquisa, são estes que dependem das técnicas predilectas<sup>62</sup>.

A estes vícios convém acrescentar pelo menos três ilusões:

---

<sup>59</sup> Abrahan KAPLAN (*A Conduta na Pesquisa*, op. cit.) alerta-nos, com acutilância, para estes riscos.

<sup>60</sup> As fixações obsessivas do metodologismo lembram, no seu aspecto mais caricato, o paciente de Sigmund Freud que passava o tempo todo a limpar os óculos sem nunca os colocar. Para uma crítica do metodologismo, ver: BOURDIEU, P. et al, *Le métier de sociologue*, op. cit., pp. 20-23; MILLS, C. Wright, *L'imagination sociologique*, op. cit., caps. 3 a 5.

<sup>61</sup> A propósito deste misto de excessiva confiança e ignorada dependência, Abrahan KAPLAN recorre à seguinte imagem: dá-se um martelo a uma criança e logo tudo lhe parece merecer uma martelada. É este feiticismo sem freio que Pitirim A. SOROKIN critica nos “quantofrénicos” que, no seu dizer, “conseguem a medida de tudo e a relevância de nada” (*Tendances et déboires de la sociologie américaine*, Paris, Aubier, 1959).

<sup>62</sup> A propósito deste vício, Abrahan KAPLAN evoca o bêbado que, a caminho de casa, procura a chave perdida perto de um candeeiro sob pretexto que aí se vê melhor.

- A ilusão da facilidade. O uso das técnicas nem é imediato nem fácil. Requer competência técnica, mas também consciência dos respectivos pressupostos, potencialidades e limitações, paciência, criatividade, autodomínio, conhecimento do objecto, capacidade de articulação com as restantes componentes da investigação, entre as quais as demais técnicas<sup>63</sup>;
- A ilusão da neutralidade. As técnicas não são neutras. Elas veiculam pressupostos, participam na construção do objecto e influenciam os resultados. Elas geram efeitos que marcam a própria forma do conhecimento. Por exemplo, a técnica do inquérito, a não ser mais pela amostragem que implica, pelas competências que prejudica nos entrevistadores e pelo peso que confere às respostas na análise dos dados, encerra uma visão da sociedade que afecta o conhecimento assim alcançado<sup>64</sup>.
- A ilusão do catálogo e do receituário. É errado pensar que o recurso a uma técnica se assemelha a uma escolha de catálogo e a sua aplicação à observância de receitas. O uso de uma técnica requer múltiplas competências e exige a sua integração consequente no processo de pesquisa.

Em termos de atitude global face ao uso das técnicas, podem ser distinguidos dois pólos-tipo, dois padrões: o burocrático e o artesanal. No primeiro, a tendência vai no sentido da divisão, hierárquica, do trabalho, da rotinização, normalização e estandardização dos procedimentos e do sobreinvestimento na vertente especificamente técnica. No segundo, o investigador tende a controlar todo o processo de pesquisa, o jeito e o tacto pessoal tornam-se essenciais e aumenta a margem concedida à criatividade, à imaginação e ao “bricolage”<sup>65</sup>.

O que significa dominar uma técnica? Conhecer o seu funcionamento, concerteza, mas também a sua lógica e pressupostos, as suas potencialidades e limites, as suas vulnerabilidades, os seus aspectos mais decisivos e delicados; ser capaz de retirar o melhor rendimento, atendendo aos recursos e objectivos consignados, e de

---

<sup>63</sup> Cf. GRAWITZ, Madeleine, *Méthodes des Sciences Sociales*, op. cit., p. 499-500.

<sup>64</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre et al, *Le métier de sociologue*, op. cit., p. 59.

<sup>65</sup> Para um maior desenvolvimento acerca dos padrões burocrático e artesanal, ver MILLS, C. W., *L'imagination sociologique*, op. cit., o cap. 5, “L'éthos bureaucratique”, pp. 104-121, e o apêndice, “Le métier d'intellectuel”, pp. 199-229.

optimizar o seu entrosamento com outras técnicas. Eis, em poucas palavras, alguns dos traços básicos que caracterizam um efectivo domínio das técnicas.

## 2. Esboço de classificação das técnicas de recolha de dados

Visa-se, neste ponto, proporcionar uma sinopse das técnicas de recolha de dados mais usuais em Sociologia através de um breve comentário de algumas propostas de classificação<sup>66</sup>, tais como as de Maurice DUVERGER<sup>67</sup>, Peter MANN<sup>68</sup> e Madeleine GRAWITZ<sup>69</sup>, em torno de vários critérios: técnicas de observação directa/indirecta; técnicas intensivas/extensivas; qualitativas/quantitativas; técnicas de observação aprofundada/superficial; técnicas de maior ou menor envolvimento do investigador; técnicas vivas/documentais; individuais e de grupo. Este comentário permite confrontar, criticamente, os alunos com algumas formas habituais de classificação não só das técnicas mas também dos diversos tipos de abordagem na investigação social.

## 3. Indicações bibliográficas para o capítulo II

GRAWITZ, Madeleine, *Méthodes des sciences sociales*, Paris, Dalloz, 1976.

KAPLAN, Abraham, *A Conduta na Pesquisa*, São Paulo, EPU/EDUSP, 1975.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J-C.; PASSERON, J-C., *Le métier de sociologue*, Paris-La Haye, Mouton, 1973.

MILLS, C. Wright, *L'imagination sociologique*, Paris, Maspéro, 1967.

---

<sup>66</sup> Encontra-se uma boa apresentação panorâmica dos problemas levantados pela classificação das técnicas de investigação social em PORTELA, José F. G., *As técnicas documentais na investigação sociológica*, Instituto Politécnico de Vila Real, 1978, pp. 16-29.

<sup>67</sup> DUVERGER, Maurice, *Méthodes des Sciences Sociales*, Paris, P.U.F., 1961.

<sup>68</sup> MANN, Peter H., *Métodos de investigação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1973.

PORTELA, José G. F., *As técnicas documentais na investigação sociológica*, Instituto Politécnico de Vila Real, 1978.

---

<sup>69</sup> GRAWITZ, Madeleine, *Méthodes des Sciences Sociales*, op. cit.

### CAPÍTULO III: TÉCNICAS DE SELECÇÃO: AS PRÁTICAS DE AMOSTRAGEM

#### 1. Objectivos e condições

Um recenseamento contempla todos os elementos de um dado universo, mas poucos estudos em sociologia reúnem condições ou têm interesse por semelhante abrangência. Podem retirar-se ilações relativamente precisas sobre o todo, observando apenas uma parte, uma amostra, que habitualmente se estima apresentar uma composição próxima da existente no todo. Neste caso, constroem-se amostras representativas. Nem todos os estudos visam, porém, amostras que funcionem como réplicas do universo. Há, efectivamente, planos de pesquisa que lidam com amostras não representativas.

Antes de abordar as diversas soluções de amostragem, são introduzidos alguns conceitos relativos aos procedimentos de amostragem: universo / população (mãe), elemento, recenseamento, base de amostragem, tiragem, taxa de amostragem e estrato.

Seja qual for a amostragem adoptada, duas questões carecem ser resolvidas: qual a população alvo? Dessa população, quem se vai realmente observar? É preciso proceder à delimitação do universo e à amostragem. A delimitação do universo, tarefa só aparentemente simples, costuma revelar-se, na prática, difícil e problemática: quem são os jovens? E os quadros? E os residentes de um concelho? E os clientes de um produto?

Existem duas grandes categorias de amostras: as representativas e as não representativas. As primeiras, réplicas do universo, aproximam-se das suas propriedades e parâmetros. As segundas são gizadas com outros propósitos que não passam necessariamente pela procura de uma réplica. As amostras representativas



dividem-se, por sua vez, em probabilísticas e não probabilísticas. As soluções concretas de amostragem variam consoante as condições de possibilidade (nem sempre são todas exequíveis), os objectivos e os recursos.

## 2. Amostragens representativas probabilísticas

As amostras probabilísticas salvaguardam a aleatoriedade da selecção dos elementos, regendo-se pelas leis das probabilidades. Nestas amostras é conhecida a probabilidade de retenção de cada elemento. Nuns casos, esta probabilidade é igual para todos os elementos (ex. amostra aleatória simples), noutros pode não ser (ex. amostra estratificada). Mas em ambos os casos as probabilidades mantêm-se conhecidas. As amostragens probabilísticas requerem o acesso a bases de sondagem (inventários exaustivos dos elementos do universo) e uma fórmula aleatória de extracção dos elementos, mediante recurso a uma tabela de números aleatórios ou a qualquer outra modalidade de tiragem sistemática que salvguarde integralmente o acaso. Esta extracção faz-se conforme a(s) taxa(s) de amostragem fixada(s). Nestas condições, resulta lícito aplicar os cálculos das probabilidades e proceder a estimações e testes de hipóteses.

Existem várias soluções de amostragem probabilística, nomeadamente as amostragens aleatória simples, estratificada, por grupos, polietápica e indirecta.

### 2.1. Amostragem aleatória simples

Na amostragem aleatória simples, os elementos são retirados estritamente ao acaso, a partir de uma base de sondagem, tendo todos os elementos a mesma probabilidade, conhecida, de sair.

Este é o tipo de amostra que mais se presta a estimações e testes de hipóteses. Um dos cálculos mais correntes consiste na estimativa dos intervalos de confiança de percentagens, a um dado nível de significância. Operação que implica a compreensão desta noções e a interpretação da curva da lei normal e da respectiva tabela. Como operação corolária, temos o cálculo do tamanho da amostra para um determinado universo, intervalo de confiança e nível de significância, com ou sem prévia estimativa da percentagem. Para além destas operações matemáticas, os alunos são alertados para o facto de o tamanho da amostra depender da homogeneidade do universo.

A amostragem aleatória simples enferma de um inconveniente. Quando se visa comparar subpopulações (estratos) do universo, e não apenas os parâmetros e propriedades globais, esta solução pode não se manifestar a mais ajustada, sobretudo quando ocorrem distribuições bastante desiguais dos elementos pelas subpopulações. Com o recurso a uma taxa única, corre-se o risco de nos depararmos com uma amostra composta por subpopulações com um número de elementos, ora excessivo, ora deficitário, para os objectivos de comparação.

## 2.2. Amostragem estratificada

Nestas condições, pode resultar mais aconselhável optar por uma amostragem estratificada. Após prévia selecção de uma ou mais variáveis como critérios de estratificação, divide-se o universo num conjunto exaustivo de subpopulações mutuamente exclusivas. A cada uma dessas subpopulações (estratos) aplica-se uma taxa de amostragem adequada ao plano e às necessidades da investigação. Na prática, tudo se passa como se extraíssemos de cada estrato, segundo taxas de amostragem eventualmente específicas, uma amostra aleatória simples<sup>70</sup>. Na amostra obtida, os estratos podem não ter um peso semelhante ao que lhes corresponde no universo. Obtém-se, no entanto, uma amostra mais vocacionada para a comparação dos diversos estratos que compõem o universo.

A amostragem estratificada nem sempre é viável. Tal como a aleatória simples, exige uma base de amostragem, mas requer ainda a existência de dados sobre os elementos do universo no que se refere às variáveis utilizadas como critérios de estratificação. Para estratificar a população residente do concelho de Braga, segundo o nível de instrução, tem que se saber o nível de instrução de cada residente. Por outro lado, a amostragem estratificada é particularmente vocacionada para a comparação de subpopulações e não tanto para conclusões acerca da globalidade do universo. Para inferir sobre o universo, nos casos em que a taxa de amostragem é variável, torna-se necessário proceder a rectificações.

### 2.3. Amostragem por grupos

As amostragens aleatória simples e estratificada são particularmente pesadas e exigentes em recursos, devido à elevada dispersão dos elementos retidos. Por outro lado, prestam-se a uma visão demasiado atomizada da sociedade. Uma solução para contornar estes inconvenientes reside na amostragem por grupos (ou cachos). Neste caso a extracção não incide sobre os próprios elementos mas sobre agrupamentos, sobre conjuntos de elementos. Estes agrupamentos podem ser de vária ordem e são ditados pelos próprios objectivos do plano de investigação. Podem ser áreas (quadrículas no mapa, quarteirões, freguesias), grupos ou instituições (associações, fábricas, escolas, turmas, alojamentos).

A amostragem por grupos tem vários interesses. Pode permitir a amostragem em situações em que não existem bases de amostragem imediatas relativas aos elementos. Contrariamente às amostras aleatória simples e estratificada, permite alguma observação de efeitos de grupo. Reduzindo a dispersão dos elementos, torna-se mais económica pela concentração dos recursos. O maior inconveniente reside precisamente nestes mesmos efeitos de grupo, que podem gerar enviesamentos incontroláveis ligados a eventuais particularidades dos grupos seleccionados.

---

<sup>70</sup> É possível gizar um plano de amostragem estratificada com a aplicação de uma taxa de amostragem constante. Neste caso ganha-se, apenas, em representatividade.

#### 2.4. Amostragem polietápica

A amostragem polietápica, por passos, apresenta-se como uma outra solução de ajustamento às circunstâncias e racionalização dos custos. Partindo do princípio de que “a amostra de uma amostra amostra é”, podem-se conceber encadeamentos de amostragens: levanta-se uma primeira, dessa, uma segunda, e assim de seguida... Por exemplo, numa situação em que, por falta de base de sondagem, se construiu uma primeira amostra por grupos, nada obriga à observação de todos os seus elementos. Pode-se sempre proceder a uma segunda amostragem.

#### 2.5. Amostragem indirecta

Há situações em que a ausência de uma base de sondagem se revela incontornável, inclusive através da amostragem por grupos. Nestes casos, pode-se encarar a hipótese de uma amostragem indirecta. Não se procede à amostragem dos elementos visados, tida por impossível, mas de um universo que lhes esteja estreitamente associado. Para o concelho de Braga, dificilmente se encontrará uma listagem dos adolescentes, por exemplo entre 14 e 18 anos. Pode-se, no entanto, recorrer a uma amostra dos alojamentos e observar, em seguida, os adolescentes neles residentes.

### 3. Amostragens representativas não probabilísticas

As amostras probabilísticas são pesadas, morosas e caras. Ademais, nem sempre são viáveis. Muitas vezes não se consegue desencantar uma base de sondagem, nem sequer indirecta. Torna-se aconselhável ou necessário deitar mão a outro tipo de soluções. Soluções que também se pretendem representativas, embora se lhes não apliquem as leis e os cálculos das probabilidades. São rotuladas, por isso

mesmo, de não científicas. As mais correntes são a amostragem acidental e a amostragem por quotas.

### 3.1. Amostragem acidental

A amostragem acidental baseia-se no acaso para alcançar a representatividade. Este acaso não é, porém, do mesmo género do que aquele que caracteriza as amostragens probabilísticas: “não é completamente aleatório”. Não sabemos de antemão que probabilidades os elementos têm de surgir na amostra, nem tão pouco as controlamos. Subsiste sempre a possibilidade de ocorrência de enviesamentos sistemáticos. Nestas circunstâncias, envidam-se esforços no sentido de proporcionar as melhores condições ao jogo do acaso.

Os elementos que integram a amostra são seleccionados “à sorte”. Por exemplo, num dado local, entrevistam-se “à sorte” os passantes.

Para que o acaso funcione o mais possível, e portanto aumentem as “chances” da representatividade, impõem-se alguns cuidados.

Antes de mais, delinear a amostragem espacial. Definir onde, em que lugares, vai ocorrer a “selecção”. Os potenciais elementos da amostra têm probabilidades distintas de passar ou de estar presentes nos diversos locais. A sua escolha deve ser feita em conformidade.

Em segundo lugar, programar a amostragem temporal. Quando, em que meses, dias e horas, vai decorrer o levantamento da amostra? Os elementos passível de integrar a amostra têm diferentes probabilidades de aparecer consoante os períodos de tempo abrangidos. Convém estabelecer um cronograma adequado.

Uma terceira precaução também se impõe. Mesmo após uma amostragem espacial e temporal cuidada, os potenciais elementos não têm as mesmas probabilidades de constar da amostra. As probabilidades dependem da frequências de presença e passagem, do nível de exposição ao contacto. Exemplo: numa sondagem a

automobilistas acerca da alteração do código das estradas, elegeram-se os postos de abastecimento de combustível como local de administração dos questionários, cuidando-se da conveniente diversificação dos horários e das localizações. Mesmo assim, os automobilistas que mais conduzem e os que menos “atestam o depósito” têm mais probabilidade de entrar na amostra. Nestas circunstâncias, convém prever uma ou várias questões que permitam uma correção posterior destas sobre e subrepresentações. No caso vertente, introduzindo, por exemplo, uma pergunta sobre a periodicidade do abastecimento<sup>71</sup>.

Um quarto cuidado prende-se com o modo como os entrevistadores seleccionam concretamente os “amostráveis”. Sem prévia formação e sem indicações precisas, os entrevistadores tenderão, por exemplo, a abordar e a inquirir as pessoas com ar mais simpático e disponível. É necessário fixar critérios sistemáticos e claros que obstem a esta última fonte de distorção.

### 3.2. Amostragem por quotas

Todas estas precauções não são contudo suficientes para nos garantir a representatividade da amostra. Mais bem sucedida tem-se mostrado, na prática, a amostragem por quotas.

As amostras probabilísticas revelam-se custosas e de viabilidade limitada. As amostras acidentais encerram enviesamentos sistemáticos difíceis de ultrapassar. A amostragem por quotas envereda por outro tipo de solução: não depende exclusivamente da aleatoriedade, deixando esta de ser o único fundamento da representatividade da amostra.

A ideia assenta na construção activa de uma réplica, em ponto pequeno, do universo. Como? Conseguindo que, no que respeita a determinadas variáveis, as distribuições do universo e as constantes da amostra sejam idênticas ou, pelo menos

---

<sup>71</sup> Os problemas e soluções da amostragem acidental estão particularmente bem abordados em GHIGLIONE, R. & MATALON, B., *O inquérito: teoria e prática*, Oeiras, Celta, 1997., Paris, A. Colin, 1978, pp. 36-38.

muito semelhantes. Que variáveis? Eventualmente, mas não necessariamente, as mais pertinentes para a arquitectura da população e para os objectivos da investigação. Impõe-se como condição de exequibilidade indispensável a disponibilidade de dados, sobre o universo, ao nível das variáveis seleccionadas. Assim, se existem  $x\%$  de operários no população, a amostra também deverá comportar  $x\%$  de operários. Se a amostra se assemelha ao universo nas variáveis retidas, espera-se que o mesmo suceda com as restantes, incluindo, naturalmente, aquelas que são alvo de investigação...

No caso da amostragem por quotas, a representatividade não decorre do acaso, é forçada, ajudada pelo estabelecimento de quotas: é preciso inquirir tantos homens operários... Aos entrevistadores cumpre-lhes preencher essas quotas.

Com base nas estatísticas relativas às variáveis seleccionadas, pode-se optar por duas modalidades de cálculo das quotas: Tomando as variáveis de forma independente ou cruzando-as. É fácil de verificar, com exemplos e argumentos, que embora a primeira solução seja a mais fácil também é aquela que comporta maiores riscos de distorção.

Não convém cair na tentação de multiplicar os critérios para a construção da amostra. Corre-se o risco de perder as principais vantagens que caracterizam esta solução de amostragem: facilidade e rapidez de execução. De facto, um dos problemas com que se depara a amostragem por quotas reside nos fenómenos ditos de “afunilamento”: com a maioria das quotas concluídas, algumas resistem teimosamente ao preenchimento. Torna-se árduo e demorado encontrar os elementos com as propriedades correspondentes. Esta dificuldade agrava-se quando se especifica e complexifica em demasia a fixação das quotas. Na prática, recorre-se a subterfúgios para “compor” o deficiente preenchimento das quotas, tais como ponderações, correcções e extrapolações.

Em última análise, a amostragem por quotas desdobra-se num manto de amostras acidentais. Para cada quota, os elementos são retidos “ao acaso”, de forma acidental. Os cuidados apontados para as amostras acidentais valem também para as

amostras por quotas: amostragem espacial e temporal, critérios de selecção dos elementos, itinerários, controlos, etc.

A amostragem por quotas é, na actualidade, a solução mais adoptada. É quase sempre possível, comparativamente rápida e barata e, sobretudo, tem proporcionado bons resultados. Tem enfrentado bem a prova empírica da representatividade, pese a sua incerteza em termos matemáticos.

#### 4. Combinações de soluções de amostragem

Num plano de amostragem, torna-se por vezes útil combinar várias soluções. Esta hipótese coloca-se no caso de amostragens polietápicas. Num passo pode-se recorrer a um tipo de solução, no seguinte a outro. Esta combinação pode confinar-se apenas a amostragens probabilísticas, mas nada impede o envolvimento de amostragens não probabilísticas. Por exemplo, num inquérito a alunos do secundário, levanta-se, num primeiro tempo, uma amostra, por grupos, de escolas, em seguida uma amostra estratificada de turmas, por níveis de ensino, por fim, uma amostra aleatória simples dos alunos das turmas seleccionadas na etapa anterior<sup>72</sup>.

#### 5. Amostras não representativas

Estudos há, de carácter intensivo, com técnicas menos padronizadas, como a entrevista em profundidade ou a observação, em que não é possível nem se justifica o recurso a amostras com elevado número de elementos. Estes estudos visam mais a apreensão de lógicas e de processos sociais do que a inferência e a generalização estatística. Nestas condições, as soluções de amostragem acima expostas perdem pertinência, sendo substituídas por amostragens intencionais, casuísticas, “em bola de

---

<sup>72</sup> Um exemplo de plano combinado de amostras encontra-se em GONÇALVES, Albertino, *Imagens e clivagens*, Porto, Afrontamento, 1996.



neve” ou teóricas. O investigador edifica a amostra à medida do seu projecto. E esta não precisa de ser estatisticamente representativa do universo. Pode englobar casos estimados típicos, incidir sobre casos extremos ou marginais ou, como advoga Anselm STRAUSS<sup>73</sup>, tentar abarcar a diversidade de situações relevantes num processo de encadeamento de casos até alcançar um nível de saturação da informação, ou seja, um ponto onde o “rendimento informativo marginal” acrescentado por cada novo elemento da amostra se aproxima da insignificância.

## 6. Indicações bibliográficas para o capítulo III

*Observação* - São assinaladas com um asterisco (\*) as obras ilustrativas de aplicações práticas.

BERTAUX, Daniel, *Récits de vie*, Paris, Nathan, 1996.

BLALOCK, Hubert M. [1960], *Social statistics*, New York, McGraw-Hill, 1981.

\* BOURDIEU, P.; DARBEL, A.; SCHNAPER, D., *L'Amour de l'art. Les musées d'art et leur public*, Paris, Minuit, 1966.

DESABIE, Jacques, *Théorie e pratique des sondages*, Paris, Dunod, 1966.

GHIGLIONE, R. & MATALON, B., *O inquérito: teoria e prática*, Oeiras, Celta, 1997.

\* GONÇALVES, Albertino, *Imagens e clivagens*, Porto, Afrontamento, 1996.

---

<sup>73</sup> B. GLASER e A. STRAUSS definem a amostragem teórica do seguinte modo: “o processo de recolha de dados geradores de teoria pelo qual o investigador colhe, codifica e analisa simultaneamente os seus dados e decide que dados necessita recolher posteriormente, de forma a desenvolver a teoria tal como ela emerge” (*The Discovery of Grounded Theory*, Chicago, Aldine Ed., 1967, p. 45). Ver, mais recentemente, STRAUSS, A. e CORBIN, J., *Basics of Qualitative Research. Grounded Theory Procedures and Techniques*, op. cit.

KISH, Leslie, “Le choix de l’échantillon” in FESTINGER, Leon; KATZ, Daniel, *Les méthodes de recherche dans les sciences sociales*, Paris, P.U.F., 1974, vol. I, pp. 205-281.

\* SOFRES, *L'État de l'opinion: clés pour 1989*, Paris, Éd. du Seuil, 1989.

STOETZEL, Jean; GIRARD, Alain, *Les sondages d'opinion publique*, Paris, P.U.F., 1973.

## CAPÍTULO IV: PROPEDÊUTICA AO USO DE DOCUMENTOS COMO FONTE DE INFORMAÇÃO

### 1. Potencialidades e limites da pesquisa documental

O Estudo de documentos, entendidos no sentido mais amplo, que engloba escritos, objectos, sons, imagens, reveste-se do maior interesse: evita-nos (re)produzir o que já existe e franqueia-nos o acesso a informações de outro modo (ex. pelas técnicas vivas) inacessíveis. Tem ainda a vantagem de colocar o investigador perante dados em cuja produção não (com)participou. Esta “objectividade” dos documentos oferece resistência à imposição de problemáticas e ao sociocentrismo por parte do investigador.

A análise de documentos permite inferências sobre os seus produtores, bem como sobre os seus contextos e destinatários. O cientista social procede, deste jeito, a uma deslocação das funções iniciais dos documentos e a um desvio dos seus propósitos e finalidades. De documentos, à partida, não sociológicos visa-se extrair conclusões e resultados sociológicos.

São muitos os problemas levantados pelo recurso a documentos como fonte de informação. Destacam-se, no entanto, dois de índole geral. Por definição, os documentos foram elaborados sem intervenção nem controlo do investigador. São dados em segunda mão. Se este traço representa uma virtude, também comporta um grande inconveniente. Os documentos foram elaborados para responder a todo o género de necessidades e finalidades mas não àquelas que preocupam o sociólogo. Verifica-se um desajustamento de problemáticas. Esta é uma limitação e um

constrangimento que qualquer sociólogo acaba por sentir quando empreende análises secundárias. Por outro lado, se é verdade que os documentos oferecem resistência ao sociocentrismo do sociólogo, também não é menos certo que acusam o sociocentrismo de quem os produziu. Uma característica que requer particular vigilância.

O recurso a documentos, e respectiva análise secundária, requer várias competências e muitas precauções: verificar a autenticidade e fidedignidade da fonte e da informação veiculada; cuidar dos erros por negligência; atender às definições e respectivas alterações no espaço e no tempo; conhecer as fórmulas e os índices; dominar a linguagem e os códigos; informar-se sobre a maneira como os documentos foram produzidos e, sempre que for o caso, saber como é que os dados foram colectados e registados; detectar eventuais modificações nos instrumentos de recolha, categorização e medida<sup>74</sup>.

## 2. Diversidade de fontes documentais

São inúmeros os documentos passíveis de interessar ao sociólogo. Escritos ou não escritos. Os escritos podem ser públicos, oficiais, distribuídos, vendidos, privados ou pessoais; podem referir-se a arquivos, publicações, actas, estatísticas, imprensa, publicidade, anuários, obras de ficção, testamentos, registos paroquiais, ficheiros, cartas, diários, memórias... Os não escritos também podem ser de várias ordens: artefactos, esculturas, obras arquitectónicas, vestígios, cartazes, pinturas, banda desenhada, filmes, programas de rádio e televisão, gravações, “sites” da internet... Todas estas categorias de documentos já foram alvo de investigações sociológicas<sup>75</sup>.

---

<sup>74</sup> Alguns documentos colocam ainda dificuldades ao nível da sua acessibilidade.

<sup>75</sup> José PORTELA proporciona-nos uma boa apresentação dos diversos tipos de fontes documentais em *As técnicas documentais na investigação sociológica*, Instituto Politécnico de Vila Real, 1978.

### 3. A análise secundária de fontes estatísticas

Os documentos estatísticos constituem uma das principais fontes da sociologia. A sua análise secundária coloca, de forma especialmente aguda, alguns dos problemas gerais acima enunciados: diferença de problemáticas, discrepância de categorias, omissão de dimensões relevantes ou apresentação dos dados de forma dificilmente explorável ou reconvertível.

"Em qualquer trabalho que se apoie em elementos estatísticos, é importante, indispensável, expor cuidadosamente o modo como se chegou aos dados utilizados. Porque, no estado actual das estatísticas judiciais, económicas, demográficas, etc., cada documento requer a mais severa crítica. Consideremos, efectivamente, os documentos oficiais, que, em geral, oferecem mais garantias. Mesmo estes documentos devem ser examinados em todos os seus detalhes e é necessário conhecer bem os princípios que presidiram a sua confecção. Na ausência de precauções minuciosas, corre-se o risco de se chegar a dados falsos: é, deste modo, impossível utilizar as informações estatísticas sobre o suicídio na Inglaterra porque, nesse país, a fim de evitar os rigores da lei, são declarados como mortes provocadas pela loucura; a estatística está assim viciada no seu próprio fundamento."<sup>76</sup>

"As causas de morte de muitos cadáveres que entram no Instituto de Medicina Legal de Lisboa para serem autopsiados e que são rotuladas de acidente ou homicídio não passam de suicídios simulados. Entre estes casos, contam-se os de muitos adolescentes. São alguns dados que Jorge Costa Santos, médico legista daquele Instituto, está a recolher para sustentar uma tese de doutoramento sobre o suicídio."<sup>77</sup>

Para além de uma evocação das técnicas de detecção de negligências e de teste da consistência das fontes estatísticas, a apresentação dos procedimentos que devem rodear a sua análise inspira-se no programa traçado, em 1901, por Paul FAUCONNET e Marcel MAUSS<sup>78</sup>. Entre outros exemplos<sup>79</sup>, os dados relativos ao suicídio servem também nesta disciplina para ilustrar o fio condutor da argumentação.

---

<sup>76</sup> FAUCONNET P.; MAUSS, M., La Sociologie: objet et méthode, artigo da *Grande encyclopédie*, vol. 30, 1901, reproduzido em MAUSS, M., *Essais de sociologie*, Paris, Minuit, 1969, pp. 6-41, p. 33.

<sup>77</sup> Jornal *O Público*, 28/03/98, p. 23.

<sup>78</sup> Para um desenvolvimento mais completo dos problemas levantados pela análise secundária de estatísticas, consultar MERLLIÉ, Dominique, "La construction statistique", in CHAMPAGNE, Patrick et al, *Iniciation à la pratique sociologique*, Paris, Dunod, 1989, pp. 101-158.

Vários estudos apontam a persistência de uma subavaliação estatística dos suicídios, subavaliação esta que tende, por sinal, a variar socialmente, conforme o país, a região, o grupo, a classe social, o nível de instrução, a etnia, a religião, o estado civil, a idade...<sup>80</sup> Poderão algumas destas variações provir do modo como o fenómeno é medido?

As estatísticas resultam de um processo, relativamente complexo, de construção social que convoca a participação de vários actores e mecanismos.

Para que algo possa ser contado tem que ser previamente rotulado. Um suicídio só pode ser contabilizado como tal se uma dada morte assim tiver sido etiquetada.

Este acto de classificação envolve vários actores e implica uma série de processos. A rotulagem de uma morte como suicídio faz-se a partir de uma espécie de negociação em que entram, por exemplo, os familiares do falecido, a polícia, os peritos (médicos, psicólogos...), os magistrados...

Para que uma morte seja etiquetada como suicídio, precisa, antes de mais, parecê-lo. Caso contrário, afirmando-se outra causa plausível, o processo nem sequer é despoletado. Mas uma vez começado, inclui, pelo menos, os seguintes momentos:

O levantamento das circunstâncias materiais e a autópsia. Intervenientes: próximos do falecido, médicos, polícia.

O levantamento das circunstâncias biográficas e psicológicas. Intervenientes: psiquiatras, psicólogos, próximos do falecido. Esta “autópsia psicológica” é fulcral na identificação do suicídio. De facto, as circunstâncias e as aparências materiais não bastam, é preciso diagnosticar as razões, ou seja, “explicar o acto”.

Este processo culmina na Justiça, com o magistrado “a decidir”, em última instância, o rótulo definitivo.

---

<sup>79</sup> Muitas estatísticas prestam-se à pedagógica desconstrução dos seus processos e fundamentos. Entre estas sobressaem as estatísticas da criminalidade. Cf., por exemplo, GARFINKEL, Harold, *Studies in Ethnomethodology*, Englewood Cliffs/New Jersey, Prentice-Hall, 1967; BECKER, Howard S., *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*, New York, Free Press, 1973.

<sup>80</sup> A obra de Emile DURKHEIM sobre o suicídio impõe-se, naturalmente, como uma referência permanente nesta argumentação (*O Suicídio*, Lisboa, Presença, 1992).

A contabilidade estatística resulta, portanto, de um complicado processo social de construção e classificação da realidade, com vários protagonistas, cada um com o seu repertório, os seus interesses e a sua visão do assunto. Sublinhe-se ainda que, neste processo de categorização, se insinua, subrepticiamente, o princípio da *selffulfilling prophecy* de William W. THOMAS<sup>81</sup>: como as teorias médico-psicológicas são determinantes na configuração do veredicto, os dados estatísticos derivados tendem a confirmar, “naturalmente”, as teorias subentendidas no seu fabrico.

Para além da rotulagem dos fenómenos, outros processos sociais intervêm na produção das estatísticas, influenciando o resultado final. É o caso, muitas vezes insuspeito, da circulação da informação inerente ao processamento das estatísticas. O estudo de Christian BAUDELOT e Roger ESTABLET<sup>82</sup>, sobre o registo estatístico do suicídio em França, leva-os a concluir que os casos desvendados pela *Gendarmerie* (“GNR”) são transmitidos aos organismos estatísticos com maior zelo do que os tratados pela *Police* (“PSP”), o que acaba por se traduzir, dadas as respectivas competências territoriais, num importante subregisto relativo dos suicídios urbanos.

Nunca se deve esquecer que os dados, incluindo os estatísticos, são confeccionados mediante intervenção de múltiplos agentes e e várias operações sociais. Comportam, deste modo, um coeficiente de contingência e arbitrariedade. E não se pense que, neste cenário, o suicídio não é um caso isolado. Até os próprios dados obtidos através de inquérito são artefactos. Baseados em declarações, dependem das percepções dos entrevistados. Estes desvios são, por exemplo, particularmente evidentes em (auto)classificações tais como a do emprego, do subemprego e do desemprego. As respostas aos questionários dependem, ainda, do contexto e da formulação das perguntas<sup>83</sup>. A assunção destas realidades é condição indispensável ao uso consciente e adequado das fontes estatísticas<sup>84</sup>.

---

<sup>81</sup> THOMAS, William I. e THOMAS, Dorothy J., *The Child in America: Behavior Problems and Programs*, Nova Iorque, Knopf, 1928.

<sup>82</sup> *Durkheim et le suicide*, Paris, P.U.F., 1984.

<sup>83</sup> Dominique MERLIÉ exemplifica com a disparidade de resultados de dois inquéritos sobre a contraceção feminina promovidos por dois institutos idóneos, o INED e o INSEE ( “La construction statistique”, in CHAMPAGNE, Patrick et al, *Iniciation à la pratique sociologique*, op. cit., pp. 115-119).

<sup>84</sup> As técnicas mais ou menos sistemáticas de análise de documentos são abordadas noutra parte do programa (a propósito da análise de dados) ou, posteriormente, na disciplina de *Métodos e Técnicas de*

#### 4. Indicações bibliográficas para o capítulo IV<sup>85</sup>

\* ALVES, Aníbal, *Presse régionale et émigration: Analyse sémiotique du discours sur les émigrants dans les journaux de Braga*, Louvain-la-Neuve, Cabay, Libraire-éditeur, 1984.

\* ANTUNES, M. L. Antunes, *A emigração desde 1950. Dados e Comentários*, Lisboa, G.I.S., 1973.

\* BAKHTINE, Mikhaïl, *L'oeuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen Âge et sous la Renaissance*, Paris, Gallimard, 1970.

BARDIN, Laurence, *Análise de conteúdo*, Lisboa, Edições 70, 1979.

\* BOURDIEU, Pierre, *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Paris, Ed. de Minuit, 1979.

CHAMPAGNE, Patrick et al, *Initiation à la pratique sociologique*, Paris, Dunod, 1989.

\* DURKHEIM, Émile, *O Suicídio*, Lisboa, Presença, 1992.

\* ELIAS, Norbert, *O Processo Civilizacional* (2 vols), Lisboa, Dom Quixote, 1989/90.

GHIGLIONE, R. et al, *Manuel d'analyse de contenu*, Paris, A. Colin, 1980.

\* GOFFMAN, Erving, "La ritualisation de la féminité", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 14, 1977, pp. 34-50.

\* GOLDMANN, Lucien, *Le Dieu Caché (Etude sur la vision tragique dans les Pensées de Pascal et dans le Théâtre de Racine)*, Paris, Gallimard, 1956.

---

*Investigação Social II*. Neste capítulo foi apenas questão de uma breve, mas indispensável, propedêutica ao uso de documentos como fonte de informação.



- GRAWITZ, Madeleine, *Méthodes des sciences sociales*, Paris, Dalloz, 1976.
- \* MARTINS, Moisés de Lemos - *O olho de Deus no discurso salazarista*, Porto, Afrontamento, 1990.
- MUCCHIELLI, Roger, *L'analyse de contenu des documents et des communications*, Paris, Les éditions ESF - Entreprise moderne d'édition - Librairies Techniques, 1988.
- PORTELA, José G. F., *As técnicas documentais na investigação sociológica*, Instituto Politécnico de Vila Real, 1978.
- SILVA, Augusto S.; PINTO, J. Madureira, *Metodologia das ciências sociais*, Porto, Afrontamento, 1986.
- \* THOMAS, Louis-Vincent, *Civilisation et divagations*, Paris, Payot, 1979.

---

<sup>85</sup> São assinaladas com um asterisco (\*) as obras ilustrativas de aplicações práticas.

## CAPÍTULO V : INTRODUÇÃO À OBSERVAÇÃO

### 1. A prática da observação

Entre as técnicas mais praticadas na Sociologia, a título principal ou auxiliar, a observação pertence ao rol das que melhor se adequam ao estudo da realidade social. Permite, como nenhuma outra, apreender os comportamentos e os acontecimentos no próprio momento em que eles se desenrolam nos seus contextos naturais e na sua riqueza (inter)subjectiva. Dá acesso ao social sem passagem obrigatória pela palavra ou pelo texto. O sociólogo “observa as pessoas que estuda por forma a ver em que situações se encontram e como se comportam nelas. Ele estabelece conversa com alguns ou todos os participantes nestas situações e descobre a interpretação que eles dão aos acontecimentos que observa.”<sup>86</sup>

A observação comporta, no entanto, algumas dificuldades. A observação nem sempre é possível. O seu âmbito costuma ser relativamente limitado. Pouco padronizada, depende muito da subjectividade e do desempenho do investigador. O registo é problemático e a questão da interacção entre observador e observado permanece em aberto, designadamente no que toca à distância e ao envolvimento do observador em relação ao mundo observado.

São muitas as modalidades de observação, que variam em função de algumas dimensões.

A observação pode ser menos ou mais sistemática. No primeiro caso, são maiores a flexibilidade e a improvisação e menores os procedimentos, as regras, os papéis e os protocolos. No segundo caso, seguem-se grelhas rígidas numa aplicação

padronizada e rotineira. O estudo de pequenos grupos mobilizados para uma tarefa promovido por R. F. BALES, com recurso a escalas e categorias de observação precisas, constitui um exemplo célebre de observação sistemática<sup>87</sup>.

A observação pode efectuar-se em contextos naturais ou artificiais. A maioria das observações sociológicas decorre em contextos naturais. Mas existem observações que obedecem a planos quasi-experimentais, manipulando e construindo o próprio contexto da acção. Estas práticas são frequentes na psicologia (social).

As práticas de observação diferem consoante o tipo e o grau de proximidade e envolvimento do investigador relativamente ao mundo observado. Várias situações se dispõem entre dois pólos, o do observador distante que nem se envolve nem interfere no mundo observado<sup>88</sup> e o do observador participante que “mergulha” e se implica no objecto de estudo. A observação participante pode ainda ser oculta ou aberta, conforme o investigador encobre ou não a sua identidade enquanto observador<sup>89</sup>.

A observação, designadamente a participante, é uma actividade e um processo social complexo. Habitualmente pouco codificada, requer, apesar de tudo, múltiplos cuidados.

A qualidade e o rendimento da observação dependem do delineamento prévio dos objectivos, bem como do treino e do repertório teórico do investigador.

---

<sup>86</sup> BECKER, Howard S., “Problems of inference and proof in participant observation”, *American Sociological Review*, vol. 23, nº6, pp. 652-660, citado por BURGESS, Robert G., *A Pesquisa de Terreno*, Oeiras, Celta, 1997, p. 86.

<sup>87</sup> BALES, R. F., *Interaction Process Analysis: a Method for the study of small groups*, Cambridge (Mass.), Addison-Wesley Press, 1950. Pode-se encontrar uma apresentação do “sistema de BALES” em MAYNTZ, Renate; HOLM, Kurt; HÜBNER, Peter, *Introducción a los métodos de la sociología empírica*, op. cit., pp. 124-126. Para um desenvolvimento acerca da observação sistemática, ver MASSONNAT, J., “Observer” in BLANCHET, A. et al., *Les techniques d'enquête en sciences sociales*, Paris, Dunod, 1987.

<sup>88</sup> Modalidade a que Peter H. MANN chama “observação de pássaros”. Cf. MANN, Peter H., *Métodos de investigação sociológica*, op. cit., p. 91 e seguintes. Desta “observação de pássaros” aproximam-se alguns trabalhos da Escola de Palo Alto, designadamente de Edward T. HALL. Ver, deste autor, *Le langage silencieux*, Paris, Éd. du Seuil, 1984; *La dimension cachée*, Paris, Éd. du Seuil, 1971.

<sup>89</sup> A investigação de LINHART no papel de operário numa fábrica de automóveis ilustra uma observação participante oculta; o estudo de William F. WHITE sobre um bando de jovens de rua é um exemplo de observação participante aberta. Cf. LINHART, Robert, *L'établi*, Paris, Éd. de Minuit, 1978; WHITE, William F., *Street Corner Society*, Chicago, University of Chicago Press, 1981.

A observação carece ser bem preparada, desde a escolha até à integração no “terreno”. O acesso e os primeiros momentos de transição requerem cautelas redobradas. O investigador deve atender sobremaneira à definição/negociação da(s) sua(s) identidade(s) e dos papéis a assumir perante os diversos grupos e agentes do mundo estudado. Observado, testado e retestado pelos observados, ele deve “investir” essas identidades e desempenhar esses papéis de forma coerente e consequente face aos objectivos da pesquisa.

Numa observação participante, o envolvimento e a interferência são incontornáveis. Cabe, no entanto, ao investigador controlá-los e geri-los da melhor maneira<sup>90</sup>. Deve cuidar da relação com o mundo observado. Seleccionar, com acerto, e segundo as técnicas de amostragem adequadas, os informantes (privilegiados). Desenvolver rotinas passíveis de o proteger de uma exposição permanente. A manutenção quotidiana de um caderno de investigação, além de indispensável ao registo da informação, manifesta-se um auxílio precioso no controle da familiarização e do envolvimento. Para estes fins, também ajuda uma boa programação dos tempos de exposição do investigador. Algumas saídas temporárias podem revelar-se preciosas na retoma de um certo equilíbrio e distanciação. Deve ainda o investigador controlar as suas interferências no mundo observado. Conduzir, por exemplo, com tacto, as situações propensas a clivagens estruturantes dos grupos observados. Tudo isto sabendo que “na investigação que envolve o uso de observação participante é o investigador que é o principal instrumento da investigação social” e que esta “varia com o investigador, com aqueles que são investigados e com o problema a investigar”<sup>91</sup>.

---

<sup>90</sup> O estudo de Jeanne FAVRET-SAADA sobre a bruxaria no “bocage” da Normandia representa um caso extremo assaz elucidativo da dificuldade de gerir e controlar uma observação participante (*Les mots, la mort, les sorts*, Paris, Gallimard, 1977).

<sup>91</sup> BURGESS, Robert G., *A Pesquisa de Terreno*, op. cit., pp. 86 e 54. São precisamente estas características da observação participante que nos têm induzido a convidar todos os anos um investigador para expor, na aula, as suas próprias experiências.

## 2. Indicações bibliográfica para o capítulo V<sup>92</sup>

- \* BECKER, Howard S., *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*, New York, Free Press, 1973.
- BLANCHET, A. et al., *Les techniques d'enquête en sciences sociales*, Paris, Dunod, 1987.
- BURGESS, Robert G., *A Pesquisa de Terreno*, Oeiras, Celta, 1997.
- DUFOUR, Stéphane; FORTIN, Dominic; HAMEL, Jacques, *L'enquête de terrain en sciences sociales*, Montréal, Editions Saint-Martin, 1991.
- \* FAVRET-SAADA, Jeanne, *Les mots, la mort, les sorts*, Paris, Gallimard, 1977.
- FESTINGER, Leon e KATZ, Daniel, *Les méthodes de recherche dans les sciences sociales*, Paris, P.U.F., 1974.
- GLASER, B.; STRAUSS, A., *The Discovery of Grounded Theory*, Chicago, Aldine Ed., 1967.
- \* HALL, Edward T., *La dimension cachée*, Paris, Éd. du Seuil, 1971.
- \* LINHART, Robert, *L'établi*, Paris, Éd. de Minuit, 1978.
- MANN, Peter H., *Métodos de investigação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- MAYNTZ, Renate; HOLM, Kurt; HÜBNER, Peter, *Introducción a los métodos de la sociología empírica*, Madrid, Alianza Ed., 1975.
- RILEY, Matilde W.; NELSON, Edward E. - *A Observação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOK, S. W., *Métodos de pesquisa nas relações sociais*, São Paulo, E.P.U./EDUSP, 1974.

---

<sup>92</sup> São assinaladas com um asterisco (\*) as obras ilustrativas de aplicações práticas.

SILVA, Augusto S.; PINTO, J. Madureira, *Metodologia das ciências sociais*, Porto, Afrontamento, 1986.

STRAUSS, A.; CORBIN, J., *Basics of Qualitative Research. Grounded Theory Procedures and Techniques*, Newbury Park, CA, Sage, 1990.

\* WHITE, William F., *Street Corner Society*, Chicago, University of Chicago Press, 1981.

## CAPÍTULO VI: INTRODUÇÃO À ENTREVISTA

### 1. Tipos de entrevista

Apesar da carga subjectiva e da parte de encenação que a caracterizam, a técnica da entrevista afirma-se como uma das mais ricas e das mais utilizadas no âmbito da Sociologia. Evoluindo numa situação social de interacção face a face, as entrevistas revestem formas e conteúdos assaz diversos consoante o interlocutor (indivíduo ou grupo), o momento (entrevistas exploratórias, complementares ou comprovatórias), a função (informação, diagnóstico, terapia, avaliação, selecção, negociação), o centro de interesse (o indivíduo ou o colectivo através do indivíduo ou de um pequeno grupo), o alvo (atributos, opiniões, comportamentos, motivações), o grau de liberdade (estruturadas, semi-estruturadas, não estruturadas; directivas, não directivas) e o nível de profundidade (clínicas, centradas,...).

Madeleine GRAWITZ propõe<sup>93</sup> uma classificação das entrevistas em seis tipos, em função, essencialmente, do grau de liberdade e do nível de profundidade: 1) clínica; 2) em profundidade; 3) de respostas livres; 4) centrada ou “focused interview”; 5) de questões abertas; 6) de questões fechadas. De um modo geral, quando se transita da entrevista clínica para a de questões fechadas, vai-se apertando a margem de manobra do entrevistador e do entrevistado no que se refere à balizagem, organização e formulação das perguntas e das respostas, diminui o nível de profundidade tanto dos objectivos como dos conteúdos, aumenta o número de questões assim como a vertente quantitativa da análise. Consoante o tipo de entrevista assim será, evidentemente, a respectiva preparação e condução.

---

<sup>93</sup> Cf. GRAWITZ, Madeleine, *Méthodes des sciences sociales*, op. cit., pp. 676 e seguintes.

## 2. A entrevista como situação e interacção social

A entrevista é uma situação social onde se desenrola uma relação face a face<sup>94</sup>. Tudo o que é passível de condicionar uma situação social pode interferir numa entrevista, influenciar os resultados, desde os atributos e adereços dos protagonistas até à própria dinâmica do processo.

São, realmente, inúmeros os factores e as variáveis que intercedem no decurso de uma entrevista: “background factors”<sup>95</sup>, factores psicológicos, comportamentais e ambientais. O entrevistador deve saber detectá-los e tomar as atitudes mais ajustadas quer ao contexto quer aos objectivos da investigação<sup>96</sup>.

A entrevista é lugar de uma comunicação orquestral. O efeito de comunicação resulta de uma multiplicidade de fontes que transcendem a mera comunicação verbal e, até, intencional. Os diferentes passos e actos assumem um carácter decisivo no sentido do estímulo, da inibição ou do enviesamento, desde o contacto inicial até ao termo do “contrato de comunicação”<sup>97</sup>.

O modo como o entrevistador se apresenta é importante. As primeiras impressões são cruciais no que se refere à configuração das expectativas e disposições do entrevistado. Cumpre ao investigador adequar a sua aparência e, eventualmente, a personagem (vestes, adereços, posturas...) ao público alvo.

---

<sup>94</sup> Nem todas as entrevistas decorrem numa situação *face a face*. Tal não é, por exemplo, o caso da entrevista via telefone. Mas, até neste caso, se processa uma interacção imediata de carácter diádico.

<sup>95</sup> Estes factores estão relacionados com características constitutivas dos intervenientes: etnia, constituição física, género, idade, posição social... Por exemplo, numa investigação baseada em entrevistas telefónicas tendem a ser diferentes os efeitos de uma voz feminina ou de uma voz masculina e, portanto, os resultados obtidos.

<sup>96</sup> José PORTELA proporciona-nos uma apresentação deveras completa e pedagógica dos factores e variáveis intervenientes numa situação de entrevista assim como das atitudes a adoptar por parte do entrevistador. Cf. PORTELA, José G. F., *As técnicas vivas na investigação sociológica*, Instituto Politécnico de Vila Real, 1978, pp. 81-119.

<sup>97</sup> As observações que seguem aplicam-se muito especialmente às entrevistas ditas não ou semi estruturadas tais como, seguindo a tipologia de Madeleine GRAWITZ, as entrevistas em profundidade, centradas e de respostas livres. Os aspectos específicos relativos às entrevistas de questões abertas e de questões fechadas são abordados no capítulo seguinte dedicado ao inquérito por questionário.



A forma como se escolhe o local, se marca a entrevista e se esboçam os primeiros incentivos participa da própria comunicação e pode suscitar motivações e empatias distintas.

Um dos maiores obstáculos a uma comunicação aberta e fluída reside na distância social perceptível entre o entrevistador e o entrevistado, distância que se desdobra numa relação de poder assimétrica. Normalmente, é o entrevistador que detém o pólo do poder<sup>98</sup>. Algumas iniciativas conducentes a um reequilíbrio, não forçado, da relação tendem a facilitar e a enriquecer a entrevista. Por exemplo, cuidar de marcar a entrevista para um local que seja efectivamente território do entrevistado ou promover uma definição inicial dos papéis apropriada.

### 3. A condução da entrevista

A entrevista deve ser preparada a vários níveis: instrumentos de registo; elaboração e domínio do guião; conhecimento prévio, quando possível, do entrevistado.

A clarificação dos papéis é importante. Deve-se cuidar da apresentação de si e dos rituais de interacção iniciais. Esclarecer a situação, definir claramente o que se espera do entrevistado, qual a finalidade e a metodologia do estudo e da entrevista. Quanto melhor o entrevistado souber o que se lhe pede, o porquê e o para quê, qual o interesse e os objectivos em jogo, tanto melhor será a comunicação. A disponibilidade do entrevistador é, nesta fase, uma condição fundamental.

O sucesso da entrevista passa, também, pela promoção de um ambiente de mútua confiança, favorável ao intercâmbio. O que implica uma atitude de abertura, interesse, cordialidade, naturalidade e empatia. Este clima é proporcionado tanto pela comunicação verbal como pela não verbal.

---

<sup>98</sup> Cf. BURGESS, Robert G., *A Pesquisa de Terreno*, op. cit., p. 111. Se a entrevista dá, geralmente, azo a uma situação de dominação por parte do entrevistador, nem sempre tal se verifica devido, sobretudo, ao estatutos e papéis sociais dos intervenientes. Casos há em que, perante uma relação de

Conduzir uma entrevista sociológica não é o mesmo que manter uma conversa. A boa condução de uma entrevista sociológica requer, inclusive, a ruptura com algumas atitudes naturais características de uma conversa vulgar.

Contrariamente ao que ocorre habitualmente numa conversa, numa entrevista a propensão para o protagonismo pessoal deve ser combatida e submetida à dinâmica e às finalidades da entrevista. Não interromper o outro, disciplinar a intervenção mesmo quando nos ocorre algo de extremamente interessante para dizer, refrear os impulsos de aproveitamento das mais ínfimas ocasiões para promoção da nossa imagem, eis algumas posturas que, não sendo naturais, acabam por se revelar árduas e custosas.

Numa conversa vulgar, a atitude de escuta não costuma prevalecer. Já no decurso de uma entrevista sociológica, essa atitude deve não só vigorar mas também ser significada. Saber ouvir de forma aberta e activa torna-se difícil porque, precisamente, não é natural. Importa manter uma atitude de escuta atenta acompanhada pelos correspondentes sinais fáticos. Escuta activa e empatia não significam, de modo algum, uma multiplicação de indicações e de mensagens de condordância. Um exagero de aquiescência acarreta, pelo menos, dois efeitos perversos: o conformismo por parte do entrevistado e o progressivo cerceamento das nossas possibilidades de intervenção, ou seja, da nossa margem de manobra.

Neste quadro, o entrevistador pode ver-se na contingência de ter, por exemplo, de memorizar várias perguntas à espera de as formular na altura e da maneira mais oportunas.

A entrevista ganha em começar com perguntas fáceis, abrangentes e estimulantes. Para a dinâmica e o rendimento de uma entrevista de cariz sociológico muito contribui o domínio do repertório dos recursos e das modalidades de intervenção: indicações, comentários, perguntas, complementos, interpretações, reiteraões...<sup>99</sup>.

---

poder desfavorável, o sociólogo sente dificuldade em controlar minimamente a entrevista e conseguir que o entrevistado não fale apenas do que lhe interessa, da forma e no ritmo que bem entende.

<sup>99</sup> Sobre as diversas modalidades de intervenção numa entrevista ver: GUITTET, André, *L'Entretien: Techniques et pratiques*, Paris, A. Colin, 1983; BLANCHET, A., "Interviewer" in BLANCHET, A. et al., *Les techniques d'enquête en sciences sociales*, op. cit., pp. 81-126.

Os momentos de silêncio, frequentes em situação de entrevista, pedem uma leitura e uma gestão adequadas. Compete ao entrevistador saber se representam vazios comunicativos ou, pelo contrário, momentos ricos em sentido e funcionalidade (por exemplo, de organização de pensamentos ou de recomposição de emoções). A pressa em preencher um silêncio pode manifestar-se contraproducente.

Convém, em suma, controlar a auto-implicação, o envolvimento pessoal, e guardar-se de intervir demasiado.

#### 4. O papel da comunicação não verbal

A comunicação não verbal assume um papel determinante na condução de uma entrevista<sup>100</sup>. A escuta não é a única forma de atenção. A observação dos contextos e dos comportamentos desempenha também um papel decisivo. Interessa saber detectar os sinais de embaraço, de ansiedade, de tensão, de cansaço, de desinteresse, de fecho... Por outro lado, não é apenas através da fala que se comunica, o corpo também o faz, com ou sem o nosso controlo (“nós não podemos não comunicar”, como alertava Erving GOFFMAN). Acompanham-se as mãos, segue-se a cinética do olhar, interpretam-se às mímicas, enfatiza-se a escuta com gestos, ritma-se o intercâmbio com as posturas, descontraí-se através de relaxamentos corporais, regula-se com o tom de voz...

#### 5. O registo e a transcrição das entrevistas

O registo das entrevistas representa uma actividade a não descurar. Pode-se recorrer à memória, ao apontamento de notas, ao gravador ou ao audiovisual<sup>101</sup>.

---

<sup>100</sup> Este papel é destacado por GUITTET, André, *L'Entretien: Techniques et pratiques*, op. cit.

<sup>101</sup> Apesar de raro, o recurso ao audiovisual tem vindo a aumentar, designadamente no que se refere a entrevistas de grupo. Na senda do trabalho pioneiro dos anos 40' de Gregory BATESON (cf. *La cérémonie du Naven*, Paris, Éd. de Minuit, 1971) a Escola de Palo Alto tem recorrido abundantemente

Consoante as situações, assim é viável ou aconselhável uma ou outra solução. Na prática, o gravador tem-se revelado globalmente mais vantajoso do que o apontamento de notas. Acaba, habitualmente, por inibir menos o entrevistado, proporciona um registo mais completo e liberta o entrevistador. Mas o seu uso nem sempre é aconselhável ou sequer possível. A gravação exige alguns cuidados relativos ao modo como é introduzido, explicado, “banalizado”, posicionado e posto a funcionar o gravador. A transcrição da entrevista rege-se também por algumas regras de forma a facilitar o tratamento e a análise. Mesmo nos casos de gravação, para que a memória nos possa ser de alguma utilidade, não deve ser prolongado o intervalo de tempo entre a entrevista e a respectiva transcrição.

## 6. Indicações bibliográficas para o capítulo VI<sup>102</sup>

BLANCHET, Alain et al., *L'Entretien dans les sciences sociales*, Paris, Dunod, Bordas, 1985.

BLANCHET, Alain et al., *Les techniques d'enquête en sciences sociales*, Paris, Dunod, 1987.

BLANCHET, Alain e GOTMAN, Anne, *L'Enquête et ses méthodes : l'entretien*, Paris, Nathan, 1992.

\* BOURDIEU, Pierre (dir.) - *La Misère du Monde*, Paris, Ed du Seuil, 1993.

BURGESS, Robert G., *A Pesquisa de Terreno*, Lisboa, Celta, 1997.

\* DUVIGNAUD, Jean, *La planète des jeunes*, Paris, Éd. Stock, 1975.

FODDY, William, *Como Perguntar: Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*, Oeiras, Celta, 1996.

---

ao audiovisual na abordagem dos processos de comunicação (cf. WINKIN, Yves (org.), *La Nouvelle Communication*, Paris, Éd. du Seuil, 1981).

<sup>102</sup> São assinaladas com um asterisco (\*) as obras ilustrativas de aplicações práticas.

GRAWITZ, Madeleine, *Méthodes des sciences sociales*, Paris, Dalloz, 1976.

GUITTET, André, *L'Entretien: Techniques et pratiques*, Paris, A. Colin, 1983.

\* LEANDRO, Maria Engrácia, *Familles portugaises. Projets et destins*, Paris, L'Harmattan, 1995.

\* PAIS, José Machado, *Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens, trabalho e futuro*, Lisboa, Âmbar, 2001.

PORTELA, José G. F., *As técnicas vivas na Investigação sociológica*, Instituto Politécnico de Vila Real, 1978.

WINKIN, Yves (org.), *La Nouvelle Communication*, Paris, Éd. du Seuil, 1981.

## CAPÍTULO VII: O INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

### 1. Pressupostos, potencialidades e limites

O inquérito é uma das técnicas mais emblemáticas da sociologia. Figura, também, entre as mais utilizadas<sup>103</sup>. Consiste numa interrogação sistemática de um conjunto de indivíduos, normalmente representativos de uma população global, com o objectivo de proceder a inferências e generalizações. Grosso modo, as questões podem incidir sobre factos ou sobre opiniões.

O inquérito permite-nos aceder a um elevado número de informações sobre os indivíduos. Acerca do passado, da intimidade, de práticas actuais dificilmente abertas, por exemplo, à observação. Embora com alguns limites, possibilita o estudo sistemático das atitudes, das opiniões, das preferências, das representações, do sentido subjectivo das acções. Pode-se ainda sondar o que está a acontecer numa sociedade e os efeitos decorrentes.

O inquérito sobressai como a técnica de investigação social mais vocacionada para estudos de grande escala. Aparentemente fácil e simples de aplicar, relativamente rápido, padronizado e rotinizado, prodiga dados comparáveis, generalizáveis e passíveis de análises quantitativas. Entre as técnicas que mais têm beneficiado com as novas tecnologias, faz-se acompanhar da retórica e da simbologia da cientificidade. Disfruta, enfim, dos favores do público e do mercado. Esta conjugação de características explica, em boa parte, o sucesso desta técnica de

---

<sup>103</sup> Cf. FODDY, William, *Como Perguntar: Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*, Oeiras, Celta, 1996, pp. 1 e 2.

investigação, que enferma, contudo, de alguns inconvenientes e sérias limitações, pouco reconhecidos mas nem por isso menos reais.

O inquérito, através do recurso à amostragem, gera um efeito de atomização: as informações recolhidas através das pessoas entrevistadas são obtidas de forma independente dos contextos, das dinâmicas e das redes em que estas se inserem<sup>104</sup>. “Torna-se indispensável proceder a uma crítica das funções das técnicas na prática de investigação. Elas podem conduzir a privilegiar certos objectos de análise em relação a outros: bastará lembrar que muitos inquéritos realizados são de carácter *local* (e não nacional), *atomístico* (e não contextual) e *instantâneo* (e não dinâmico). Daqui resulta que determinadas variáveis relevantes são escamoteadas da análise: aquelas que se situam a nível global, as que têm de ser referenciadas a elementos colectivos (e não puramente individuais) e as que respeitam a processos que ultrapassam o curto prazo ou que remetem para *transformações* do próprio sistema social.”<sup>105</sup>

O inquérito depende das respostas das pessoas, cuja veracidade não é nem evidente nem garantida. Este facto introduz um perpétuo coeficiente de incerteza quanto à validade dos resultados, por mais sofisticados que se asseverem a recolha, o processamento e a análise<sup>106</sup>. Pressupõe ainda, amiúde, capacidades que os inquiridos de facto não têm, ou então que delas dispõem de um modo muito desigual, tais como as competências de verbalização e de auto-análise.

Um dos principais desafios para qualquer técnica assente na informação verbal reside na própria questão da linguagem. Um inquérito raramente visa uma população linguisticamente homogénea. Como o demonstrou Mikhail BAKHTINE, a

---

<sup>104</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre et al., *Le métier de sociologue*, op. cit., pp. 58-59. Ver também, FERREIRA, Virgínia, “O inquérito por questionário na construção de dados sociológicos”, in SILVA, Augusto S.; PINTO, J. Madureira, *Metodologia das ciências sociais*, op. cit., pp. 165-195, pp. 168 e seguintes.

<sup>105</sup> LIMA, Marinús Pires de, *Inquérito Sociológico: Problemas de Metodologia*, Lisboa, Presença, 1981, pp. 108-108. Para uma demarcação crítica dos pressupostos analíticos do inquérito, ver ainda ELIAS, Norbert, *Logiques de l'exclusion*, Paris, Fayard, 1997, pp. 74-75.

<sup>106</sup> “Num estudo realizado em Filadélfia, em que os inquiridos eram novamente entrevistados oito a dez anos após a primeira entrevista, verificou-se que, em 10% dos inquiridos, a informação relativa à idade oscilava um ou mais anos da primeira para a segunda entrevista [De igual modo, comprovou-se, através de verificações objectivas] que entre 5 a 17% de uma amostra aleatória constituída por mais de 900 residentes de Denver forneceram respostas erradas a perguntas factuais relativas a: estar ou não recenseado e ter ou não votado em determinadas eleições; ter ou não contribuído para um fundo comunitário; possuir ou não cartões de bibliotecas, licença de condução e ainda certas características dos respectivos automóveis.” (FODDY, William, *Como Perguntar...*, op. cit., pp. 2-3.)

realidade do plurilinguismo atravessa a instituição de uma língua comum<sup>107</sup>. Procurar que todos os inquiridos compreendam, e do mesmo modo, todas as perguntas e lhes respondam na mesma linguagem representa uma (quase) aporia<sup>108</sup>. Esta fragilidade agrava-se no caso específico do inquérito onde a interacção verbal resulta relativamente reduzida e a comparação das respostas constitui um dos principais objectivos.

Os dados dependem dos instrumentos de recolha. Esta asserção vale para todas as técnicas, mas assenta sobremaneira ao inquérito. Uma ínfima mudança na formulação de uma pergunta pode acarretar uma disparidade deveras significativa nos resultados<sup>109</sup>. O carácter compósito do inquérito faz com que estes “pequenos erros”, provenientes dos próprios instrumentos, tendam a se encadear e avolumar em vez de se diluir ou anular. São, de facto, muitas as ressalvas e as cautelas requeridas pelo inquérito.

Um último reparo<sup>110</sup>: o inquérito não se adequa a todo tipo de investigação. Não é uma técnica particularmente vocacionada, por exemplo, para o estudo da interacção social ou das estruturas e dinâmicas de grupos.

---

<sup>107</sup> Cf. BAKHTINE, Mikhail, *Le marxisme et la philosophie du langage: essai d'application de la méthode sociologique en linguistique*, Paris, Minuit, 1977.

<sup>108</sup> Cf. argumentação e exemplos em GONÇALVES, Albertino, *Imagens e clivagens*, Porto, Afrontamento, 1996, pp. 58-59.

<sup>109</sup> “Num estudo sobre as respostas a diferentes formulações de uma pergunta utilizada pelo National Opinion Polls para medir a atitude dos Britânicos relativamente à adesão ao Mercado Comum Europeu em 1975 [observou-se que] enquanto a formulação: ‘Você aceita a recomendação do Governo de que o Reino Unido *deve sair* do Mercado Comum?’ registou uma diferença de 0,2% entre as posições ‘a favor’ e ‘contra’, a formulação: ‘Você aceita a recomendação do Governo de que o Reino Unido *deve ficar* no Mercado Comum?’”, a diferença entre respostas ‘a favor’ e ‘contra’ foi de 18,2%” (FODDY, William, *Como Perguntar...*, op. cit., p. 5). Outros exemplos bastante esclarecedores sobre inquéritos do INSEE e do INED podem ser encontrados em MERLLIÉ, Dominique, “La construction statistique”, in CHAMPAGNE, Patrick et al, *Iniciation à la pratique sociologique*, Paris, Dunod, 1989, pp. 115-119.

<sup>110</sup> Dois argumentos habitualmente esgrimidos a desfavor do inquérito não nos parecem assaz convincentes: o seu custo e a superficialidade dos dados obtidos. Não é líquido que, tudo contabilizado, o inquérito resulte mais dispendioso do que um programa de investigação baseado, por exemplo, na observação ou em entrevistas não estruturadas. Por outro lado, a superficialidade dos resultados não é um característica intrínseca ao inquérito: a superficialidade ou profundidade dos resultados dependem do modo como a técnica é usada.



## 2. As etapas de um inquérito por questionário

Seguindo Claude JAVEAU<sup>111</sup>, podemos decompor o processo do inquérito sociológico em catorze etapas:

1. Definição do objecto;
2. Inventário dos recursos disponíveis e necessários;
3. Estudos exploratórios;
4. Determinação dos objectivos, das hipóteses e do modelo de análise;
5. Delimitação do universo da pesquisa;
6. Amostragem;
7. Construção do projecto de questionário;
8. Teste ao projecto de questionário (pré-teste, eventualmente, pré-inquérito);
9. Redacção definitiva do questionário;
10. Selecção e formação dos entrevistadores;
11. Administração do questionário;
12. Elaboração do ficheiro e introdução dos dados no computador;
13. Análise dos resultados;
14. Redacção do relatório final.

As actividades inerentes aos primeiros quatro passos são comuns a qualquer processo de pesquisa e foram expostas no capítulo 1. Os passos cinco e seis foram tratados no capítulo 3. As últimas actividades do inquérito (passos doze a catorze) serão alvo de um desenvolvimento específico no fim do ano lectivo, na parte relativa à “medição, análise e apresentação de dados”. São a seguir abordadas, neste capítulo, apenas as actividades respeitantes à redacção e à administração dos questionários (passos sete a onze).

---

<sup>111</sup> JAVEAU, Claude, *L'enquête par questionnaire. Manuel à l'usage du praticien*, Bruxelles, Éditions de l'Université de Bruxelles, 1982.

### 3. A elaboração do questionário

“Os analistas de opinião pública têm vindo a aperceber-se que, em termos relativos, se costuma atribuir demasiada importância aos problemas de amostragem e pouca à construção das perguntas... as diferenças existentes ao nível da construção de perguntas produzem frequentemente maior variabilidade nos resultados obtidos do que a variabilidade associada à utilização de diferentes técnicas de amostragem...(George GALLUP<sup>112</sup>).

“A elaboração do questionário e a formulação das questões constituem (...) uma fase crucial no desenvolvimento de um inquérito. Não se pode deixar certos aspectos no ar adiando a sua solução para depois das respostas. Qualquer erro, qualquer inépcia, qualquer ambiguidade, repercutir-se-ão no conjunto das operações ulteriores, incluindo as próprias conclusões finais”<sup>113</sup>. “A elaboração do questionário representa a actividade mais exigente e delicada do inquérito. Comporta desafios e compromissos de árdua e problemática resolução. Requer não só uma maestria tecno-metodológica, mas também, e quiçá mais decisivos, um claro domínio do objecto da pesquisa e um conhecimento adequado da população a inquirir. Um bom questionário é, antes de tudo, o que se adapta, pertinentemente, tanto aos objectivos do inquérito, e à problemática que o suscitou, como às características e particularidades da população a que vai ser aplicado”<sup>114</sup>.

Na redacção de um questionário para inquérito sociológico sobressaem cinco dimensões nevrálgicas, exigindo todas uma eficiente combinação de imaginação e rigor: a forma; a linguagem; as reacções e os efeitos suscitados; a disposição das perguntas; a economia, ou estruturação, do conjunto.

---

<sup>112</sup> “The Quintamimensional Plan of Question Design”, *Public Opinion Quaterly*, 11, pp. 385-393, p. 385 (citado por FODDY, William, op. cit., p. XIII).

<sup>113</sup> GHIGLIONE, Rodolphe e MATALON, Benjamin, *Les enquêtes sociologiques: théories et pratiques*, Paris, A. Colin, 1978, p. 96.

<sup>114</sup> GONÇALVES, Albertino, *Imagens e Clivagens...*, op. cit., pp. 56-57.

Na fase inicial, convém apontar as perguntas, à medida que vão ocorrendo, de forma provisória e sem perfeccionismos, numa lista que depressa se tornará extensa. Não há que cuidar, por ora, nem da formulação, nem da forma, nem da sequência. Grande parte destas questões não será retida. Por outro lado, por mais “exaustiva” que pareça a lista, algumas questões ser-lhe-ão acrescentadas até ao final. Esta listagem servirá de base para o trabalho que segue. As primeiras questões a eliminar são obviamente aquelas que não podem ser respondidas pelos inquiridos: porque não lhes dizem respeito; porque não possuem a informação pedida; porque a possuem mas a ela não têm acesso por falta de suportes ou porque a tanto não chega a memória ou a consciência; porque não são capazes de verbalizar ou de exprimir a informação; ou ainda, pura e simplesmente, porque a não querem prestar. A presença deste tipo de perguntas num questionário irrita e desmotiva os entrevistados e denuncia a incúria do investigador.

Uma última observação a acrescentar às constantes nas citações acima transcritas. O delineamento do modo de administração deve preceder a redacção do questionário. As possibilidades e os constrangimentos de linguagem, forma, tamanho, conteúdo, sequência e apresentação das perguntas diferem consoante se trate, por exemplo, de administração directa ou indirecta, face a face, por correspondência ou por telefone.

### 3.1. A forma das perguntas

No que se refere ao conteúdo, as questões podem ser de facto ou de opinião. Quanto à forma, podem ser fechadas, abertas ou semiabertas.

As questões fechadas propõem um leque de respostas previamente fixado cabendo ao entrevistado assinalar uma ou várias das opções propostas, consoante se trate de respostas simples ou múltiplas. Quando bem elaboradas, as questões fechadas são fáceis de compreender, preencher, tratar, interpretar e quantificar, não carecendo de análise de conteúdo. Em contrapartida, são maiores os riscos de artificialismo,

enviesamento e influência das respostas, de redução dos matizes e de exposição a respostas de fachada. O espectro das respostas previstas deve ser fácil e globalmente apreensível. Deve ser equilibrado; nenhuma resposta deve merecer especial destaque, sendo todas da mesma dimensão, nível e âmbito. Perante a inclinação dos inquiridos pela primeira ou, em menor grau, pela última opção, se não pela intermédia, importa precaver a disposição dos *itens*. Por razões semelhantes, que se prendem com a tendência de atracção pela alternativa positiva, deve ser restrito o recurso a questões dicotómicas.

Nas questões abertas, as respostas não estão fixadas de antemão; o entrevistado é livre de responder do modo e nos termos que lhe aprouver no espaço reservado para o efeito. Quando correctamente elaboradas, as questões abertas permitem-nos obter informações sobre vasto domínios. Ajustam-se à abordagem de temas delicados e tornam-se imprescindíveis sempre que não é possível prever o elenco das respostas possíveis. Em contrapartida, a sua formulação requer especial cuidado e o seu processamento, complexo e moroso, exige, normalmente, o recurso à análise de conteúdo.

Nas questões semiabertas, as principais respostas são previstas tal como numa questão fechada. Mas, para além destas, os entrevistados podem optar por respostas livres, à maneira das questões abertas. As questões semiabertas acabam por reunir tanto as virtudes como os defeitos quer das questões abertas quer das questões fechadas. Apenas três reparos: observa-se uma propensão dos entrevistados, por comodismo, conformismo ou outros motivos, para se limitarem à parte fechada da questão; é despropositada e contraproducente uma pergunta semiaberta em que a maioria das respostas caem na parte aberta da questão; por vezes, a opção por questões semiabertas não passa de um expediente do investigador para se furtar ao trabalho exigido pelo seu fecho completo.

### 3.2. Problemas e cuidados de linguagem

Na redacção do questionário, a linguagem afirma-se como a componente mais sensível e mais decisiva. Constatámos atrás como uma simples e logicamente inconsequente mudança de uma palavra pode provocar uma alteração substantiva ao nível dos resultados. Comprovámos também que, devido ao plurilinguismo, se torna praticamente impossível lograr que todos os inquiridos compreendam e interpretem todas as perguntas do mesmo modo<sup>115</sup>. Esse deve permanecer, paradoxalmente, o objectivo do sociólogo.

A redacção de um questionário não é um exercício literário. É, antes de mais, um acto de comunicação. Deve, na medida do possível, aproximar-se das categorias linguísticas e mentais da população a inquirir, o que pressupõe um mínimo conhecimento prévio dos mundos linguísticos e culturais envolvidos. A linguagem deve ser, do ponto de vista do entrevistado, o mais corrente possível. E o mais padronizada no caso de uma pluralidade linguística e cultural.

As questões querem-se claras e curtas, sem necessidade de complementos ou de esclarecimento adicionais. Pela sua própria índole valorativa, é de evitar o abuso de advérbios e adjectivos. A evitar também os parênteses e comentários, que tornam as perguntas longas, palavrosas, envezadoras, cansativas e difíceis de compreender. Evitar ainda palavras polissémicas ou fortemente conotadas. Não empregar termos susceptíveis de bloquear a comunicação: gíria sociológica, termos técnicos, siglas, abreviaturas... Formular na positiva e na voz activa os *itens* e as questões. Não cair no erro técnico porventura mais usual nos questionários: as perguntas duplas ou múltiplas que comportam várias questões para uma única resposta. Enfim, embora o questionário não seja um exercício literário, deve, mesmo assim, procurar ser agradável e cativante, nomeadamente para quem responde.

---

<sup>115</sup> Pudemos comprovar esta dificuldade num questionário, pacientemente rodeado de cuidados, sobre a opinião dos residentes acerca dos emigrantes. Numa pergunta, pedia-se aos entrevistados para se pronunciarem sobre o seguinte juízo: “as casas dos emigrantes destoam da paisagem”. Concordavam, à semelhança dos diplomados e contra as nossas expectativas, uma boa parte dos pequenos patrões, artesãos e comerciantes. Investigação posterior revelou que eles interpretavam a frase de uma forma imprevista: as casas dos emigrantes destoavam porque eram bonitas demais para uma paisagem tão feia que não as valorizava...

### 3.3. Reacções e efeitos indesejados

As diversas questões provocam, naturalmente, reacções por parte dos entrevistados, algumas indesejadas, porque diminuem a qualidade e a validade dos resultados. Entre estas, a reacção de prestígio, com as consequentes respostas de fachada, é uma das mais comuns. O entrevistado responde não segundo aquilo que ele é, faz, sente ou pensa mas segundo aquilo que acha que deve ser, fazer, sentir ou pensar, num desígnio de conformidade ou de apresentação de uma boa imagem.

As perguntas tendenciosas, veiculando hipóteses implícitas ou outras fontes de desequilíbrio interferentes nas respostas, geram, para além da distorção dos resultados, uma impressão de parcialidade conducente a reacções de fecho, evasão ou conformidade<sup>116</sup>. Perguntas há que, pela forma ou pelo conteúdo, chocam os entrevistados provocando reacções de desagrado ou de angústia. Outras, pelo grau de exigência e falta de interesse, suscitam desnorte e enfado. Outras, desconfiança. Particularmente sensíveis, costumam ser as perguntas de teor mais íntimo e pessoal, com o seu cortejo de reacções de defesa, desconfiança e fecho.

Que fazer? Em primeiro lugar, detectar as questões susceptíveis de ser acompanhadas por tais reacções. Verificar em seguida se são prescindíveis. Por último, afiná-las no sentido de minimizar os efeitos indesejados diagnosticados.

No caso de perguntas responsáveis por reacções de prestígio, pode-se, por um lado, sondar formulações alternativas passíveis de atenuar os efeitos e, por outro, prever, estratégica e parcimoniosamente, algumas perguntas de recorte para testar a coerência das respostas e captar a propensão do entrevistado para este género de reacção.

As questões personalizadas, geradoras de contracção defensiva, devem ser colocadas no corpo, e não no início, do questionário. Muitas vezes, é possível despessoalizá-las, assim como recorrer a questões indirectas, sem perda significativa

de informação. Podem-se ainda diluir ou decompor num conjunto de sub-questões de foro menos pessoal. A abordagem progressiva, mediante afinamento, também pode ser uma solução.

#### 3.4. A sequência das perguntas

Não são só a forma e o conteúdo das perguntas que podem influenciar as respostas, a sua disposição também o pode fazer.

Sobejamente conhecido é, neste domínio, o efeito de halo ou de contágio que (a resposta a) uma dada pergunta pode exercer sobre as que lhe sucedem. Os pensamentos e os sentimentos provocados, ou a simples porfia de coerência, predispõem, contagiam, as respostas seguintes. Acontece, por vezes, que a mera inversão de duas perguntas proporciona resultados sensivelmente diferentes. Nestas circunstâncias, convém ver se é possível alterar as questões ou disseminá-las de forma a evitar ou contornar este tipo de efeito

A influência da sequência das perguntas não se esgota nos efeitos de contágio. Importa atender ainda à sua localização. As perguntas mais difíceis ou de carácter mais íntimo devem ser colocadas no corpo do questionário, quando o entrevistado já se encontra “cativo”, e não no princípio, quando este ainda está expectante e reticente. No início, introduzem-se as perguntas factuais, mais abrangentes e menos exigentes. Se o questionário for longo, as últimas perguntas querem-se leves e aprazíveis.

A sequência das perguntas não precisa de ser lógica. Deve obedecer, isso sim, a uma ordem psicológica, a do entrevistado. Convém que o encadeamento dos temas e das questões faça sentido e pareça natural aos olhos de quem responde. O enfiamento das questões deve ainda ser programado de modo a gerir a motivação e a

---

<sup>116</sup> Nestas situações, o entrevistado tende a desprender-se do questionário, a boicotá-lo ou, pelo contrário, a conformar-se adoptando a perspectiva pressentida.

atenção dos entrevistados, mantendo-os motivados e interessados durante toda a entrevista.

A ordem das perguntas não deve gerar excessiva monotonia. As séries de perguntas fechadas ganham em ser entrecortadas, de vez em quando, por questões abertas, mais fadadas para a interpelação e a auto-estima do entrevistado. Às questões mais difíceis e exigentes devem seguir-se algumas mais leves, assim como às mais enfadonhas algumas mais estimulantes e mais atraentes.

A transição entre perguntas e assuntos deve ser acautelada recorrendo, se necessário, a pequenos textos, indicações, símbolos e remissões. Estes cuidados não se devem ater aos conteúdos mas estender-se também às mudanças de lógicas das respostas<sup>117</sup>. Enfim, um erro deveras grosseiro consiste em colocar o entrevistado perante perguntas que não lhe dizem respeito, que não se lhe aplicam. Importa arquitectar um bom sistema de remissões seguindo os fluxogramas respeitantes a cada perfil de entrevistado. O ajuste e a fluidez do questionário são qualidades imprescindíveis.

### 3.5. A economia e a apresentação do questionário

O questionário é precedido por uma pequena introdução que apresenta a iniciativa, os promotores e os objectivos. Nela se esclarece o papel do entrevistado, se apela à sua colaboração e se cativa a sua confiança.

A organização visual do questionário é importante. A composição gráfica merece uma preocupação ao mesmo tempo estética e funcional. O questionário quer-se arejado, “agradável ao olho”<sup>118</sup> e de fácil manipulação, orientação, leitura e preenchimento. Funcional, elimina ou reduz tudo o que prejudique o seu uso durante o preenchimento ou, posteriormente, aquando do processamento e da análise dos dados. Neste capítulo, existem muitos erros técnicos a evitar: perguntas sem espaço

---

<sup>117</sup> Ver a este propósito GONÇALVES, Albertino, *Imagens e Clivagens...*, op. cit., p. 60.

<sup>118</sup> JAVEAU, Claude, *L'enquête par questionnaire...*, op. cit., p. 88.



suficiente para a resposta; fraccionamento de uma pergunta por mais do que uma página; deficiências na ligação entre os *itens*; sinaléticas e grafismos inapropriados...

Existe todo o interesse em pré-codificar os questionários comportando perguntas fechadas, “categorizáveis”. O esforço é amplamente recompensado aquando da introdução dos dados no computador e da respectiva análise.

Quanto ao tamanho do questionário, normalmente aferido pelo tempo que leva a preencher, não existem receitas padrão. O tamanho ideal é aquele que compatibiliza o caudal de informações a obter com a disponibilidade, interessada e atenta, dos entrevistados. Neste quadro, a duração aconselhável varia consoante as condições de administração, o tipo de questionário, o tema e o interesse dos entrevistados... Um questionário administrado na rua ou via telefone tem menos margem de duração do que aquele que é preenchido na residência dos inquiridos. Rodolphe GHIGLIONE e Benjamin MATALON estimam que “um questionário composto maioritariamente por questões fechadas não deveria ultrapassar os 45 minutos quando o preenchimento ocorre em boas condições, ou seja, no domicílio da pessoa ou num local tranquilo (...) No entanto, quando o tema ‘toca as pessoas’, o questionário pode ser mais longo, sem, contudo, ultrapassar uma hora”<sup>119</sup>. Mais estritos, Renate MAYNTZ, Kurt HOLM e Peter HUBNER indicam “como mais ou menos correcta uma duração de 30 minutos, embora com a reserva de que a duração conveniente varia conforme o tipo de questionário e o interesse dos inquiridos”<sup>120</sup>.

### 3.6. O pré-teste do questionário

Antes da redacção definitiva do questionário, convém testá-lo, actividade que, normalmente, proporciona benefícios significativos. Trata-se de o submeter ao parecer de outras pessoas e de o examinar à luz da prática. O pré-teste propriamente dito consiste em passar o projecto de questionário a um número reduzido, mas

---

<sup>119</sup> GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin, *Les enquêtes sociologiques...*, op. cit., p. 100.

<sup>120</sup> MAYNTZ, Renate; HOLM, Kurt; HÜBNER, Peter, *Introducción a los métodos de la sociología empírica*, op. cit., p. 145.

heterogéneo, de pessoas semelhantes às que vão ser inquiridas. O número de entrevistas a abranger num pré-teste depende da nossa exigência, da heterogeneidade do universo e da complexidade do questionário. Sob o olhar atento do entrevistador, as pessoas seleccionadas respondem ao questionário numa situação próxima da prevista para o inquérito, sendo, em seguida, alvo de uma entrevista centrada em torno de aspectos como a linguagem, o modo como foi compreendido, interpretado e aceite o questionário, o interesse e a motivação, a adequação das questões face às informações pretendidas, a existência de efeitos indesejados, a eficiência das indicações ou outras dificuldades sentidas. O pré-teste contribui ainda para uma estimativa do tempo necessário ao preenchimento do questionário e, portanto, para o ajustamento do seu tamanho<sup>121</sup> .

Ainda antes de passar à redacção definitiva do questionário, um último conselho prático, moroso mas frutífero, dado por Arthur KORNHAUSER e Paul B. SHEATSLEY. Expor cada pergunta a uma bateria sistemática de interrogações: “é necessária esta pergunta? Qual a sua utilidade? O assunto exige uma pergunta separada, ou pode ser integrado noutras perguntas? Este ponto já está adequadamente incluído nas outras perguntas? A pergunta é desnecessariamente minuciosa e específica para os objectivos do estudo?... Há necessidade de várias perguntas sobre o assunto desta pergunta? Deve subdividir-se a pergunta?... A pergunta abrange adequadamente o campo? Há necessidade de material afim para interpretar as respostas?...As pessoas têm a informação necessária para responder à pergunta? É um assunto que podem descrever adequadamente? A pergunta exige respostas que a pessoa não pode dar ou não pode dar com precisão? Esse aspecto está dentro da experiência da pessoa? É uma lembrança distante, apagada ou difícil? É uma experiência não analisada ou não verbalizada? Está sujeita a grandes erros de observação ou recordação? A pergunta solicita opiniões sobre assuntos tão desconhecidos pela pessoa que sua opinião não tem o sentido aparente?...”<sup>122</sup>

---

<sup>121</sup> Nalguns casos, o pré-teste é transformado num autêntico pré-inquérito. O número de entrevistados é maior e não se trata apenas de simular a administração do questionário mas também a subsequente análise, o que permite proceder a uma primeira selecção das variáveis.

<sup>122</sup> Eis um pequeno excerto de uma longa lista de “perguntas a colocar às perguntas” que se estende por 25 páginas. Cf. KORNHAUSER, Arthur; SHEATSLEY, Paul B., “Construção de questionário e processo de entrevista” in SELTZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOK, S. W., *Métodos de pesquisa nas relações sociais*, op. cit., pp. 613-657, pp. 619-643.

#### 4. A administração dos questionários

Existem várias possibilidades de administração dos questionários conforme o tipo, os recursos e os objectivos do inquérito e a população destinatária. A administração pode ser directa ou indirecta, consoante é o entrevistado ou o entrevistador quem lê as perguntas e anota as respostas. Pode decorrer no domicílio do inquirido, na rua, em lugares públicos (por exemplo, cafés, cantinas, salas de espera), no local de trabalho... O preenchimento pode ainda processar-se na presença ou na ausência de entrevistador, por contacto face a face, por distribuição, telefone ou correspondência.

A modalidade de contacto também varia significativamente. Quando existe uma base de amostragem (amostras probabilísticas) o contacto pode e deve ser precedido por uma carta, *mail* ou telefonema. Nas amostragens acidental e por quotas o contacto faz-se no momento, normalmente mediante porta-a-porta, na rua ou em lugares públicos. Nestes casos, os entrevistados devem seguir indicações precisas quanto à selecção e abordagem das pessoas a entrevistar (critérios, itinerários, quotas, apresentação, motivação, esclarecimentos). Na administração via telefone importa proceder a uma planificação adequada dos horários.

Nem todos os tipos de questionário se prestam às diferentes modalidades de administração. Na rua, em espaços públicos ou por telefone, os questionários não podem ser longos nem exigir demasiado do acto do preenchimento. Os efeitos da sequência das perguntas não são os mesmos na administração directa e indirecta. Na primeira, o entrevistado pode proceder a uma ou várias leituras prévias e responder de forma salteada. Quando a administração ocorre na ausência do entrevistador, os questionários devem ser claros e precisos no que toca às perguntas, ao preenchimento e a outros esclarecimentos. Via telefone, o questionário deve ser curto, coloquial e fluído (e não pode recorrer à visualização). Nos questionários distribuídos é preciso cuidar do processo de recolha. Se a administração é feita por correspondência, para além do investimento acrescido na motivação, convém facilitar o reenvio (envelope já preenchido e selado) e repetir, com tacto, os apelos.

Muitos inquéritos recorrem a equipas de entrevistadores. Estes devem ser criteriosamente seleccionados, com perfis adequados tema em estudo e ao público destinatário, e seguir uma formação, que abarque não apenas as técnicas de entrevista e o modo de administração, mas também a problemática, os objectivos, o plano de amostragem, o questionário, a população a inquirir e, inclusive, a análise e o destino dos dados<sup>123</sup>.

## 5. Indicações bibliográficas para o capítulo VII<sup>124</sup>

\* BOURDIEU, P.; DARBEL, A.; SCHNAPER, D., *L'Amour de l'art. Les musées d'art et leur public*, Paris, Minuit, 1966.

\* ESTANQUE, Elísio e MENDES, José Manuel, *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal: Um Estudo Comparativo*, Porto, Edições Afrontamento, 1997.

FERREIRA, Virgínia, “O inquérito por questionário na construção de dados sociológicos”, in SILVA, Augusto S.; PINTO, J. Madureira, *Metodologia das ciências sociais*, Porto, Afrontamento, 1986, pp. 165-195.

FODDY, William, *Como Perguntar: Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*, Oeiras, Celta, 1996.

\* FRANÇA, Luís de (coord.), *Portugal, Valores Europeus Identidade Cultural*, s.l., I.E.D., 1993.

\* FREIRE, João, *O trabalho independente em Portugal*, Lisboa, CIES/ISCTE, 1995.

\* FREITAS, Eduardo; SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, *Hábitos de leitura em Portugal: inquérito sociológico*, Lisboa, Pub. Dom Quixote, 1992.

---

<sup>123</sup> Os passos ulteriores do inquérito por questionário (processamento, análise e apresentação dos dados) são abordados noutras partes do programa: a elaboração de ficheiros, a análise quantitativa e a apresentação gráfica dos dados, no capítulo 10; a análise de conteúdo das respostas às questões abertas, afluída no capítulo 4, é desenvolvida na disciplina de *Métodos e Técnicas de Investigação II*.

<sup>124</sup> São assinaladas com um asterisco (\*) as obras ilustrativas de aplicações práticas.

- GHIGLIONE, R. & MATALON, B., *O inquérito: teoria e prática*, Oeiras, Celta, 1997.
- \* GIRARD, Alain, *Le choix du conjoint. Une enquête psycho-sociologique en France*, Paris, P.U.F., 1981.
- \* GONÇALVES, Albertino, *Imagens e clivagens*, Porto, Afrontamento, 1996.
- GRAWITZ, Madeleine, *Méthodes des sciences sociales*, Paris, Dalloz, 1976.
- HILL, Manuela Magalhães e HILL, Andrew HILL, *Investigação por questionário*, Lisboa, Edições Sílabo, 2002.
- JAVEAU, Claude, *L'enquête par questionnaire. Manuel à l'usage du praticien*, Bruxelles, Éditions de l'Université de Bruxelles, 1982.
- LIMA, Marinús Pires de, *Inquérito Sociológico: Problemas de Metodologia*, Lisboa, Presença, 1981.
- MAYNTZ, Renate; HOLM, Kurt; HÜBNER, Peter, *Introducción a los métodos de la sociología empírica*, Madrid, Alianza Ed., 1975.
- MUCCHIELLI, Roger, *Le questionnaire dans l'enquête psycho-sociale*, Paris, Librairies Techniques/Editions Sociales Françaises, 1968.
- PORTELA, José G. F., *As técnicas vivas na Investigação sociológica*, Instituto Politécnico de Vila Real, 1978.
- SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOK, S. W., *Métodos de pesquisa nas relações sociais*, São Paulo, E.P.U./EDUSP, 1974.
- SINGLY, François de, *L'Enquête et ses méthodes : Le questionnaire*, Paris, Nathan, 1992.

## 1. Pressupostos inerentes à medição de atitudes

A noção de atitude é central na sociologia. Já nos anos 1910', W. I. THOMAS e F. ZNANIECKI<sup>125</sup> consideravam esta disciplina vocacionada para o estudo científico das atitudes. “Existem numerosas definições para o termo mas todas elas insistem sobre um ponto: a atitude implica um estado segundo o qual o indivíduo está prestes a responder de uma certa maneira a um certo estímulo”<sup>126</sup>. “As atitudes são sistemas relativamente estáveis de elementos psíquicos referenciados a um objecto de qualquer natureza, que determina reacções semelhantes sempre que se verifiquem situações em que esse objecto está implicado”<sup>127</sup>. Com uma longa experiência de estudo das atitudes e das opiniões, Jean STOETZEL e Alain GIRARD concluem: “a noção de atitude, tal como a de opinião, não é simples e, para evitar a confusão, muitos autores modernos têm permanecido indiferentes à sua definição precisa, sendo aliás preferível insistir sobre o seu carácter operativo (...) Todas as técnicas de avaliação das atitudes partem da ideia de que a atitude é uma variável latente, tal como para o psicólogo a inteligência é uma variável latente, sem que nem por isso seja necessário procurar uma definição substancial ou da inteligência ou da atitude.”<sup>128</sup> Bastante explícito acerca do nível de latência das atitudes é o modelo de quatro níveis de estruturação e profundidade elaborado por EYSENCK: ideologia / atitude / opiniões habituais / opiniões acidentais<sup>129</sup>.

---

<sup>125</sup> ZNANIECKI, Florian; THOMAS, William, *The Polish peasant in Europe and America*, Nova Iorque, Octagon Books, 1974.

<sup>126</sup> PORTELA, José G. F., *As técnicas vivas na Investigação sociológica*, op. cit., p. 45.

<sup>127</sup> ALMEIDA, J. Ferreira de; PINTO, J. Madureira, *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Presença, 1980, p. 102.

<sup>128</sup> STOETZEL, Jean; GIRARD, Alain, *Les sondages d'opinion publique*, Paris, P.U.F., 1979, p. 45.

<sup>129</sup> GRAWITZ, Madeleine, *Méthodes des sciences sociales*, op. cit., pp. 518 e 519.

As atitudes podem ser apreendidas através das suas manifestações (gestos, comportamentos, opiniões) por vários meios: observação, entrevistas... Um dos processos mais correntes envolve a aplicação de escalas de atitudes a partir de questionários. Os níveis de medição variam consoante os tipos de escala (ex., ordinal, de Bogardus; de intervalos, de Thurstone e de Lickert).

A construção e o uso de uma escala repousam, pelo menos, em três pressupostos.

- a ideia do *continuum*: é possível seriar os atributos relativos às atitudes num *continuum*: “as escalas consistem na transmutação de características qualitativas, referidas como atributos das atitudes, numa série ordenada de características quantitativas referidas como valores da variável”<sup>130</sup>;

- a unidimensionalidade: uma escala deve medir a atitude em causa e apenas essa;

- os *itens*: é possível medir as atitudes através de uma selecção de *itens* (questões, *statements*) que vão ser colocados à população a inquirir.

Os *itens* são a chave do valor de uma escala. “A escala retira o seu valor do conjunto das questões colocadas ou *itens*, da sua ligação com a atitude que visam medir, da sua capacidade de discriminação e diagnóstico. Os *itens* de uma escala limitam-se sempre a uma amostra do universo (infinito) de *itens* possíveis relativos a essa atitude. Deve-se portanto reter os mais significativos, os mais reveladores, isto é, os mais estreitamente relacionados com a atitude que se quer medir.”<sup>131</sup> Os *itens*, directa ou indirectamente relacionados com a atitude a medir, não devem distinguir apenas as posições extremas mas destringir também as situações intermédias e respectivos matizes em relação à atitude. Os *itens* de uma escala de atitudes devem ainda exprimir uma opinião e não um facto, ser curtos e claros, formular-se na positiva e na voz activa, implicar uma posição pessoal. O objecto da atitude a medir deve ser, de preferência, o sujeito da frase.

---

<sup>130</sup> PORTELA, José G. F., *As técnicas vivas na Investigação sociológica*, op. cit., p. 47.

<sup>131</sup> GRAWITZ, Madeleine, *Méthodes des sciences sociales*, op. cit., pp. 805.

## 2. Principais escalas de atitudes

Nesta parte do programa, são brevemente apresentadas, num primeiro tempo, algumas escalas pioneiras, designadamente a escala de distância social de BOGARDUS/DOBB, a “escala F” de ADORNO e o “esquema de EYSENCK”<sup>132</sup>. Uma vez expostas e exemplificadas as escalas de autoavaliação<sup>133</sup>, passa-se à aprendizagem da lógica, do modo de construção, passo a passo, e das vantagens e inconvenientes de algumas das escalas de atitudes de maior uso e renome: as escalas de intervalos de THURSTONE (com recurso a júri) e de LICKERT (sem júri), o escalograma de GUTTMAN e o perfil de polaridade de OSGOOD<sup>134</sup>.

## 3. A questão da fidelidade e da validade das escalas

A qualidade e o ajustamento de uma escala dependem da sua fidelidade e validade. A fidelidade refere-se à exactidão da medida: “diz-se que uma escala é fiel se, apresentada várias vezes aos mesmos sujeitos por observadores diferentes, der os mesmos resultados”<sup>135</sup>. No caso de uma repetição do processo de medição, a fidelidade traduz-se pela dispersão dos valores obtidos. Existem várias formas de testar a fidelidade de uma escala: “*test-retest*”; “*multiple-form*” e “*split-half*”<sup>136</sup>.

A questão da validade de uma escala prende-se com a sua capacidade de medir efectivamente o que se pretende medir, e não outra coisa qualquer. Tal como a

---

<sup>132</sup> Sobre estas escalas, ver GRAWITZ, M., *Méthodes des sciences sociales*, op. cit., pp. 801-809.

<sup>133</sup> Alguns exemplos interessantes de escalas de autoavaliação mais comuns (termómetros, escadas de corda...) podem ser encontrados em FODDY, William, *Como Perguntar...*, op. cit., pp. 174 e seguintes.

<sup>134</sup> Os procedimentos de construção destas quatro escalas estão particularmente bem desenvolvidos na obra de Renate MAYNTZ, Kurt HOLM e Peter HÜBNER, *Introducción a los métodos de la sociología empírica*, op. cit., pp. 63-84. Para uma perspectiva global das diferentes técnicas de construção de escalas de atitudes, incluindo a das distâncias e estruturas latentes de Paul LAZARFELD, ver, por exemplo, THOMAS, Raymond; ALPHILIPPE, Daniel, *Les attitudes*, Paris, P.U.F., 1983, ou COOMBS, Clyde H., “La mesure dans les sciences sociales. Théorie et Méthodes.”, in FESTINGER, Leon; KATZ, Daniel, *Les méthodes de recherche dans les sciences sociales*, Paris, P.U.F., 1974, vol. II, pp. 538-611.

<sup>135</sup> PORTELA, José G. F., *As técnicas vivas na Investigação sociológica*, op. cit., p. 49.

<sup>136</sup> Para uma apresentação dos testes de fidelidade e de validade ver MAYNTZ, Renate et al., *Introducción a los métodos de la sociología empírica*, op. cit., pp. 85-88.



fidelidade, a validade também pode ser testada de várias maneiras: “*expert validity*”, “*known groups*”, “*predictive validity*” e “*construct validity*”.

#### 4. Indicações bibliográficas para o capítulo VIII<sup>137</sup>

\* BOUDON, Raymond; LAZARSFELD, Paul, *Le vocabulaire des sciences sociales*, Paris-La Haye, Mouton, 1965.

COOMBS, Clyde H., “La mesure dans les sciences sociales. Théorie et méthodes”, in FESTINGER, Leon; KATZ, Daniel, *Les méthodes de recherche dans les sciences sociales*, Paris, P.U.F., 1974, vol. II, pp. 538-611.

FODDY, William, *Como Perguntar: Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*, Oeiras, Celta, 1996.

\* GONÇALVES, Albertino, *Imagens e clivagens*, Porto, Afrontamento, 1996.

GRAWITZ, Madeleine, *Méthodes des sciences sociales*, Paris, Dalloz, 1976.

MAYNTZ, Renate; HOLM, Kurt; HÜBNER, Peter, *Introducción a los métodos de la sociología empírica*, Madrid, Alianza Ed., 1975.

\* MICHELAT, G.; SIMON, M., *Classe, religion et comportement politique*, Paris, Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, Editions Sociales, 1977.

\* MOSCOVICI, Serge, *La psychanalyse, son image et son public*, Paris, P.U.F., 1961.

PORTELA, José G. F., *As técnicas vivas na Investigação sociológica*, Instituto Politécnico de Vila Real, 1978.

STOETZEL, Jean; GIRARD, Alain, *Les sondages d’opinion publique*, Paris, P.U.F., 1979.

THOMAS, Raymond; ALPHILIPPE, Daniel, *Les attitudes*, Paris, P.U.F., 1983.

---

<sup>137</sup> São assinaladas com um asterisco (\*) as obras ilustrativas de aplicações práticas.

## CAPÍTULO IX: A APREENSÃO DAS MUDANÇAS. A TÉCNICA DE PAINEL

### 1. O recurso ao painel

“Para estudar as variações de opinião ou de comportamento susceptíveis de intervir no decurso de um período de tempo, foi elaborada uma técnica particular, a técnica do *painel*, que consiste em interrogar por várias vezes a mesma amostra de pessoas”<sup>138</sup>. Esta definição de Jean STOETZEL e de Alain GIRARD restringe a técnica do painel ao uso de entrevistas a pessoas. Mais ampla é a definição de Renate MAYNTZ e colaboradores: “Por estudo de painel entende-se uma técnica que mede uma pluralidade de pessoas ou outras unidades durante, pelo menos, dois momentos distintos relativamente às mesmas propriedades, recorrendo à observação ou ao inquérito”<sup>139</sup>. Esta técnica, para além das atitudes e das opiniões, pode aplicar-se ao estudo de comportamentos, de atributos ou de propriedades de contexto (ecológicas). As unidades observáveis podem não se confinar a pessoas mas estender-se a grupos. Enfim, a entrevista e o inquérito não são as únicas modalidades de recolha de informações, o recurso à observação também é possível<sup>140</sup>. Apesar destes reparos, cumpre-nos reconhecer que a prática mais corrente da técnica do painel recorre a entrevistas repetidas no tempo a amostras de pessoas (o painel) acerca das suas atitudes e opiniões. No caso do inquérito, administram-se nas mesmas condições os mesmos questionários às mesmas pessoas em momentos distintos. Todas as questões carecem fazer sentido durante todo o período de duração do estudo.

---

<sup>138</sup> STOETZEL, Jean; GIRARD, Alain, *Les sondages d'opinion publique*, op. cit., pp. 157-158.

<sup>139</sup> MAYNTZ, Renate et al, *Introducción a los métodos de la sociología empírica*, op. cit., p. 175.

<sup>140</sup> Neste âmbito, tornaram-se célebres, por exemplo, os estudos dos LYND: LYND, R. S.; LYND, H. M., *Middletown: A Study in Contemporary American Culture*, Nova Iorque, Harcourt, Brace Jovanovich, 1929; *Middletown in Transition*, Nova Iorque, Harcourt, Brace Jovanovich, 1937.

O painel permite-nos um estudo longitudinal que apreende as mudanças não só em termos de saldos globais (ex., mais x% de pessoas pensam votar num dado partido) mas também em termos de “flutuações líquidas” (ex., as novas intenções de voto nesse partido e as “deserções” para outros partidos).

Para além do acompanhamento das dinâmicas sociais, a técnica do painel adequa-se à elaboração de planos de investigação de carácter quase experimental. É possível, por exemplo, conceber a repetição de um inquérito antes e depois de uma dada campanha publicitária para determinar os seus efeitos.

## 2. Problemas práticos e limites

O recurso à técnica do painel comporta alguns problemas. Destes, sobressaem a alteração do painel ao longo do tempo e o designado “efeito de painel”.

É praticamente impossível, passado algum tempo, abranger integralmente as mesmas pessoas, observar exactamente o mesmo painel. Algumas tornam-se incontactáveis, outras falecem, outras recusam continuar a colaboração... Quanto maior for a dispersão espacial da amostra e o intervalo entre observações mais tende a agravar-se o problema da manutenção do painel. Sendo imputável a maioria das perdas a mudanças de residência, uma precaução consiste em pedir, logo no primeiro momento, aos membros do painel as coordenadas de algumas pessoas que costumam estar a par das suas moradas<sup>141</sup>.

Confrontado com a alteração da composição do painel, o sociólogo pode valer-se de alguns subterfúgios tais como proceder a correcções por extrapolação ou substituir os faltosos por pessoas com características similares. Não deixam contudo de ser soluções de circunstância.

O efeito de painel provém do facto de, só pela simples pertença a um painel e subsequente repetição do estudo, os membros se tornarem distintos do resto da

população que são supostos representar. A amostra, inicialmente representativa, deixa progressivamente de o ser. As pessoas familiarizam-se com os temas, informam-se, aprofundam-nos... Com a rotina, adquirem competências próprias. Em suma, a corre o risco de deixar de ser representativa.

Há alternativas à técnica original do painel que não padecem destes, mas de outros, inconvenientes. Podem ser rotuladas de pseudo ou falsos painéis.

Uma forma de contornar os custos e as dificuldades do verdadeiro painel consiste em elaborar inquéritos com alcance retrospectivo. Interrogam-se os entrevistados não apenas sobre a actualidade mas também sobre o passado, apelando à sua memória. As falhas desta solução são grandes, as mesmas da memória.

Outra solução reside nas “análises de tendências”<sup>142</sup>. Em vez de se acompanhar uma única amostra, o estudo contempla novas amostras, análogas entre si. A cada momento, levanta-se uma nova amostra igualmente representativa do universo. Contornam-se assim quer os problemas da manutenção da amostra inicial quer, no caso de um universo suficientemente grande, o efeito de painel. Em contrapartida, a precisão da comparação depende da contingência, sempre incerta, das sucessivas amostragens e a informação obtida é mais pobre (por exemplo, nada se pode concluir acerca das flutuações líquidas).

### 3. Indicações bibliográficas para o capítulo IX<sup>143</sup>

GRAWITZ, Madeleine, *Méthodes des sciences sociales*, Paris, Dalloz, 1976.

MAYNTZ, Renate; HOLM, Kurt; HÜBNER, Peter, *Introducción a los métodos de la sociología empírica*, Madrid, Alianza Ed., 1975.

---

<sup>141</sup> A técnica do painel exige um contrato específico de colaboração com as pessoas seleccionadas, porque, entre outras coisas, limita as possibilidades de anonimato das respostas.

<sup>142</sup> MAYNTZ, Renate, HOLM, Kurt e HÜBNER, Peter, *Introducción a los métodos de la sociología empírica*, op. cit., p. 176.

<sup>143</sup> São assinaladas com um asterisco (\*) as obras ilustrativas de aplicações práticas.

\* STOETZEL, Jean (dir.) - *Les valeurs du temps présent: une enquête européenne*, Paris, P.U.F., 1983.

STOETZEL, Jean; GIRARD, Alain, *Les sondages d'opinion publique*, Paris, P.U.F., 1979.

## CAPÍTULO X: MEDIÇÃO, ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

### 1. A medição

A parte final do programa é consagrada à aquisição ou consolidação de algumas bases respeitantes à medição, processamento, análise quantitativa e expressão gráfica de dados. As aulas práticas decorrem num laboratório de informática (normalmente o Laboratório de Sociologia, com capacidade para 24 postos). A lógica, os objectivos, os cálculos, a execução e os usos de cada análise, teste ou coeficiente são aprendidos, primeiro, nas aulas teóricas, sendo, em seguida, nas práticas, experimentados e treinados no computador. Pela acessibilidade, difusão e potencialidades de utilização, o programa SPSS (Statistical package for the social sciences) costuma ser o adoptado para o processamento e análise de dados. No que se refere à apresentação gráfica, o Excel é o programa privilegiado. Para apoio aos exercícios das aulas práticas, é costume administrar-se um pequeno questionário aos alunos, que contempla variáveis tais como o sexo, o ano de nascimento, o nível de instrução dos pais, o estatuto na universidade, a posição do curso de licenciatura em Sociologia na candidatura de ingresso à universidade, as notas das disciplinas do 1º ano, a satisfação com o curso ou o nível de interesse atribuído a cada uma das disciplinas frequentadas. Este leque de variáveis permite o recurso a diversos tipos de operações (formatação, análises, testes, gráficos) a aprender e praticar. Por outro lado, os resultados dos trabalhos (inquéritos) desenvolvidos pelos alunos também são aproveitados do mesmo modo e para os mesmos fins, ou seja, para a aprendizagem prática, através da exploração de informação envolvente. Em ambos os cenários, cabe aos alunos conceber os ficheiros, introduzir os dados, analisá-los e apresentá-los.

## 1.1. A medida como construção

A medição, tal como os “dados” e os procedimentos que pressupõe, não é o lugar de uma “imaculada concepção”. Resulta de um processo de abstracção e construção. “Importa destacar que a obtenção e a análise dos dados, em todas as suas fases, dependem de uma teoria acerca da realidade social. Sobretudo, os próprios dados só podem ser obtidos recorrendo-se a conclusões teoricamente fundamentadas”<sup>144</sup>. Para que haja dados é preciso que uma interrogação e um quadro teóricos os constituam enquanto face ao que é observável. “As observações de propriedades ou formas de conduta manifestas de fenómenos sociais convertem-se (...) em dados apenas quando os estruturamos conceptualmente de tal modo que, enquanto observações registadas, possibilitem uma identificação e classificação dos objectos da investigação segundo as suas dimensões atributivas relevantes para a resposta ao problema da investigação (...) Do universo de observações possíveis de dimensões atributivas dos objectos de investigação escolhem-se e estruturam-se conceptualmente umas escassas dimensões relevantes para a solução do problema da investigação”<sup>145</sup>. Medir implica abstrair uma dimensão do fenómeno observado, elaborar e aplicar instrumentos de captação e medição, dividir a dimensão por valores e classificar as unidades de investigação atribuindo-lhes esses valores. Convém lembrar o reparo de Marcel MAUSS e Paul FAUCONNET: “Em qualquer trabalho que se apoie em elementos estatísticos, é importante, indispensável, expor cuidadosamente o modo como se chegou aos dados utilizados.”<sup>146</sup> A pertinência de uma medida radica na concepção e na conceptualização da pesquisa que a suscita. Não atender a esta realidade expõe o investigador à falácia da “quantofrenia”, à medida desenfreada que, no juízo de Pitirim A. SOROKIN, leva os sociólogos a obter “a medida de tudo e a relevância de nada”<sup>147</sup>.

---

<sup>144</sup> MAYNTZ, Renate et al., op. cit., p. 47.

<sup>145</sup> MAYNTZ, Renate et al., op. cit., p. 46.

<sup>146</sup> FAUCONNET Paul; MAUSS, Marcel, “La Sociologie: objet et méthode”, artigo da *Grande encyclopédie*, op. cit., p. 33.

<sup>147</sup> SOROKIN, Pitirim A., *Tendances et déboires de la sociologie américaine*, Paris, Aubier, 1959.



## 1.2. O problema da fidelidade, da validade e da precisão

A fidelidade, a validade e a precisão são propriedades que permitem aferir da qualidade de um processo ou de um instrumento de medição. A fidelidade refere-se à exactidão da medida, à capacidade de esta se aproximar do valor real. No caso de uma repetição do processo de medição, a fidelidade traduz-se pela dispersão dos valores obtidos. A validade de uma escala prende-se com a sua capacidade de medir efectivamente o que se pretende medir, e não outra coisa qualquer<sup>148</sup>. A precisão prende-se com a fineza, o grau de sensibilidade do processo ou do instrumento de medição face às variações do fenómeno a observar. Fidelidade, validade e precisão são propriedades estreitamente interligadas. “Um instrumento preciso, mas falso ou infiel, não é utilizável. Indique-se ainda que não se deve ser um maníaco da precisão”<sup>149</sup>.

## 1.3. Níveis de medição e tipos de escalas

É costume hierarquizar quatro níveis de medição a que correspondem outras tantas escalas e tipos de variáveis com propriedades formais distintas.

As escalas nominais, as mais usuais na Sociologia, apenas permitem discriminar os diferentes valores da variável. Por exemplo, no que concerne o sexo, pode-se apenas afirmar que masculino é diferente de feminino, de modo algum que um está em primeiro e o outro em segundo lugar, e, ainda menos, que está a uma distância  $x$  do outro ou que é  $y\%$  maior que o outro. Apenas que são distintos. Ao nível da estatística descritiva, cingimo-nos à determinação do valor modal e das frequências absolutas ou relativas.

---

<sup>148</sup>Já tivemos ocasião de abordar estas duas propriedades a propósito das escalas de atitudes.

<sup>149</sup> GRAWITZ, Madeleine, op. cit., p. 355. Sobre a obsessão da “decimal”, ver ainda BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J-C.; PASSERON, J-C., *Le métier de sociologue*, op. cit., p.22.

As escalas ordinais possibilitam a introdução de uma ordem entre os valores da variável. Um aluno que assinala que está “muito satisfeito” com o curso está mais satisfeito do que aquele que indicou “pouco satisfeito”... Não se pode, no entanto, dizer que está tantas vezes mais satisfeito. À semelhança das escalas nominais, nas ordinais não se podem fazer somas ou subtrações com os valores das variáveis.

As escalas de intervalos permitem aferir as distâncias, os intervalos, entre os valores. Pode-se dizer que entre um aluno com 14 e outro com 10, a uma dada disciplina, se observa uma diferença de 4 pontos. Não é, contudo, legítimo avançar-se que o primeiro sabe 40% mais do que o segundo. Para tal, teria que fazer sentido um nível zero absoluto de saber nessa disciplina. O mesmo acontece com a temperatura, se em Beja estão 30° e em Braga 15°, pode-se concluir que entre as duas cidades se verifica uma diferença de 15°, mas de forma alguma que Beja está com o dobro do calor de Braga; o zero da escala Celsius é convencional, não absoluto. Esta situação caracteriza a generalidade das escalas de atitudes: não há, por exemplo, um nível zero absoluto de antisemitismo nem, por conseguinte, é possível classificar fulano como três vezes mais antisemita que cicrano. Nas escalas de intervalos, podem-se medir as distâncias entre valores, logo efectuar operações de adição e subtração. No que se refere à estatística descritiva, já é possível calcular a amplitude, a média ou o desvio-padrão.

As escalas de proporções (de razão ou racionais) distinguem-se das escalas de intervalos precisamente pela existência de um zero absoluto. É o caso, por exemplo, do peso ou do rendimento. Pode-se dizer que quem auferir 200 contos por mês ganha o dobro daquele que apenas recebe 100. Os valores destas escalas são passíveis de todo o género de operações matemáticas.

Acrescente-se que o nível de medição de um fenómeno não depende exclusivamente da sua natureza intrínseca. Depende, também, da respectiva conceptualização, do processo de pesquisa e dos procedimentos e instrumentos de medição: “Quando os homens conheciam a temperatura apenas pela sensação, quando as coisas eram apenas “mais quentes” ou “mais frias” que outras coisas, a temperatura pertencia à classe de escalas ordinais. Tornou-se uma escala de intervalo com o

desenvolvimento da termometria, e, depois de a termodinâmica ter usado a *razão* de expansão dos gases para extrapolar para zero, tornou-se uma escala de razão.<sup>150</sup>

## 2. Processamento, análise e apresentação gráfica dos dados

Os níveis de medição não determinam apenas as possibilidades de cálculo dos índices da estatística descritiva, condicionam também o espectro das análises e dos testes das relações entre variáveis. O quadro I<sup>151</sup> apresenta uma sinopse das possibilidades de cálculos e análises mais correntes para a caracterização quer de uma única variável (índices de estatística descritiva) quer da relação entre duas variáveis (análises bivariadas). Figuras em itálico as análises, os testes e os coeficientes cujos cálculos, lógicas, significados e usos são aprendidos e aplicados no âmbito da disciplina<sup>152</sup>. Uma vez adquiridos os conhecimentos mínimos relativos à construção e à manipulação dos ficheiros (formatar, alterar, ordenar, calcular, transformar e recodificar campos), todas estas operações são treinadas e interpretadas com suporte informático.

A apresentação gráfica é uma tarefa auxiliar e complementar da análise dos dados. Neste âmbito, os alunos são introduzidos às potencialidades e opções gráficas do programa Excel para uma ou duas variáveis (histogramas, barras, discos, superfícies, curvas e diagramas de dispersão).

---

<sup>150</sup> S. S. STEVENS citado por SELTZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOK, S. W., *Métodos de pesquisa nas relações sociais*, op. cit., p. 221.

<sup>151</sup> Construído a partir de BLALOCK, Hubert M., *Social statistics*, New York, McGraw-Hill, 1979, s.p.

<sup>152</sup> A elevada padronização destas operações justifica que elas não sejam desenvolvidas neste relatório. O livro de J. Manuel NAZARETH (*Introdução aos métodos quantitativos em ciências sociais*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1981) prodiga-nos uma excelente e pedagógica introdução a estas técnicas de análise. O livro clássico, acima referido, de Hubert M. BLALOCK proporciona-nos um desenvolvimento mais aprofundado. Um e outro constituem o cerne da bibliografia recomendada aos alunos para este capítulo.

**Quadro I:** Tipos de análise consoante os níveis de medição (escalas)

Nível de medição da primeira variável	Uma só variável	Relação entre duas variáveis (análise bivariada)		
	Estatística descritiva	Nível de medição da segunda variável		
		Nominal	Ordinal	Intervalos/racional
Nominal	Moda Frequências absolutas e relativas	<i>Qui quadrado</i> <i>C (coeficiente de contingência)</i> V de Cramer ...	.....	.....
Ordinal	Mediana Quartis, decis	Análise de variância com ordens ( <i>ranks</i> )	<i>Correlação de Spearman</i> Tau de Kendall ...	.....
Intervalos/racional	Média Desvio-padrão	<i>Análise de variância</i> ...	.....	<i>Correlação e regressão</i> ...

### 3. Limites das análises bivariadas: as análises multivariadas

A experiência proveniente da docência e da orientação de pesquisas aconselha que a aprendizagem das análises bivariadas seja relativizada e completada com algumas recomendações e alguns apelos à prudência. Uma espécie de profilaxia do disparate calculado.

No decurso de uma análise, as relações estatisticamente significativa não são as únicas a merecer a nossa atenção, as únicas que interessam. Relações estatisticamente não significativas podem pontificar-se tanto ou até mais relevantes para a investigação do que muitas ditas “significativas”. Comprovar que não existe ligação entre determinadas variáveis pode revelar-se uma descoberta mais fecunda do que constatar uma associação entre quaisquer outras<sup>153</sup>. A justificação deste reparo advém da observação de uma espécie de concentração exclusivista, por parte dos

<sup>153</sup> Cf. GONÇALVES, Albertino, *Imagens e clivagens*, op. cit., cap. VIII.

neófitos em análise de dados, em torno das relações estatisticamente significativas, com o concomitante, e, por vezes, empobrecedor, privilégio das respectivas variáveis.

Tão pouco será demais insistir no facto de que a identificação, numa análise bivariada, de uma relação estatisticamente significativa entre duas variáveis não implica, necessariamente, a sua existência na realidade. A relação pode revelar-se espúria<sup>154</sup>. Inversamente, a ausência de relação estatística entre duas variáveis pode encobrir uma relação efectiva<sup>155</sup>. Importa ser-se prudente aquando de análises isoladas de duas variáveis. É fundamental precaver-se perante a aplicação automática de procedimentos de análise, risco agravado pelo recurso a computadores. Sempre que possível, as análises entre duas variáveis devem ser confrontadas com a introdução de variáveis adicionais ou teste. Um dos contributos das análises multivariadas reside precisamente na ajuda que propiciam na detecção dos efeitos de interacção e das relações espúrias ou encobertas<sup>156</sup>. Enfim, o estudo das relações entre variáveis só pode ganhar em ser equacionado a partir de modelos de análise. Os resultados meramente matemáticos, estatísticos, carecem sempre de supervisão teórica. Só esta pode dar pertinência e sentido às significatividades estatísticas.

---

<sup>154</sup> Podem encontrar-se algumas ilustrações deste tipo de ocorrências, por exemplo, em GONÇALVES, Albertino, *Imagens e clivagens*, op. cit., ou em BOURDIEU, P.; DARBEL, A.; SCHNAPER, D., *L'Amour de l'art. Les musées d'art et leur public*, Paris, Minuit, 1966.

<sup>155</sup> Tornou-se clássico o exemplo proposto por Paul LAZARFELD respeitante à análise da relação entre a idade e a audiência de programas radiofónicos de música clássica. Tomando isoladamente estas duas variáveis, não se observa uma diferença significativa da audiência deste tipo de programas em função da idade. As probabilidades de um jovem ou de um idoso ouvirem música clássica na rádio são muito próximas (30% e 29%). Será legítimo concluir-se que este tipo de audiência não depende da idade? A introdução de uma variável adicional diz-nos que não. Se tomarmos, também, em consideração o nível de instrução, então o efeito da idade mostra-se deveras significativo. Entre os que têm um nível de instrução superior, ouvem música clássica na rádio 32% dos jovens e 52% dos idosos; entre os que têm um nível de instrução inferior, ouvem música clássica na rádio 28% dos jovens e 19% dos velhos. Estas diferenças mantêm-se veladas, anuladas, na análise isolada da relação entre a idade e a audiência radiofónica de música clássica. Cf. LAZARFELD, Paul, *L'interprétation des relations statistiques comme procédure de recherche*, in LAZARFELD, Paul, *Philosophie des sciences sociales*, Paris, Gallimard, 1970, pp. 301-317.

<sup>156</sup> Não cabe a esta disciplina o ensino das diferentes modalidades de análise multivariada. Os alunos são, no entanto, convidados a acompanhar alguns exemplos concretos sobre o modo como alguns destes testes foram efectuados no âmbito da análise da variação do apreço dos residentes pelos emigrantes (Cf. GONÇALVES, Albertino, *Imagens e clivagens*, op. cit., cap. VIII) ou dos factores que influenciam a inserção profissional dos licenciados pela Universidade do Minho (Cf. GONÇALVES, Albertino, *As Asas do Diploma. A inserção profissional dos Licenciados pela Universidade do Minho*, Braga, Grupo de Missão para a Qualidade do Ensino/Aprendizagem (Universidade do Minho), 2001.

#### 4. Indicações bibliográficas para o capítulo X<sup>157</sup>

- BLALOCK, Hubert M., *Social statistics*, New York, McGraw-Hill, 1979.
- BOUDON, Raymond; LAZARSELD, Paul, *L'analyse empirique de la causalité*, Paris, Mouton, 1969.
- BOUDON, Raymond, *Les méthodes en sociologie*, Paris, P.U.F., 1976.
- \* BOURDIEU, P.; DARBEL, A.; SCHNAPER, D., *L'Amour de l'art. Les musées d'art et leur public*, Paris, Minuit, 1966.
- BRYMAN, Alan; CRAMER, Duncan, *Análise de dados em ciências sociais*, Oeiras, Celta, 1992.
- CIBOIS, Philippe, *L'analyse de données en sociologie*, Paris, P.U.F., 1984
- \* GONÇALVES, Albertino, *Imagens e clivagens*, Porto, Afrontamento, 1996.
- \* GONÇALVES, Albertino, *As Asas do Diploma. A inserção profissional dos Licenciados pela Universidade do Minho*, Braga, Grupo de Missão para a Qualidade do Ensino/Aprendizagem (Universidade do Minho), 2001.
- LAZARSELD, Paul, *Philosophie des sciences sociales*, Paris, Gallimard, 1970.
- MAYNTZ, Renate; HOLM, Kurt; HÜBNER, Peter, *Introducción a los métodos de la sociología empírica*, Madrid, Alianza Ed., 1975.
- NAZARETH, J. Manuel, *Introdução aos métodos quantitativos em ciências sociais*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1981.
- SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOK, S. W., *Métodos de pesquisa nas relações sociais*, São Paulo, E.P.U./EDUSP, 1974.
- SPIEGEL, Murray R., *Estatística*, São Paulo, McGraw-Hill, 1984.

---

<sup>157</sup> São assinaladas com um asterisco (\*) as obras ilustrativas de aplicações práticas.

ZEISEL, Hans, *Fale com números*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1974.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBARELLO, Luc; DIGNEFFE, Françoise; HIERNAUX, Jean-Pierre, *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1997.
- ALMEIDA, João Ferreira de, *Classes sociais nos campos. Camponeses parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1986.
- ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO, José Madureira, *A investigação nas ciências sociais*, Lisboa, Presença, 1980.
- ALMEIDA, João Ferreira; PINTO, José Madureira, “Da teoria à investigação empírica. Problemas metodológicos gerais” in SILVA, Augusto S.; PINTO, J. Madureira, *Metodologia das ciências sociais*, op. cit., pp. 55-78.
- ALMEIDA, Leandro S.; FREIRE, Teresa, *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*, Braga, Psiquilíbrios, 2000.
- ALVES, Aníbal, *Presse régionale et émigration: Analyse sémiotique du discours sur les émigrants dans les journaux de Braga*, Louvain-la-Neuve, Cabay, Libraire-éditeur, 1984.
- ANDERSON, Nels, *Le Hobo : sociologie du sans-abri (suivi de : l'empirisme irréductible)*, Paris, Nathan, 1993.
- ANSART, Pierre, “Toute connaissance du social est-elle idéologique?” in DUVIGNAUD, Jean (Org.), *Sociologie de la connaissance*, Paris, Payot, 1979, pp. 33-48.
- ANTUNES, M. L. Antunes, *A emigração desde 1950. Dados e Comentários*, Lisboa, G.I.S., 1973.
- BACHELARD, Gaston, *Le Nouvel Esprit Scientifique*, Paris, P.U.F., 1958.
- BACHELARD, Gaston, *Épistémologie (textes choisis)*, Paris, P.U.F., 1971.
- BAKHTINE, Mikhail, (1977), *Le marxisme et la philosophie du langage*, Paris, Les Editions de Minuit. Edição original: 1929.



- BAKHTINE, Mikhaïl, *L'oeuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen Âge et sous la Renaissance*, Paris, Gallimard, 1970.
- BALES, R. F., *Interaction Process Analysis: a Method for the study of small groups*, Cambridge (Mass.), Addison-Wesley Press, 1950.
- BARDIN, Laurence, *Análise de conteúdo*, Lisboa, Edições 70, 1979.
- BATESON, Gregory, *La cérémonie du Naven*, Paris, Éd. de Minuit, 1971.
- BAUDELLOT, Christian e ESTABLET, Roger, *Durkheim et le suicide*, Paris, P.U.F., 1984.
- BECKER, Howard S., *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*, New York, Free Press, 1973.
- BELL, J., *Como realizar um projecto de investigação*, Lisboa, Gradiva, 1997.
- BENEDICT, Ruth, *Padrões de Cultura*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d.
- BERTAUX, Daniel, *Les récits de vie*, Paris, Nathan, 1997.
- BLALOCK, Jr., Hubert M., *Introdução à pesquisa social*, Rio de Janeiro, Zahar Eds., 1976
- BLALOCK, Hubert M., *Social statistics*, New York, McGraw-Hill, 1979.
- BLANCHET, A. et al., *L'Entretien dans les sciences sociales*, Paris, Dunod, Bordas, 1985.
- BLANCHET, A. et al., *Les techniques d'enquête en sciences sociales*, Paris, Dunod, 1987.
- BLANCHET, Alain e GOTMAN, Anne, *L'Enquête et ses méthodes : l'entretien*, Paris, Nathan, 1992.
- BOUDON, R., *Os métodos em sociologia*, Lisboa, Rolim, 1990.
- BOUDON, Raymond; LAZARSELD, Paul, *L'analyse empirique de la causalité*, Paris, Mouton, 1969.
- BOUDON, Raymond; LAZARSELD, Paul, *Le vocabulaire des sciences sociales*, Paris-La Haye, Mouton, 1965.

- BOURDIEU, Pierre, "Le champ scientifique", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n°2-3, 1976, pp. 88-104.
- BOURDIEU, Pierre, *Questions de Sociologie*, Paris, Minuit, 1980.
- BOURDIEU, Pierre, *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Paris, Ed. de Minuit, 1979.
- BOURDIEU, Pierre, *Réponses. Pour une anthropologie réflexive*, Paris, Éd. du Seuil, 1992.
- BOURDIEU, Pierre (dir.) - *La Misère du Monde*, Paris, Ed du Seuil, 1993.
- BOURDIEU, Pierre, *Meditações pascalianas*, Oeiras, Celta Editora, 1998.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. - *Les Héritiers. Les étudiants et la culture*, Paris, Minuit, 1964.
- BOURDIEU, P.; DARBEL, A.; SCHNAPER, D., *L'Amour de l'art. Les musées d'art et leur public*, Paris, Minuit, 1966.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J-C.; PASSERON, J-C., *Le métier de sociologue*, Paris-La Haye, Mouton, 1973. Tradução portuguesa: *A profissão de sociólogo*, Petrópolis, Vozes, 2002.
- BRUYNE, Paul de et al., *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Francisco Alves Ed., 1991.
- BRYMAN, Alan e CRAMER, Duncan, *Análise de dados em ciências sociais*, Oeiras, Celta, 1992.
- BURGESS, Robert G., *A Pesquisa de Terreno*, Oeiras, Celta, 1997.
- CARMO, Hermano & Ferreira, Manuela Malheiro, *Metodologia da Investigação-Guia para Auto-aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta, 1998.
- CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Rémi; MERLLIÉ, Dominique; PINTO, Louis, *Initiation à la pratique sociologique*, Paris, Dunod/Bordas, 1989.
- CIBOIS, Philippe, *L'analyse de données en sociologie*, Paris, P.U.F., 1984.
- COMBESSIE, Jean-Claude, *La Méthode en Sociologie*, Paris, La Découverte, 1996.

- COOMBS, Clyde H., “La mesure dans les sciences sociales. Théorie et méthodes”, in FESTINGER, Leon; KATZ, Daniel, *Les méthodes de recherche dans les sciences sociales*, Paris, P.U.F., 1974, vol. II, pp. 538-611.
- CUNHA, Luís, “A imagem do negro na B.D. do estado novo”, *Cadernos do Noroeste*, Vol. 8 (1), 1995, pp. 89-112.
- CUTILEIRO, José, *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Sá da Costa Ed., 1977.
- DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Félix, *Mille Plateaux*, Paris, Minuit, 1980.
- DESABIE, Jacques, *Théorie e pratique des sondages*, Paris, Dunod, 1966.
- DESROSIÈRES, Alain & THEVENOT, Laurent, *Les Catégories Socioprofessionnelles*, Paris, Éd. de la Découverte, 1988.
- DUFOUR, Stéphane; FORTIN, Dominic; HAMEL, Jacques, *L'enquête de terrain en sciences sociales*, Montréal, Editions Saint-Martin, 1991.
- DURKHEIM, Emile, *As Regras do Método Sociológico*, Lisboa, Presença, 1991.
- DURKHEIM, Emile, *O Suicídio*, Lisboa, Presença, 1992.
- DUVERGER, Maurice, *Méthodes des Sciences Sociales*, Paris, P.U.F., 1961.
- DUVIGNAUD, Jean, *La planète des jeunes*, Paris, Éd. Stock, 1975.
- DUVIGNAUD, Jean (Org.), *Sociologie de la connaissance*, Paris, Payot, 1979.
- ECO, Umberto, *Como se faz uma tese em ciências humanas*, Lisboa, Presença, 1988.
- ELIAS, Norbert, *O Processo Civilizacional* (2 vols), Lisboa, Dom Quixote, 1989/90.
- ELIAS, Norbert, *Logiques de l'exclusion*, Paris, Fayard, 1997.
- ESTANQUE, Elísio e MENDES, José Manuel, *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal: Um Estudo Comparativo*, Porto, Edições Afrontamento, 1997.
- ESTEVES, António & AZEVEDO, José (eds.), *Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais*, Porto, Instituto de Sociologia, 1998.
- FAVRET-SAADA, Jeanne, *Les mots, la mort, les sorts*, Paris, Gallimard, 1977.
- FAUCONNET P.; MAUSS, M., « La Sociologie: objet et méthode » in MAUSS, M., *Essais de sociologie*, Paris, Minuit, 1969, pp. 6-41.

- FERNANDES, Eugénia M. & ALMEIDA (eds.), Leandro S., *Métodos e Técnicas de Avaliação*, Braga, Universidade do Minho – Centro de Estudos em Educação e Psicologia, 2001.
- FERREIRA, Virgínia, “O inquérito por questionário na construção de dados sociológicos”, in SILVA, Augusto S.; PINTO, J. Madureira, *Metodologia das ciências sociais*, Porto, Afrontamento, 1986, pp. 165-195.
- FESTINGER, Leon; KATZ, Daniel, *Les méthodes de recherche dans les sciences sociales*, Paris, P.U.F., 1974.
- FODDY, William, *Como Perguntar: Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*, Oeiras, Celta, 1996.
- FRANÇA, Luís de (coord.), *Portugal, Valores Europeus Identidade Cultural*, s.l., I.E.D., 1993.
- FREIRE, João, *O trabalho independente em Portugal*, Lisboa, CIES/ISCTE, 1995.
- FREITAS, Eduardo; SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, *Hábitos de leitura em Portugal: inquérito sociológico*, Lisboa, Pub. Dom Quixote, 1992.
- GARFINKEL, Harold, *Studies in Ethnomethodology*, Englewood Cliffs/New Jersey, Prentice-Hall, 1967.
- GHIGLIONE, Rodolphe e MATALON, Benjamin, *Les enquêtes sociologiques: théories et pratiques*, Paris, A. Colin, 1978. Tradução portuguesa: *O inquérito: teoria e prática*, Oeiras, Celta, 1997.
- GHIGLIONE, R. et al, *Manuel d'analyse de contenu*, Paris, A. Colin, 1980.
- GIDDENS, Anthony, *Novas regras do método sociológico*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- GIRARD, Alain, *Le choix du conjoint. Une enquête psycho-sociologique en France*, Paris, P.U.F., 1981.
- GLASER, G. Barney & STRAUSS, Anselm, *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*, Nova Iorque, Aldine/De Gruyter, 1967.

- GLOCK, Charles Y. - "Y a-t-il un réveil religieux aux États-Unis?", in BOUDON, R.; LAZARSFELD, P. (orgs.), *Le vocabulaire des sciences sociales, op. cit.*, 1965, pp. 49-59.
- GOFFMAN, Erving, *Asiles*, Paris, Minuit, 1968.
- GOFFMAN, Erving, "La ritualisation de la féminité", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 14, 1977, pp. 34-50.
- GOLDMAN, Lucien, *Sciences humaines et philosophie*, Paris, P.U.F., 1952.
- GOLDMANN, Lucien, *Le Dieu Caché (Etude sur la vision tragique dans les Pensées de Pascal et dans le Théâtre de Racine)*, Paris, Gallimard, 1956.
- GOLDMAN, Lucien, *Marxisme et sciences humaines*, Paris, Gallimard, 1970.
- GONÇALVES, Albertino, *Imagens e clivagens*, Porto, Afrontamento, 1996.
- GONÇALVES, Albertino, *As Asas do Diploma. A inserção profissional dos Licenciados pela Universidade do Minho*, Braga, Grupo de Missão para a Qualidade do Ensino/Aprendizagem (Universidade do Minho), 2001.
- GOODE, William J. e HATT, Paul K., *Métodos em Pesquisa Social*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1972.
- GOULDNER, Alvin. W., *La sociología actual: renovación y crítica*, Madrid, Alianza Ed., 1979.
- GRAWITZ, Madeleine, *Méthodes des sciences sociales*, Paris, Dalloz, 1976.
- GUITTET, André, *L'Entretien: Techniques et pratiques*, Paris, A. Colin, 1983.
- HALL, Edward T., *La dimension cachée*, Paris, Éd. du Seuil, 1971.
- HALL, Edward T., *Le langage silencieux*, Paris, Éd. du Seuil, 1984.
- HALL, Edward T., *A dança da vida*, Lisboa, Relógio d'Água, 1996.
- HILL, Manuela Magalhães e HILL, Andrew HILL, *Investigação por questionário*, Lisboa, Edições Sílabo, 2002.
- HUGHES, Everett C., *Le Regard Sociologique*, Paris, Éd. De la Maison des Sciences de l'Homme, 1996.

- JAVEAU, Claude, *L'enquête par questionnaire. Manuel à l'usage du praticien*, Bruxelles, Éditions de l'Université de Bruxelles, 1982.
- JUAN, Salvador, *Méthodes de recherche en sciences socio-humaines. Exploration critique des techniques*, Paris, P.U.F., 1999.
- KAPLAN, Abraham, *A Conduta na Pesquisa*, São Paulo, EPU/EDUSP, 1975.
- KISH, Leslie, "Le choix de l'échantillon" in FESTINGER, Leon; KATZ, Daniel, *Les méthodes de recherche dans les sciences sociales*, Paris, P.U.F., 1974, vol. I, pp. 205-281.
- KORNHAUSER, Arthur; SHEATSLEY, Paul B., "Construção de questionário e processo de entrevista" in SELTZER, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOK, S. W., *Métodos de pesquisa nas relações sociais*, op. cit., pp. 613-657, pp. 619-643.
- KUHN, Thomas S., *The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago, The University of Chicago Press, 1970.
- LAVILLE, C. & DIONNE, J., *A construção do saber - manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1999.
- LAZARSFELD, Paul, *Philosophie des sciences sociales*, Paris, Gallimard, 1970.
- LAZARSFELD, Paul, "Des concepts aux indices empiriques", in BOUDON, Raymond; LAZARSFELD, Paul, *Le vocabulaire des sciences sociales*, Paris-La Haye, Mouton, 1965.
- LEANDRO, Maria Engrácia, *Familles portugaises. Projets et destins*, Paris, L'Harmattan, 1995.
- LIMA, Marinús Pires de, *Inquérito Sociológico: Problemas de Metodologia*, Lisboa, Presença, 1981.
- LINHART, Robert, *L'établi*, Paris, Éd. de Minuit, 1978.
- LUKACS, Georg, *Histoire et Conscience de Classe*, Paris, Ed. de Minuit, 1960.
- LYND, R. S.; LYND, H. M., *Middletown: A Study in Contemporary American Culture*, Nova Iorque, Harcourt, Brace Jovanovich, 1929.

- LYND, R. S.; LYND, H. M., *Middletown in Transition*, Nova Iorque, Harcourt, Brace Jovanovich, 1937.
- MAGET, Marcel, *Guide d'Étude Direct des comportements culturels*, Paris, CNRS, 1962.
- MANHEIM, Karl, *Idéologie et utopie*, Paris, Rivière, 1956.
- MANN, Peter H., *Métodos de investigação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1973.
- MARTINS, Moisés de Lemos, *O olho de Deus no discurso salazarista*, Porto, Afrontamento, 1990.
- MARTINS, Moisés de Lemos, *Semiótica: Programa e Metodologia*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 1996.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, *L'Idéologie Allemande*, Paris, Éd. Sociales, 1976.
- MASSONNAT, J., "Observer" in BLANCHET, A. et al., *Les techniques d'enquête en sciences sociales*, Paris, Dunod, 1987.
- MAUSS, M., *Essais de sociologie*, Paris, Minuit, 1969.
- MAYNTZ, Renate; HOLM, Kurt; HÜBNER, Peter, *Introducción a los métodos de la sociología empírica*, Madrid, Alianza Ed., 1975.
- MERLLIÉ, Dominique, "La construction statistique", in CHAMPAGNE, Patrick et al, *Iniciation à la pratique sociologique*, Paris, Dunod, 1989, pp. 101-158.
- MERLLIÉ, Dominique & PRÉVOT, Jean, *La Mobilité Sociale*, Paris, La Découverte, 1991.
- MERTON, Robert K., *Éléments de théorie et de méthode sociologique*, Paris, Plon, 1965.
- MICHELAT, G.; SIMON, M., *Classe, religion et comportement politique*, Paris, Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, Editions Sociales, 1977.
- MILLS, C. Wright, *L'imagination sociologique*, Paris, Maspéro, 1967.
- MOREIRA, João Manuel, *Questionários : teoria e prática*, Coimbra, Almedina, 2004.

- MORIN, Edgar, *Commune en France: la métamorphose de Plodemet*, Paris, Fayard, 1967.
- MOSCOVICI, Serge, *La psychanalyse, son image et son public*, Paris, P.U.F., 1961.
- MUCCHIELLI, Roger, *L'analyse de contenu des documents et des communications*, Paris, Les éditions ESF - Entreprise moderne d'édition - Librairies Techniques, 1988.
- MUCCHIELLI, Roger, *Le questionnaire dans l'enquête psycho-sociale*, Paris, Librairies Techniques/Editions Sociales Françaises, 1968.
- NAZARETH, J. Manuel, *Introdução aos métodos quantitativos em ciências sociais*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1981.
- NUNES, A. Sedas, *Sobre o Problema do Conhecimento nas Ciências Sociais*, Lisboa, G.I.S., 1981.
- NUNES, A. Sedas, *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa, Presença/G.I.S., 1984.
- PAIS, José Machado, *Culturas juvenis*, s.l., Imprensa Nacional Casa da Moeda, s.d.
- PAIS, José Machado, *Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens, trabalho e futuro*, Lisboa, Âmbar, 2001.
- PARDAL, Luís e CORREIA, Eugénia, *Métodos e Técnicas de Investigação Social*, Porto, Areal Editores, 1996.
- PASSERON, Jean-Claude, *O raciocínio sociológico: O espaço não popperiano do raciocínio natural*, Petrópolis, Vozea, 1995.
- PENEFF, Jean, *La Méthode Biographique. De l'École de Chicago à l'Histoire Orale*, Paris, Colin, 1990.
- PERETZ, Henri, *Métodos em Sociologia*, Lisboa, Temas & Debates, 2000.
- PIAGET, Jean, *Estudos Sociológicos*, São Paulo, Ed. Forense, 1973.
- PINA-CABRAL, João de, *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponesa do Alto Minho*, Lisboa, Dom Quixote, 1989.
- PINTO, José Madureira, *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos*, Porto, Ed. Afrontamento, 1985.



- PINTO, José Madureira, *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais*, Porto, Ed. Afrontamento, 1994.
- PORTELA, José G. F., *As técnicas documentais na investigação sociológica*, Instituto Politécnico de Vila Real, 1978.
- PORTELA, José G. F., *As técnicas vivas na Investigação sociológica*, Instituto Politécnico de Vila Real, 1978.
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, gradiva, 1992.
- RIBEIRO, José da Silva, *Métodos e Técnicas de Investigação em Antropologia*, Lisboa, Universidade Aberta, 2003.
- RILEY, Matilde W.; NELSON, Edward E., *A Observação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, *Immigrés Portugais*, Lisboa, I.S.C.S.P., 1973.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, *Introdução a uma ciência pós-moderna*, Porto, Afrontamento, 1989.
- SCHNAPPER, Dominique, *A compreensão sociológica: Como fazer análise tipológica*, Lisboa, Gradiva, 2000.
- SCHUMAN, H. & PRESSER, S., *Questions & Answers in Attitude Survey. Experiments on Question Form, Working, and Context*, Thousand Oaks/London/New Delhi, Sage Publications, 1996.
- SCHUTZ, Alfred, *El problema de la realidad social*, Buenos Aires, Amorrurtu Ed., 1974.
- SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOK, S. W., *Métodos de pesquisa nas relações sociais*, São Paulo, E.P.U./EDUSP, 1974<sup>158</sup>.
- SELLTIZ, C., WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W., *Métodos de pesquisa nas relações sociais*, São Paulo, E.P.U., 1987 (3 vols.).

---

<sup>158</sup> Foi recentemente publicada uma espécie de nova versão deste clássico manual de metodologia: SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence S.; COOK, Stuart W., *Métodos de pesquisa nas relações sociais*, São Paulo, E.P.U., 1987 (3 vols.).

- SILVA, Augusto S.; PINTO, J. Madureira, *Metodologia das ciências sociais*, Porto, Afrontamento, 1986.
- SIMMEL, Georg, *Sociologie et épistémologie*, Paris, P.U.F., 1981.
- SINGLY, François de, *L'Enquête et ses Méthodes: le Questionnaire*, Paris, Nathan, 1992.
- SOFRES - *L'État de l'opinion: clés pour 1989*, Paris, Éd. du Seuil, 1989.
- SOROKIN, Pitirim A., *Tendances et déboires de la sociologie américaine*, Paris, Aubier, 1959.
- SPIEGEL, Murray R., *Estatística*, São Paulo, McGraw-Hill, 1984.
- STOETZEL, Jean (dir.) - *Les valeurs du temps présent: une enquête européenne*, Paris, P.U.F., 1983.
- STOETZEL, Jean; GIRARD, Alain, *Les sondages d'opinion publique*, Paris, P.U.F., 1973.
- STRAUSS, A. e CORBIN, J., *Basics of Qualitative Research. Grounded Theory Procedures and Techniques*, London, Newbury Park, CA, Sage, 1990.
- THOMAS, Louis-Vincent, *Civilisation et divagations*, Paris, Payot, 1979.
- THOMAS, Raymond; ALPHILIPPE, Daniel, *Les attitudes*, Paris, P.U.F., 1983.
- THOMAS, William I. e THOMAS, Dorothy J., *The Child in America: Behavior Problems and Programs*, Nova Iorque, Knopf, 1928.
- VOLLE, Michel, *Analyse des Données*, Paris, Économica, 1980.
- WEBER, Max, *Economía y Sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*, Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1944.
- WEBER, Max, *Essais sur la théorie de la science*, Paris, Plon, 1965.
- WEBER, Max, *Fundamentos de Sociologia*, Coimbra, Rés Ed., 1983.
- WEBER, M., *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1983.
- WHITE, William Foote, *Street Corner Society*, Paris, La Découverte, 1995.
- WINKIN, Yves (org.), *La Nouvelle Communication*, Paris, Éd. du Seuil, 1981.

ZEISEL, Hans, *Fale com números*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1974.

ZNANIECKI, Florian; THOMAS, William, *The Polish peasant en Europe and America*, Nova Iorque, Octagon Books, 1974.